

# CLIPPING CAPITAL

**21/6/2017**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**

ANO XXI  
EDIÇÃO 112



# Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder  
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

**Imprensa Oficial**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário  
Estevam Galvão: 2º Secretário  
Chico Sardelli: 3º Secretário  
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente  
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente  
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente  
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)

Volume 127 • Número 114 • São Paulo, quarta-feira, 21 de junho de 2017

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)



## MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Feliciano Filho** (PSC).

**PÁG. 2**

## Secretário de Cultura presta contas na Assembleia Legislativa

VINÍCIUS MOREIRA - FOTO: ROBERTO NAVARRO

O secretário de Cultura do Estado, José Luiz Penna, prestou contas do primeiro semestre deste ano à Comissão de Educação e Cultura nesta terça-feira (20/6). Na reunião foram demonstradas ações, programas e metas de gestão para o setor cultural. O segmento conta com um orçamento de cerca de R\$ 522 milhões.

José Luiz Penna foi vereador da capital paulista e deputado federal, e está no cargo há quase três meses. "Eu assumi a secretaria com o objetivo de buscar uma abertura efetivamente democrática para o diálogo com setores ativos da cultura", disse. O secretário comentou que recebe diariamente em torno de



Deputados da Comissão de Educação e Cultura assistem à apresentação da secretaria

60 pessoas em seu gabinete. "Quero reestabelecer o contato com o interior do Estado para descentralizar as atividades".

Os dados foram apresentados pelo secretário adjunto da Cultura, Romildo Campello. Ele explicou que

as medidas estão divididas em eixos como museus, fábricas de cultura, bibliotecas, patrimônio histórico e difusão cultural, integrando todas as operações realizadas no Estado. Penna diz que há um descompasso muito grande entre o que pode ser feito e a condição estrutural para que isso aconteça e citou as Organizações Sociais (OSs). A organização social é uma qualificação concedida pelo poder público a uma entidade privada e sem fins lucrativos para que ela possa prestar serviços que deveriam ser de responsabilidade do poder público.

O deputado João Paulo Rillo

(PT) não concorda com o modelo adotado. "As Organizações Sociais apresentam um plano de trabalho só após assinar o contrato. Ou seja, o Estado toma conhecimento do que será desenvolvido depois do compromisso assumido".

### Museus

Durante a apresentação foram citados vários museus, dentre eles, o Museu da Diversidade Sexual, criado em 2012 e vinculado à secretaria da Cultura. O museu contou com a visita de mais de 10 mil pessoas nesse primeiro semestre e é o primeiro da América Latina e um dos três do mundo relacionados ao tema.

O secretário também falou sobre a reconstrução do Museu da Língua Portuguesa, atingido por um incêndio em 2015. "As obras foram retomadas. Foi feito um convênio para a recuperação, montagem e estruturação do acervo. A previsão é que no início do ano que vem tenhamos a primeira etapa do Museu pronta".

Além da presidente da Comissão, Beth Sáhão (PT), a reunião contou com a presença dos deputados Marco Vinholi (PSDB), Welson Gasparini (PSDB), Luiz Turco (PT), Rita Passos (PSD), Leci Brandão (PC do B), Chico Sardelli (PV) e Edson Giriboni (PV).



José Luiz Penna e Beth Sáhão

## Assembleia discute as principais reclamações dos consumidores - Pág. 5



Deputados da Comissão de Fiscalização e Controle



## MANDATO EM PAUTA

# Entrevista com o deputado Feliciano Filho

DA REDAÇÃO - FOTO: JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA

O economista Feliciano Filho (PSC) é vegetariano e protetor dos animais. Ele diz que desde criança já os defendia. Em 17 de abril de 2001, quando entrou no CCZ – Centro de Controle de Zoonoses de Campinas, ficou horrorizado com o que viu: “Tinham por volta de 150 animais que estavam se matando e se comendo no meio das fezes, sendo que uma parte era enviada para universidades para servirem de cobaias e outra parte executada em câmaras de gás”, declara.

Feliciano conta que, quando os animais o viram, olharam para ele como que pedindo socorro: “Era como se me dissessem ‘nos tire daqui, você é nossa última esperança’”. Nesse instante, Feliciano prometeu a si mesmo que dedicaria sua vida a eles. “Com a ajuda de Deus, consegui cumprir minha promessa, pois, sete anos depois, coincidentemente no mesmo dia 17 de abril de 2008, o governador José Serra sancionou a Lei 12.916/2008 que proíbe a matança indiscriminada de cães e gatos em Centros de Controle de Zoonoses, canis municipais e congêneres”, conta.

A Lei 12.916/2008, conhecida como lei Feliciano, também protege os chamados animais comunitários. “Cão ou gato comunitário é aquele que estabelece com a comunidade laços de dependência e manutenção, embora não possua responsável único e definido”, explica. Desde 2008, eles só podem ser recolhidos para esterilização e registro e devem ser devolvidos aos locais de origem.

Segundo o deputado, a Lei Feliciano foi reproduzida em 20 Estados e está de acordo com o que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, que a castração de animais de rua é a melhor forma de controle populacional.

Feliciano Filho fundou uma ONG de proteção animal e realizou vários resgates de animais, que foram recuperados, castrados e adotados em feiras. “Esta convivência reforçou a minha convicção de que somente por meio de novas leis e pela instituição de políticas públicas os animais podem ser salvos”, diz.

O deputado diz ter entrado na política para protegê-los. Cumpriu dois anos de mandato como vereador e, em seguida, foi eleito deputado estadual. Completa atualmente seu terceiro mandato consecutivo e é o autor de seis leis de proteção a animais.

### Lei Antitestes

A Lei 15.316/2014, conhecida como Lei Antitestes, proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes

e seus componentes. “Ela surgiu após manifestações feitas em frente do Instituto Royal, em São Roque (interior de SP), que culminaram na libertação dos beagles usados em diversos testes. Percebi que era o momento certo para proibir essa atrocidade e apresentei meu projeto de lei na Primeira Comissão Permanente Antivivisseccionista do país”, conta.

A Comissão foi criada por Feliciano em 2012 para combater a manutenção de animais vivos para uso em universidades e institutos de pesquisa e é composta por médicos, biólogos, veterinários, advogados, promotoras de justiça etc.

A sanção da Lei Antitestes ocorreu depois que dezenas de ativistas derrubaram um portão e invadiram o laboratório do Instituto Royal. Eles levaram em carros próprios dezenas de animais que estavam no complexo, motivados pelas suspeitas de que os bichos sofriam maus-tratos. “Ativistas e ONGs de defesa animal promoveram uma campanha pelas redes sociais. Foram mais de 20 milhões de pessoas se manifestando favoravelmente à sanção da minha lei”, relata.

### Lei Antipeles

A Lei 15.566/2014, conhecida como Lei Antipeles, proíbe a criação ou manutenção de qualquer animal doméstico, nativo, exótico, silvestre ou ornamental com a finalidade exclusiva de extração de peles. Em 2014, o deputado recebeu denúncias contra criadores de chinchilas que vendiam a pele desses animais como matéria-prima para fabricantes de casacos e acessórios. “São animais que vivem em cubículos muito pequenos, mal podendo se mexer, para depois serem mortos de forma cruel a fim de satisfazer a vaidade humana. Cortavam as chinchilas vivas! Uma dor imensurável”, diz.

### Nota Fiscal Paulista Animal

Outra lei sua de destaque é a 14.728/2012, que instituiu a Nota Fiscal Paulista Animal. “Com essa lei, as pessoas podem ajudar financeiramente as entidades de proteção animal sem colocar a mão no bolso. Elas podem cadastrar suas notas, até mesmo pelo celular, destinando o repasse para as ONGs”, informa. Com o novo sistema em funcionamento, o Programa da Nota Fiscal Paulista reservará 60% dos créditos exclusivamente para as ONGs e haverá sorteios de 55 prêmios por mês para 55 diferentes entidades, totalizando um milhão de reais. Segundo o deputado, mais de 80 ONGs de proteção animal já pagam parte de suas contas com esse benefício fiscal.

### Direitos dos animais

De 28 de setembro a 4 de outubro comemora-se a Semana de Conscientização dos Direitos dos Animais,



que passou a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado de SP com a Lei 15.431/2014, do deputado. O período antecede o Dia Internacional dos Animais (4 de outubro) e tem como objetivo estimular a reflexão sobre como são tratados os animais domésticos, silvestres, selvagens e também os destinados ao consumo.

“A forma como tratamos os animais é um retrato do nosso grau de civilidade. Os animais têm sido objeto de abuso de uma humanidade que tem conhecimento demais e sensibilidade de menos. Os animais são seres sencientes e merecem que seus sentimentos, como amor, medo e angústia, sejam respeitados”, diz o deputado.

### DEPA

No ano passado, a Lei 16.303/2016 criou a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), que possibilita denúncias pela internet contra maus-tratos a animais, acessando o site da secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo. “De dezembro de 2016 a abril de 2017 foram registradas 2510 denúncias de maus-tratos a animais em todo o Estado. O sistema poupa as pessoas de irem a uma delegacia e permite anexar fotos, vídeos e testemunhos”, diz Feliciano. A SSP tem dez dias para dar um retorno ao denunciante.

### Controle populacional

Feliciano Filho ressalta que há hoje no Brasil 45 milhões de crianças contra 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos. “De acordo com pesquisa da USP, só na capital paulista, a população humana aumentou 3,6% em seis anos, enquanto a canina cresceu 60% e a felina 152% nesse mesmo período. Sem políticas públicas de controle populacional, em 2030 haverá mais cães e gatos do que gente no país. Portanto, não há outro caminho a não ser a castração de fêmeas em massa”, defende.

# Assembleia Legislativa discute as principais reclamações dos consumidores

BEATRIZ CORREIA - FOTO: JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA

O aumento no valor dos planos de saúde e a cobrança por bagagem em viagens aéreas são temas de atuação da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). Seu representante, Arthur Rollo, esclareceu a atuação do órgão (ligado ao Ministério Público) durante reunião da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor da Alesp, nesta terça-feira (20/06).

Segundo Rollo, a harmonia do consumo precisa da boa fé do consumidor e da consciência social das empresas. "A Secretaria coloca-se contra as novas regras que estabelecem custos para o transporte de pertences dos passageiros. Quem sai prejudicado é o consumidor mais pobre. Trinta reais para um rico não é nada, mas para as classes mais baixas é muito", disse. Ele destaca que a Senacon opôs-se à proposta durante a tramitação do projeto de mudança na Câmara dos Deputados.

Outro tema debatido pela Senacon é o aumento no valor dos planos de saúde nacionais. O órgão estima que os clientes individuais representam 20% das contratações e o reajuste de valor para esta categoria foi de 13,55% em 2017. Já os planos fechados de forma coletiva, que representam 80% do total de contratos, receberam um aumento de no mínimo 20%, em alguns casos chegando a 65%. "Um dos motivos desse aumento abusivo é o reajuste dos planos coletivos não ser regulado pela Agência Nacional de Saúde, é de livre acordo entre as empresas. O consumidor não é só quem adquire, é quem utiliza", explicou Rollo. Segundo ele, a desregulamentação de serviços públicos e o atraso na entrega de imóveis também lideram as reclamações dos consumidores.

O consumo sustentável é um dos objetivos da secretaria. O conceito é baseado na logística reversa, que define o



Arthur Rollo e Jorge Wilson Xerife do Consumidor

trajeto de volta do produto como o inverso ao feito na compra. "Se alguém compra um computador em uma loja e depois de muito tempo vai descartar a mercadoria, ela deve voltar primeiro para o ponto de venda e de lá ser encaminhada para a fábrica, onde será feito o descarte necessário", esclareceu o secretário.

A Senacon é responsável pela política nacional das relações de consumo, coordenação dos Procons (Programas de Proteção e Defesa do Consumidor), representação dos direitos do consumidor brasileiro no exterior, coordenação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) e por mapear as

principais reclamações a fim de pensar políticas públicas.

O deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (PRB), presidente da Comissão, afirmou que as leis brasileiras são boas, mas é necessária uma maior fiscalização. "Nosso código de defesa do consumidor é um dos melhores do mundo, mas falta efetividade e conscientização. As empresas devem perceber que prestando um bom atendimento fidelizam os clientes", disse.

Estiveram presentes os deputados Junior Aprillanti (PSB), Célia Leão (PSDB), Edmir Chedid (DEM), Clélia Gomes (PHS), Pedro Kaká (PODE), Doutor Ulysses (PV) e Feliciano Filho (PSC).

# O ESTADO DE S. PAULO



FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1864 - 1927)

Quarta-feira 21 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00

ANO 138 Nº 45172 EDIÇÃO DE 0H30 estadão.com.br

**Jornal do Carro**  
• Espaço familiar.  
A renovada Citroën C4 Picasso enfrenta o sul-coreano Kia Sportage

MARILENE MURATO

### Caderno 2

Spice no Brasil  
Melanie C, a Sporty, lança álbum e terá encontro com fãs

Virtual.  
Carlos Ruas e outros quadrinistas apostam em 'vaquinha' online. PÁG. C6



OLAVO RIBEIRO

## Revés governista eleva dúvida sobre aprovação de reformas

Comissão no Senado rejeita texto da trabalhista; Temer, porém, diz que projeto será aprovado no plenário



**Clima.** Resultado representa vitória de Renan sobre Jucá; ao fundo, petistas comemoram

Numa inesperada derrota para o governo, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado rejeitou por 10 votos a nove o parecer que pedia a aprovação do projeto da reforma trabalhista. Três senadores da base governista votaram contra o texto, o que foi

visto como vitória do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Mesmo com o resultado, o governo estima que aprovará o projeto no plenário. Na Rússia, o presidente Michel Temer afirmou que a vitória é "certíssima". O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Morei-

ra Franco, e o presidente interino do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), trocaram acusações. Economistas que acompanham o ajuste ficaram surpresos. Há consenso de que faltou articulação do governo em relação a uma questão vital. **ECONOMIA / PÁGS. B1, B3 e B4**

• País cria 34 mil empregos  
A economia brasileira ampliou o número de vagas formais de trabalho pelo segundo mês consecutivo. Em maio, foram criados 34.253 postos com carteira assinada, segundo o Ministério do Trabalho. **PÁG. B5**

## Funaro diz que Temer o orientou sobre propina

Em depoimento à Polícia Federal, o corretor Lúcio Bolonha Funaro acusou o presidente Michel Temer de ter feito "orientação/pedido" para que uma "comissão" de R\$ 20 milhões proveniente de duas operações do Fundo de Investimento do FGTS fosse encaminhada para a sua campanha presidencial de 2014 e, também, para a de Gabriel Chalita à Prefeitura de SP, em 2012. A defesa de Temer disse ser desnecessário "qualquer pronunciamento neste momento". **POLÍTICA / PÁG. A4**

• STF deve manter delação  
O STF discute hoje a validade da delação de Joesley Batista e outros executivos da JBS. A previsão é de que ao menos cinco ministros votem por manter o acordo de colaboração. **PÁG. A6**

## Léo Pinheiro reafirma que Lula era dono do triplex

A defesa de Léo Pinheiro, da OAS, reafirmou ao juiz Sérgio Moro, nas alegações finais do caso do triplex no Guarujá, que o ex-presidente Lula era o dono do imóvel. O petista nega. Moro pode agora pedir novas diligências ou publicar sentença. Lula disse ontem não acreditar que será preso. Em outra frente, Edson Fachin, do STF, retirou de Moro dois processos contra o ex-presidente. **POLÍTICA / PÁG. A7**

## Doria vai reduzir verba do carnaval

Sem informar valores, prefeito disse que cortará recursos dos desfiles das escolas de samba e do carnaval de rua em 2018. Ele espera obter recursos privados. **METROPÓLE / PÁG. A16**

**Vera Magalhães**  
Colegas viram na mudança de posição de Fux sobre Andrea Neves uma "prévia" para Aécio. **POLÍTICA / PÁG. A6**

**Monica de Bolle**  
Não se pode criticar os enfermeiros da equipe econômica sem tornar-se traidor da pátria. **ECONOMIA / PÁG. B2**

### NOTAS & INFORMAÇÕES

#### Um alerta importante

Luta contra a corrupção é importante, mas não pode ser uma meta em si mesma nem pode constituir o único norte para a organização institucional do País. **PÁG. A3**

**Em jogo, o esforço de um ano**  
Crise política pode mandar ajustes e reformas para o ralo. **PÁG. A3**



## Câmara aprova proposta que libera venda de emagrecedores

Deputados aprovaram ontem a liberação de emagrecedores e inibidores de apetite à base de anfetamina. Pelo projeto de lei, a venda desses produtos vai depender de receita médica,

que deverá ficar retida. A proposta segue para sanção presidencial. A Anvisa informou que é contra, vê risco à saúde da população e vai recomendar o veto. **METROPÓLE / PÁG. A14**

## Países resistem a acordo da Odebrecht

Resistência dos governos e falta de leis emperram acordos de leniência da Odebrecht na América Latina, onde a empresa relatou propinas de US\$ 439 milhões. **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

## Irmã de Aécio vai para domiciliar

O STF substituiu prisão preventiva de Andrea Neves pela prisão domiciliar. Ela usará tornozeleira eletrônica. O julgamento de Aécio Neves (PSDB-MG) foi adiado. **PÁG. A8**

**Hyundai CAO.**  
MONTADORA 100% NACIONAL,  
LÍDER EM SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES DO BRASIL.

VEJA MAIS NAS PÁGINAS A5, A9 E B1.

www.hyundai-motor.com.br

CAOA MONTADORA HYUNDAI

**Crise**

**RUMO AO EXTERIOR**

A crise está "empurrando" mais brasileiros para o exterior. A Receita Federal registrou aumento de 80% nas saídas definitivas de 2014 a 2016, ante o triênio anterior. Caso de Camila Flaire, que foi para Portugal. **ECONOMIA / PÁG. B9**

Tempo em SP 19' Máx. 13' Min.

Em depoimento no inquérito sobre o presidente, corretor afirma que operações na Caixa geraram recursos para as campanhas de 2012 e 2014; peemedebista não comenta relatório

# Temer pediu ‘comissão’ de R\$ 20 mi, diz Funaro

Fabio Serapião / BRASÍLIA  
Luiz Vassallo

O corretor Lúcio Bolonha Funaro disse, em depoimento à Polícia Federal, que o presidente Michel Temer fez uma “orientação/pedido” para que uma “comissão” de R\$ 20 milhões proveniente de duas operações do Fundo de Investimento do FGTS fosse encaminhada para a sua campanha presidencial de 2014 e, também, para a de Gabriel Chalita à Prefeitura de São Paulo, em 2012. As operações no FGTS eram relacionadas às empresas LLX e BRVias e são investigadas na Operação Sêpsis, na qual Funaro foi preso, em julho de 2016.

O depoimento de Funaro, prestado no dia 14 deste mês, foi anexado ao relatório parcial do inquérito que investiga Temer por suposta prática de corrupção passiva, obstrução de Justiça e organização criminosa, enviado anteriormente pela PF ao Supremo Tribunal Federal.

O corretor afirmou que ouviu do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que havia “conhecimento do presidente Michel Temer a respeito da propina sobre o contrato das plataformas entre a Petrobrás Internacional e o Grupo Odebrecht”.

Em seu relato, o corretor citou ainda repasses para dois aliados de Temer, o ministro

Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e o ex-ministro Geddel Vieira Lima.

De acordo com Funaro, Geddel teria recebido cerca de R\$ 20 milhões por “operações” na Caixa – o peemedebista foi vice-presidente de Pessoa Jurídica. Já Moreira Franco teria recebido comissões pela sua atuação à frente da vice-presidência de Fundos de Governo e Loterias, em 2009. “O declarante pagou comissão desta operação a Eduardo Cunha e a Moreira Franco, os pagamentos foram feitos em espécie, não se recordando dos valores neste momento”, disse o corretor à PF.

‘Vigor’. O relatório parcial, com 600 páginas, tornado público ontem, afirma que, pelos elementos reunidos na investigação, “são incólumes as evidências” da prática de corrupção passiva por parte de Temer e de seu ex-assessor especial Rodrigo Rocha Loures. O documento indica recebimento “com vigor” de “vantagem indevida”.

A PF solicitou mais prazo para a conclusão do inquérito, que deverá servir de base para a possível denúncia a ser oferecida nos próximos dias pela Procuradoria-Geral da República.

No documento encaminhado ao Supremo, a PF argumenta que o próprio Temer confirmou em discurso público ter indicado seu ex-assessor como inter-

## À PF, Joesley relata ‘pressão’ sobre presidente do BNDES

● No relatório parcial da Polícia Federal consta um depoimento do empresário Joesley Batista, da JBS, no qual ele afirma que o presidente Michel Temer “pressionou” a então presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques, para favorecer o grupo.

Segundo Joesley, o ex-ministro Geddel Vieira Lima lhe contou que Temer teria chamado Maria Sílvia “em seu gabinete em Brasília para pressioná-la” a fim de garantir a reestruturação acionária da JBS no exterior, proposta em 2016. Em nota à TV Globo, o banco informou que ela se encontrou com Temer em 24 de outubro passado para informar as razões do veto à operação. / F.S.

locutor para o empresário Joesley Batista, do Grupo J&F, dono da JBS. Loures foi flagrado, em ação controlada da PF, levando uma mala de R\$ 500 mil entregue por um executivo da JBS.

No discurso, Temer disse: “Não há crime, meus amigos, em ouvir reclamações e me livrar do interlocutor, indicando outra pessoa para ouvir as suas lamúrias”. Para a PF, a indica-

ção foi confirmada no discurso.

“A premissa básica para o entendimento deste particular reside, justamente, no trecho do diálogo (...) em que, ao ser questionado por Batista sobre o canal de comunicação a ser adotado a partir de então – em substituição a Geddel – o Exmo. Sr. Presidente da República indicou, nitidamente, “Rodrigo”, ou seja, Rodrigo Rocha Loures”, diz o relatório sobre o áudio gravado por Joesley.

Para confirmar que Geddel era o antigo interlocutor de Temer, a PF ainda usou os depoimentos de Funaro e do diretor Jurídico do Grupo J&F, Francisco de Assis e Silva.

‘Juízo jurídico’. Em Moscou, onde cumpre agenda oficial, Temer evitou comentários sobre o relatório parcial da PF que encontrou indícios de corrupção passiva envolvendo seu nome. “Vamos esperar. Isso é juízo jurídico, não é juízo político. E eu não faço juízo jurídico”, disse.

O advogado de Temer, Antônio Claudio Mariz de Oliveira, disse que não iria responder ao relatório. “Um relatório sobre investigações deveria ser apenas um relato das mesmas investigações, e não uma peça acusatória. Autoridade policial não acusa, investiga.” Procurados, Geddel e Moreira não foram localizados. / COLABORARAM ANDREI NETTO e CARLA ARAÚJO

## Teatro

ALEXEI DRUZHININ/EFE



**Balé.** O presidente Michel Temer se encontra com o colega russo Vladimir Putin para assistir ao espetáculo do Bolshoi

## CRISE BRASILEIRA NA AGENDA RUSSA

Em Moscou, Temer trata de temas domésticos

**Andrei Netto**

ENVIADO ESPECIAL / MOSCOU

Na viagem que deveria marcar o ponto alto de sua agenda diplomática e o estreitamento da relação com o presidente russo, Vladimir Putin, o presidente Michel Temer foi obrigado a apagar um novo incêndio. Ontem, os acontecimentos em Brasília obrigaram o presidente a procurar a imprensa, em Moscou, para minimizar a derrota no Con-

gresso e garantir que a reforma trabalhista vai sair do papel, mesmo com a rejeição do texto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

O presidente chegou a Moscou por volta das 12h30, horário local, e foi recebido na pista de aterrissagem por representantes do segundo escalão do Ministério das Relações Exteriores russo. Naquele momento, todas as questões da imprensa ainda diziam respeito ao inquérito da Polícia Federal que apontou evidências de corrup-

ção envolvendo Temer e seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures. Ao passar por jornalistas ainda na pista do aeroporto de Vnukovo, o presidente gesticulou que se pronunciaria depois.

Temer usou um dos eventos na pauta para falar sobre o papel do Legislativo no governo. “Cerca de 90% dos ministros que estão me ajudando a governar vieram do Poder Legislativo, são deputados e senadores”, afirmou, citando o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que estava à mesa ao lado.

“O ministro Sarney Filho me lembra aqui que o nosso regime é presidencialista, mas eu faço um presidencialismo semiparlamentarista, porque nós conseguimos produzir atos muito produtivos para o País exata e precisamente porque temos o apoio do Congresso.”

Maistarde, ao receber a notícia da derrota no Senado, pediu a sua equipe que organizasse nova entrevista, no horário em que já deveria estar no teatro para a apresentação do Balé Bolshoi. A imprensa brasileira foi chamada ao saguão do Hotel Hilton-Carlton e o presidente tentou passar segurança e tranquilizar os mercados.

Só no fim da noite Temer “se livrou” das pressões vindas do Brasil e assistiu ao balé ao lado de Putin. Foi a primeira vez que o líder russo lhe concedeu um encontro bilateral, após preteri-lo em Goa, na Índia, em outubro.

**Comissão do Senado rejeita texto da reforma trabalhista**  
Págs. B1, B3 e B4

# Supremo deve manter delação da JBS

Tendência na Corte é de confirmar validade de decisões de Fachin, mas deixar claro que benefícios podem ser revistos ao fim das investigações

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) discute hoje a validade da delação dos executivos do Grupo J&F. A tendência na Corte, segundo ministros ouvidos pelo Estado, é de formar maioria para confirmar a constitucionalidade das medidas tomadas pelo relator, ministro Edson Fachin, e manter o acordo em pé.

A conta nos bastidores é de que ao menos cinco ministros votariam com Fachin. A avaliação feita por ministros ouvidos é de que o relator teve respaldo jurídico para homologar o acordo e invalidar a delação, neste momento, causaria efeitos negativos – como anulação de tudo o que foi feito a partir das revelações de Joesley Batista e demais delatores.

Apesar disso, investigadores já esperam discursos duros por parte do Tribunal sobre as condições do acordo. O resultado do julgamento deve trazer parâmetros sobre a atuação do juiz no processo de homologação de delações premiadas e revisão de acordos.

O debate de hoje vai girar em torno de três eixos. O primeiro é a competência de Fachin, como relator da Lava Jato, para homologar o acordo dos empresários da JBS. Ministério Público e advogados da empresa argumentam que há outros casos sob relatoria do ministro diretamente ligados à delação da J&F, como o acordo de Fabio Cleto, ex-vice-presidente de Fundos e Loterias da Caixa. Além disso, a empresa e os procuradores sustentam que todos os outros acordos da Operação Lava Jato foram homologados de forma monocrática.

Depois disso, virá a discussão sobre a proporcionalidade da delação – ou seja, se Joesley Batista e demais executivos merecem os benefícios adquiridos. Nesse ponto, a expectativa na Corte é



Relator. Plenário do Supremo vai debater competência de Fachin para homologar acordos de executivos do Grupo J&F

de que os ministros deixem claro que o acordo pode ser revisto pela Justiça caso a delação não seja efetiva. A eventual revisão, no entanto, deve ser analisada ao final das investigações.

Após a vinda à tona do acordo e das críticas disparadas por alvos da delação, como o presidente Michel Temer, a empresa contratou uma banca de advogados para defender a colaboração. Desde a semana passada, o criminalista Pierpaolo Bottini entregou a ministros memórias para argumentar que o acordo da JBS é “o mais efetivo do qual se tem notícia”.

**Procuradoria.** Ontem, o procurador-geral da República, Rodri-

go Janot, encaminhou aos ministros os principais argumentos do Ministério Público sobre o assunto. Janot cita uma lista de outros oito casos, entre petições e inquéritos, que são mencionados pelos executivos da JBS e estão sob relatoria de Fachin, para justificar a competência do ministro.

Para Janot, invalidar o acordo seria um “golpe de morte”. “Sem a segurança e a previsibilidade no sentido de que o compromisso assumido pelo Estado será respeitado, o passado, presente e futuro dos acordos restarão severamente comprometidos. Será um golpe de morte à Justiça penal negociada.”

Ao STF, Janot também argu-

mentou que a avaliação sobre a adequação do benefício concedido aos delatores não é feita no momento da homologação, mas após análise do aproveitamento do material em investigações e processos. O procurador-geral ainda escreveu que os executivos não são líderes de organização criminosa.

A indicação dos empresários como líderes ou não é o terceiro

ponto principal a ser debatido no STF. Se apontados como líderes, os delatores não podem receber a imunidade penal. Na peça em que defendeu o acordo da JBS, Bottini apontou que os executivos não são líderes de organização criminosa e a prova disso seriam retaliações às empresas. “Aquele que comanda uma organização tem domínio sobre seus braços e ramificações”, escreveu o criminalista.

Os ministros do STF vão discutir a delação ao analisar questionamentos feitos pela defesa do governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB). O tucano alega que a delação deveria ter sido distribuída por sorteio.



#### NA WEB

**Gilmar.** Servidor não pode se ‘igualar a bandido’

[estadao.com.br/e/GilmarMendes](http://estadao.com.br/e/GilmarMendes)

## Juiz nega ação de presidente contra Joesley

O juiz Marcos Vinícius Reis, da 12.ª Vara Federal de Brasília, rejeitou ontem a queixa-crime que o presidente Michel Temer havia apresentado contra o empresário e delator Joesley Batista anteontem sob a alegação de

difamação, calúnia e injúria.

Esta foi uma das duas ações movidas pelo presidente contra o dono do Grupo J&F depois de entrevista de Joesley à revista *Época* no fim de semana apontar Temer como chefe de quadrilha – a outra ação foi no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e é por danos morais. Para a defesa do peemedebista, o empresário agiu por “ódio” para prejudicar Temer e “se salvar dos seus crimes”.

O juiz destacou, inicialmente, que as afirmações de Joesley

Batista se deram no contexto dos fatos que ele apresentou no acordo de delação premiada assinado com o Ministério Público Federal e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A partir daí, disse que “não há como identificar a vontade específica de macular a imagem de alguém”.

**‘Direito’.** Marcos Vinícius Reis disse ainda que repetir o que relatou no acordo de delação premiada é um direito do colaborador. Além disso, o juiz afirmou

também que não vê como indício de difamação o fato de o empresário ter concedido uma entrevista a um veículo de circulação nacional.

A assessoria de imprensa do presidente afirmou que vai recorrer, hoje, da decisão. / **LUIZ VASSALLO, BRENO PIRES, RAFAEL MORAES MOURA e ISADORA PERON**

## Lula encontrou Temer um dia após 'reunião' de Cunha

Versão de peemedebista sobre encontro com petista e Joesley ocorreu no período em que Dilma tentava segurar o PMDB

**Valmar Hupsel Filho**

A data que o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) diz ter se reunido com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o empresário Joesley Batis-

ta para discutir o impeachment coincide com o momento em que a então presidente Dilma Rousseff, com a ajuda do antecessor, tentava a todo custo segurar no governo o PMDB, considerado naquele momento um fiel da balança. O encontro, não confirmado nem por Lula nem por Joesley, teria acontecido a três dias da reunião em que o Diretório Nacional peemedebista decidiu pelo desembarque e apoio ao impeachment.

Na carta escrita da prisão e di-

vulgada anteontem, Cunha disse que a reunião com Lula e Joesley ocorreu na casa do empresário, em São Paulo, em 26 de março de 2016. Naquele dia, Lula não teve agenda pública. Mas, no dia seguinte, um domingo, ele se encontrou em São Paulo com o então vice Michel Temer, que na ocasião também era presidente nacional do PMDB, para tentar adiar a decisão.

Temer, que havia cancelado uma viagem que faria naquele fim de semana a Portugal para intensificar as articulações no partido, disse a Lula que o rompimento era inevitável, ainda mais depois que Dilma nomeou o deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) para a Secretaria

da Aviação Civil. A nomeação passava por cima da moção aprovada pelo partido, proibindo nomeações no governo.

Em nota, Joesley afirmou que a carta de Cunha atribui a ele afirmações que nunca fez. "O empresário reafirma que destacou dois encontros com o ex-presidente Lula, um em 2006, quando assumiu o comando da empresa, e outro em 2013. A partir de então, como já relatado por ele, não apenas esteve em outras ocasiões com o ex-presidente Lula como também intermediou encontros de dirigentes do PT com Eduardo Cunha." O Instituto Lula disse que não iria comentar o assunto. /

**COLABOROU RICARDO GALHARDO**

AYRTON VIGNOLA/ESTADÃO-14/3/2011



**Entrevista.** Joesley disse que teve dois encontros com Lula

# Léo Pinheiro reitera que triplex é de Lula

Empresário também pede redução de pena em troca de delação; defesa de petista apresenta documentos e afirma que imóvel estava hipotecado

As defesas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente da OAS José Adelmário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, apresentaram ontem as alegações finais no processo sobre o triplex no Guarujá (SP) no qual ambos são réus. Pinheiro reiterou que Lula é o dono do imóvel e pediu a redução de dois ter-

ços de sua pena por ter delatado o petista. Já a defesa do ex-presidente alegou que não existem provas contra Lula e que uma condenação do petista seria “política”.

Agora, o juiz Sérgio Moro, da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, responsável pelas ações da Operação Lava Jato na primeira instância, pode pedir novas diligên-

cias ou publicar a sentença. De acordo com o Ministério Público Federal, Pinheiro pagou R\$ 3,7 milhões a Lula – por meio do triplex, melhorias no imóvel e o armazenamento do acervo do ex-presidente – em contrapartida por três contratos irregulares firmados com a Petrobrás.

A defesa de Pinheiro afirmou que, embora sua tentativa de de-

lação premiada não tenha sido homologada pela Justiça, o empreiteiro colaborou com a investigação e, por isso, merece ter sua pena reduzida.

“Por todo o exposto, demonstrado que o acusado Léo Pinheiro prestou efetiva colaboração sobre os fatos imputados na presente ação penal, admitiu práticas ilícitas, inovou na instrução probatória e relatou inúmeros fatos relevantes, requer-se que lhe sejam aplicados no grau máximo os benefícios decorrentes desta colaboração previstos na legislação pátria”, dizem os advogados do empresário.

Em suas alegações, Pinheiro voltou a declarar que o imóvel era uma forma de pagamento de propina a Lula e que “todos os valores gastos pela OAS – a diferença de valores entre o

apartamento efetivamente adquirido e o triplex, as reformas e os demais bens adquiridos – eram descontados da propina a ser paga ao PT por força das obras da Petrobrás”.

**Dívida.** Já a defesa de Lula apresentou documentos que, segun-

do o advogado Cristiano Zanin Martins, mostram que a OAS não poderia dispor do triplex pois o imóvel estava hipotecado como garantia de empréstimos captados pela empreiteira no fundo FI-FGTS, gerido pela Caixa, em forma de debêntures.

Zanin disse ainda que o Ministério Público não tem provas, além do depoimento de Pinheiro, e que uma possível condenação de Lula seria uma decisão “política”. “Qualquer decisão que não seja a absolvição seria resultado de um ato político”, afirmou o advogado. / RICARDO GALHARDO, JOSETTE GOULART, LUIZ VASSALLO e RICARDO BRANDT



**‘Ato político’.**  
Defesa de Lula diz que não há provas

NILTON FUKUDA/ESTADÃO-9/2/2017

## Ex-presidente diz que ‘não acredita’ em sua prisão

● No dia em que sua defesa apresentou as alegações finais ao juiz Sérgio Moro no caso triplex, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que “não acredita” que será preso. “Para

ser preso no Brasil ou em qualquer país, a pessoa tem de ter cometido um crime”, afirmou o petista em entrevista à Rádio Tupi AM do Rio. Réu em ação penal relativa ao imóvel do Guarujá, Lula chamou a denúncia do Ministério Público Federal de “piada” e disse esperar que Moro “leia o processo para que possa anunciar ao Brasil a minha inocência”. Segundo Lula, os procuradores da Lava Jato “inventaram uma grande mentira”. / ELISA CLAVERY

Alívio

## SENADOR ESTÁ MAIS 'ANIMADO', DIZ DEFESA

Decisão sobre futuro do tucano foi adiada ontem

Thiago Faria / BRASÍLIA

O dia do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), que começou cheio de expectativas, terminou, nas palavras de advogados, em um misto de "alívio" e "angústia". Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha adiado a decisão sobre o caso do tucano, a conversão em prisão domiciliar da preventiva de sua irmã Andrea Neves aumentou as esperanças por um jul-

gamento favorável.

"Eu senti ele mais animado com a soltura da irmã", afirmou o criminalista Alberto Zacharias Toron, advogado de Aécio, ao deixar a casa do senador afastado, no Lago Sul, em Brasília. Afastado do cargo no Senado e da presidência do partido, o tucano passou o dia fechado em casa com a família e recebeu, além de advogados, apenas a visita do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). O aliado, que entrou e saiu pela garagem em um carro particular, se reuniu

com Aécio por cerca de meia hora por volta do meio-dia, antes do início da sessão da Primeira Turma do Supremo.

Mais cedo, Anastasia já havia ensaiado uma visita. De carro oficial do Senado, chegou até a rua de Aécio, mas deu marcha à ré ao se deparar com fotógrafos e cinegrafistas que se aglomeravam na porta do senador afastado. Segundo a assessoria, Anastasia adiou em algumas horas a visita pois precisou voltar ao Senado para participar da reunião de uma comissão da Casa.

O Supremo decidiu ontem trocar a prisão preventiva de Andrea, Frederico Pacheco, primo de Aécio, e Mendherson Lima, ex-assessor de Zezé Perrella, por prisão domiciliar.

**Pedido de prisão.** As visitas de políticos embasam o pedido fei-

DIDA SAMPAIO/ESTADAO



Lago Sul. Toron, Alckmin e Leonardo estiveram com Aécio

to pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ele argumentou que, apesar de afastado do mandato parlamentar, Aécio continua a exercer suas fun-

ções. Como exemplo, anexou ao pedido foto publicada nas redes sociais de Aécio em que aparece reunido com outros tucanos, como Tasso Jereissati

(CE) e José Serra (SP).

Para Toron, o argumento é uma "confusão grosseira" da Procuradoria-Geral da República. "Não se trata de uma cassação política. Ele pode conversar com outros políticos. Não está como os cassados de 1964 que não podiam nem sequer falar de política. A confusão que se pretende estabelecer ampliando essa medida cautelar é totalmente arbitrária e incabível", disse o advogado.

Na avaliação do advogado José Eduardo Alckmin, que também esteve com o senador afastado ontem, a decisão sobre Andrea "dá um alívio grande". "Aécio está esperançoso de concluir tudo isso logo, inclusive restabelecendo a verdade", disse o criminalista.

## Fachin retira de Moro três ações contra o petista

BRASÍLIA

Relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin determinou que mais duas frentes de investigação contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com base na delação da Odebrecht sejam retiradas do juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba, e enviadas à Justiça Federal no Distrito Federal. Uma terceira investigação ficará com a Justiça Federal em São Paulo, como informou o *Estado/Broadcast* na semana passada.

Os casos remetidos à Justiça Federal no Distrito Federal dizem respeito a acusações feitas por delatores da Odebrecht de envolvimento do petista em irregularidades nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, além de suspeitas de favorecimento aos negócios da Odebrecht em Angola. A decisão de Fachin, assinada no dia 13 deste mês, atende ao pedido da defesa de Lula, que alegou que os fatos narrados não apresentam relação com a Lava Jato. No caso das usinas do Rio Madeira, a conclusão do ministro foi semelhante.

Fachin também reconsiderou sua decisão de enviar a Moro as citações da delação da Odebrecht a pagamentos de uma suposta "mesada" a Frei Chico, irmão de Lula. Em resposta a um agravo regimental proposto pela defesa do ex-presidente, Fachin decidiu que o caso deve ir para a Justiça de São Paulo.

**Cunha.** O ministro também determinou o envio à Justiça Federal do DF de investigação sobre a possibilidade de o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ter contratado uma empresa para conter a Lava Jato, quando era presidente da Câmara. Fachin argumentou que os fatos teriam ocorrido em Brasília. / RAFAEL MORAES MOURA, BRENO PIRES e ISADORA PERON



**NA WEB**  
Lava Jato. Veja mais notícias no Blog do Fausto

[estadao.com.br/e/blogdofausto](http://estadao.com.br/e/blogdofausto)

# Irmã de Aécio vai para prisão domiciliar

Decisão da 1ª Turma do STF vale também para primo de senador afastado e ex-assessor de Perrella; análise sobre prisão de tucano é adiada

**Breno Pires**  
**Rafael Moraes Moura**  
**Isadora Peron** / BRASÍLIA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 3 votos a 2, substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar dos três investigados no inquérito envolvendo o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). Andrea Neves, irmã do tucano, Frederico Pacheco de Medeiros, primo dos dois, e Mendherson Souza Lima, ex-assessor parlamentar de Zezé Perrella (PMDB-MG), no entanto, serão monitorados.

Os três terão de usar tornozeleira eletrônica, vão entregar passaportes e estão proibidos de se comunicar entre si e com Aécio. Eles são apontados como auxiliares do tucano, em nome de quem a JBS teria repassado R\$ 2 milhões em vantagens indevidas. Os três haviam sido presos há um mês na Operação Patmos.

Já os julgamentos dos dois recursos em relação a Aécio, que estavam previstos para a sessão, foram adiados. A Procuradoria-Geral da República (PGR) insiste na prisão do senador afastado. A suspensão se deu para que o relator Marco Aurélio Mello analise um novo recurso apresentado pela defesa do tucano horas antes do julgamento. O pedido é para que o plenário, e não a Primeira Turma, seja o local da votação.

**Mudança de posição.** O voto que desempatou o primeiro jul-



**Julgamento.** O ministro Marco Aurélio Mello preside a sessão da Primeira Turma do Supremo

gamento, de Mendherson Lima, e baseou as decisões para os outros casos foi o do ministro Luiz Fux. Na semana passada, ele havia votado pela manutenção da prisão de Andrea.

Mudando de entendimento, Fux agora disse entender que, mesmo temendo a possibilidade de destruição de provas por parte dos investigados, a prisão preventiva de Mendherson – e, por extensão, de Andrea e Pacheco – poderia ser substituída por medidas alternativas que podem “inibir toda forma de intromissão na produção da prova dos demais delitos”. “Ainda não temos um juízo completo sobre as demais atividades criminosas”, afirmou Fux.

O ministro Alexandre de Moraes acompanhou o voto de Fux e a Primeira Turma também concedeu prisão domiciliar a Andrea. Marco Aurélio votou pela revogação por não ver necessidade de prisão domiciliar, mas

acatou o entendimento. Ficaram vencidos Luís Roberto Barroso e Rosa Weber, que defenderam a manutenção da prisão.

Em relação a Pacheco, primo de Aécio, além de Fux, Moraes e Marco Aurélio, Barroso votou pela revogação da prisão e propôs apenas o recolhimento noturno, mas prevaleceu o entendimento em relação aos outros dois analisados.

**Divergências.** Um dos debates em que houve divergência foi sobre se deixaria de existir a necessidade de prisão depois de a PGR ter oferecido denúncia contra os investigados apenas em relação ao crime de corrupção passiva.

Moraes afirmou que os fundamentos para a prisão estavam relacionados aos crimes de participação em organização criminosa e de obstrução à investigação de organização criminosa, que não fazem parte da denún-

cia oferecida pela PGR e, de acordo com o desmembramento proposto pelo próprio órgão, a corrupção passiva deverá ser investigada em um outro inquérito, ainda não aberto, junto com a suspeita de crime de lavagem de dinheiro.

Discordando da argumentação de Moraes, os ministros Rosa e Barroso afirmaram que a prisão não tem relação com o inquérito aberto e com a denúncia aberta, mas, sim, com a investigação de uma maneira mais ampla em relação aos supostos delitos de Aécio e seus assessores, com fatos descobertos na Operação Patmos, que ainda não foram totalmente esclarecidos.

● **À espera**  
Andrea Neves deixará a prisão em Belo Horizonte assim que o STF comunicar oficialmente a Justiça de Minas, o que deve acontecer em até 48 horas.



JOÉDSON ALVES/EFE

“O primeiro paradoxo é o fato de que o autor principal está solto, e os partícipes estão presos.”

Luiz Fux, ministro do Supremo Tribunal Federal



Facebook.  
Curta a página da  
Política

facebook.com/politicaestadao

# Tribunal francês condena Maluf a 3 anos de prisão

Deputado é acusado de lavagem de dinheiro na França; defesa vai recorrer à Suprema Corte

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

A Corte de Apelações de Paris condenou o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) a três anos de prisão por lavagem de dinheiro. A Justiça do país europeu determinou também o confisco de € 1,84 milhão do parlamentar. Sua mulher, Sílvia Lutfalla Maluf, e seu filho mais velho, Flávio Maluf, foram condenados à mesma pena. A família Maluf ainda terá de pagar multa de € 500 mil. Os advogados de defesa vão recorrer.

O ex-prefeito de São Paulo (1993-1996) já havia sido condenado pela Justiça francesa em 2015 pelo crime de lavagem de dinheiro. Em primeira instância, a Justiça afirmou que Maluf, sua mulher e o filho “agiram em associação para ocultar a origem de recursos” provenientes de ato de corrupção e desvio de dinheiro no País na época em que ele administrava a capital.

A sentença menciona diretamente as obras do Túnel Ayrton Senna e da Avenida Jornalista Roberto Marinho (antiga Água Espraiada), sob suspeita de superfaturamento. O parlamentar e seus parentes, de acordo com a Justiça francesa, são acusados de enviar o dinheiro dos crimes para empresas offshores e contas em bancos no exterior. Os crimes teriam ocorrido entre 1996 e 2003.

A corte considerou que o ex-prefeito usou a França para “lavar de forma sucessiva” cerca de US\$ 7 milhões. Parte do processo começou quando, em 2003, Maluf tentou transferir cerca de € 1,8 milhão que estava em nome de sua mulher em uma conta em Paris. O dinheiro seria transferido para uma em-

presa na Alemanha, a ITB.

A conta na França, por sua vez, havia sido alimentada por recursos que estavam em Genebra em nome de uma fundação controlada pela família Maluf. A sede da entidade era Liechtenstein, um dos paraísos fiscais mais opacos da Europa. A tentativa de esvaziar a conta na França o levou a ser detido por algumas horas em 2003. Ele explicou, na ocasião, que o dinheiro tinha origem na venda de joias e imóveis em São Paulo.

A condenação pela Justiça francesa apenas pôde ocorrer por causa de uma colaboração entre o Ministério Público de Paris, o Ministério Público de São Paulo e a Procuradoria-Ge-

● **Valores**

**US\$ 7 mi**

foram ‘lavados’ pelo deputado Paulo Maluf, segundo a Corte de Apelações de Paris.

ral da República.

A defesa de Maluf havia apresentado um recurso perante a Corte de Apelações de Paris, mas o caso só começou a ser julgado em março. A decisão seria dada no dia 9 de maio. Na ocasião, os três juízes indicaram que não havia ainda um consenso sobre a sentença e um primeiro adiamento foi anunciado. A nova data para a sentença seria 30 de maio. Há duas semanas, uma vez mais sem consenso, os juízes optaram por mais um adiamento.

Agora, para que o novo recurso seja aceito, porém, os advogados de Maluf terão de usar argumentos de direito, e não de apreciação dos fatos. A defesa do ex-prefeito disse que vai recorrer à Corte Suprema da França.

**No Brasil.** No dia 23 deste mês, os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenaram Maluf pelo crime de lavagem de dinheiro a uma pena de 7 anos, 9 meses e dez dias de prisão. O crime, como no caso da França, teria sido praticado quando ele exercia o cargo de prefeito de São Paulo nos anos 1990.

Os ministros do Supremo também decretaram a perda do mandato de Maluf após publicação do acórdão. O STF ainda impôs uma multa de cerca de R\$ 1,3 milhão ao ex-prefeito.

## PARA LEMBRAR

**Em 2005, deputado ficou 41 dias preso**

● **Água Espraiada**



Empresas controladas por Maluf foram condenadas em Jersey por “fraude em ampla escala”. Maluf foi acusado de desviar dinheiro de obras viárias, como a Avenida Roberto Marinho (antiga Água Espraiada, foto). Em 2005, durante o processo, Maluf chegou a ficar preso por 41 dias. Em 2012, a Corte da Ilha de Jersey repassou 1,45 milhão de libras ao Município de São Paulo.

● **Paulipetro**



Em 2007, Maluf é condenado a pagar à Secretaria da Fazenda de São Paulo R\$ 716 milhões no caso do Consórcio Paulipetro. Maluf não restituiu a quantia.

● **Frangogate**

Maluf é condenado, em 2010, por compra superfaturada de frangos feita quando era prefeito de São Paulo. O caso ocorreu em 1996 e ficou conhecido como “frangogate”.



**Sentença.** Maluf é condenado por desviar recursos de obras

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-12/11/2014

**Barreiras.** Pressão política de governos preocupados em se tornar alvo de investigação e falta de regras claras sobre pactos de colaboração emperram negociações da construtora brasileira nos países em que empresa delatou pagamento de US\$ 439 milhões

# Países nos quais Odebrecht pagou propina travam acordos de leniência

**Fabio Serapião** / BRASÍLIA

**Pressão política e falta de regras sobre acordos de cooperação têm dificultado a negociação da Odebrecht nos países onde a empreiteira delatou pagamento de US\$ 439 milhões de propina em troca de contratos públicos. Apenas República Dominicana e Equador já assinaram com a empreiteira acordo de leniência, espécie de delação premiada para empresas.**

A Odebrecht iniciou as negociações ainda em dezembro de 2016, após a assinatura do acordo com autoridades de Brasil e Estados Unidos. Para realizar as tratativas, o acordo previa que as informações sobre esses países ficariam em sigilo por no mínimo seis meses – prazo encerrado em 1.º de junho, mas que foi prorrogado pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF).

O Estado ouviu negociadores que atuam em Moçambique, Angola, Guatemala, Panamá, Peru, Colômbia, México, Argentina e Venezuela. Além de ter de se adaptar às legislações desses países, de acordo com as fontes ouvidas, a empresa tem enfrentado resistência nos poderes Executivos locais.

Para um negociador, o medo de criar uma Lava Jato no “quintal de casa”, que pode agravar as relações políticas, faz com que alguns governos tentem dificultar as tratativas. Entretanto, os negociadores acreditam que, com exceção da Venezuela, onde a situação política inviabiliza qualquer acordo, as conversas estão avançadas e devem ser assinadas nos próximos meses.

De acordo com um negociador, Peru e Colômbia estão entre os países em que a pressão política foi detectada. Em janeiro, os governos peruano e co-

lombiano chegaram a anunciar que a Odebrecht teria de abandonar suas obras e seria expulsa de suas jurisdições. Do lado dos delatores, a atitude hostil é vista como reflexo do medo da classe política em conviver com uma Lava Jato e também uma forma de proteger os interesses do empresariado do país dos desdobramentos das investigações. Mesmo com esse cenário, nos dois países, o acordo é visto como próximo – já haveria um pré-acordo assinado – em razão da atuação independente dos Ministérios Públicos locais.

**Impunidade.** Para os negociadores ouvidos, Peru e Colômbia devem fechar em breve um acordo com a Odebrecht. Os próximos países com os quais a empresa pretende assinar são Panamá, Guatemala, México e Argentina. No Panamá, a empresa está com “concentração máxima” para fechar em breve a negociação. Na Guatemala, a conversa está avançada e resta apenas uma discussão “mínima” sobre alguns detalhes. No México, o acordo foi quase fechado em abril e, após a “negociação esfriar”, as conversas retornaram e estão avançando com rapidez.

A Argentina é comparada com a situação mexicana em razão das idas e vindas das autoridades do país. No caso argentino, os negociadores citam como complicadores para o avanço do acordo o desconhecimen-

to das autoridades sobre o funcionamento do instituto da delação e a resistência em aceitar os termos acertados no Brasil.

Um juiz argentino chegou a afirmar que concordar com as condições e não responsabilizar os agentes brasileiros seria uma forma de impunidade. A fala do juiz é uma resposta às cláusulas previstas para quem queira ter acesso as informações entregues pela Odebrecht.

Os países terão de aceitar as penas impostas aos executivos no Brasil, não poderão puni-los novamente e as informações entregues serão as mesmas que já estão com as autoridades brasileiras. Para justificar essas imposições, a empresa tem citado nas negociações que o modelo adotado é o estipulado pelas convenções internacionais sobre cooperação entre países e os agentes brasileiros que delataram os crimes já estão sendo punidos no Brasil.

“O princípio *non bis in idem* prevê que uma pessoa não pode ser punida duas vezes pelo mesmo crime”, explica um dos negociadores. Para ele, uma vez que os brasileiros já cumprem suas penas, caso não haja colaboração, a impunidade será a favor dos agentes públicos desses países.

Em Angola e Moçambique, dois países africanos citados na delação da empreiteira, as negociações ainda estão se iniciando, uma vez que os advogados da empresa buscam uma “forma jurídica” mais adequada para ser utilizada nos acordos.

Nos dois casos, os negociadores estudam o acordo de leniência firmado entre a Embraer e Moçambique e também pretendem se apoiar na Convenção de Praia, firmada entre países de língua portuguesa, que prevê o auxílio em matéria penal entre Estados.

## ● Corrupção

# 439 milhões

de dólares foram pagos de propina pela Odebrecht em Moçambique, Angola, Peru, Guatemala, Panamá, Colômbia, México, Argentina, Venezuela, República Dominicana e Equador





### O AVANÇO NAS NEGOCIAÇÕES

● Apenas Equador e República Dominicana já fecharam acordos com a Odebrecht



PAÍS	COMO ESTÁ O ACORDO	EM MILHÕES DE DÓLARES
		PROPINAS TOTAL DOS CONTRATOS
<b>1 República Dominicana</b>	Assinado em abril	<b>92</b> (DE 2001 A 2014) <b>163</b>
<b>2 Equador</b>	Assinado em junho	<b>98</b> (DE 2006 A 2015) Não informado
<b>3 Peru</b>	Pré-acordo assinado (visto como quase fechado)	<b>29</b> (DE 2005 A 2014) <b>143</b>
<b>4 Colômbia</b>	Pré-acordo assinado (visto como quase fechado)	<b>11</b> (DE 2001 A 2014) <b>50</b>
<b>5 Panamá</b>	Negociação em estágio avançado (quase fechado)	<b>59</b> (DE 2010 A 2014) <b>175</b> (DE 2010 A 2014)
<b>6 Guatemala</b>	Negociação avançada (restam detalhes a serem negociados)	<b>18</b> (DE 2013 A 2015) <b>34</b> (DE 2013 A 2015)
<b>7 México</b>	Depois de idas e vindas (quase fechou em abril), negociação avançada	<b>10,5</b> (DE 2010 A 2014) <b>39</b> (DE 2010 A 2014)
<b>8 Argentina</b>	Negociação em andamento, mas dificuldades com marco regulatório e com concessão	<b>35</b> (DE 2007 A 2014) <b>278</b> (DE 2007 A 2014)
<b>9 Venezuela</b>	Situação política dificulta qualquer negociação	<b>98</b> (DE 2006 A 2015) Não informado
<b>10 Angola</b>	Odebrecht tenta encontrar modelo jurídico para tentar negociar acordo	<b>50</b> (DE 2006 A 2013) <b>261,7</b> (DE 2007 A 2014)
<b>11 Moçambique</b>	Odebrecht tenta encontrar modelo jurídico para tentar negociar acordo	<b>0,9</b> (DE 2011 A 2014) Não informado

**Saúde.** Vigilância Sanitária compara caso ao da 'pílula do câncer'; deputados alegam que proibição, desde 2011, não inibiu mercado paralelo de emagrecedores à base de anfetamina, como o femproporex. Para indústria, medida beneficia farmácias de manipulação

# Congresso libera inibidores de apetite e Anvisa vê risco à saúde dos pacientes

Renan Truffi  
Lígia Formenti | BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que libera a venda de emagrecedores e inibidores de apetite no País. A proposta, que vai agora para sanção presidencial, susta de imediato os efeitos de uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de 2011, que proibiu a comercialização de alguns medicamentos desse tipo. A expectativa é de que a medida amplie o receituário sobretudo em farmácias de manipulação. Já a Anvisa criticou a medida e vê perigo à saúde da população.

A retirada de emagrecedores à base de anfetamina, como o femproporex, mazindol e anfepramona, tinha como justificativa o fato de que não havia estudos que comprovassem a eficácia das substâncias e os riscos do uso desses medicamentos eram superiores a eventuais benefícios. A decisão na época provocou uma comoção entre associações de médicos e pacientes, que defendiam a permanência do produto no Brasil.

Os deputados favoráveis ao projeto aprovado justificam que a proibição da Anvisa não evitou que esses medicamentos deixassem de ser comercializados clandestinamente. "Esse medicamento foi para o mercado negro. Então é melhor que os médicos avaliem caso a caso", argumentou a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Aprovou-se ainda emenda do Senado que determina que a venda fique condicionada à apresentação de receita especial, que fica retida com o farmacêutico.

**Polêmica.** A Anvisa adiantou que vai recomendar a Temer o veto do projeto. Em nota, a agência afirma que a medida representaria um sério risco para a população, além de ser uma afronta à competência legal da autarquia. "Não concordamos com a liberação de medicamentos feita por lei. Pode ser que, posteriormente, se descubra que esses medicamentos podem oferecer algum risco ou perigo a quem os consumir. O papel do Congresso é outro: co-



LUIS MACEDO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Na Câmara.** Aprovou-se ainda emenda que determina que a venda fique condicionada à apresentação de receita especial

## Sem receita, compra chega a custar 6 vezes mais

● Gerente de uma pizzaria em Sorocaba, interior de São Paulo, Daiane Cristina de Almeida, de 30 anos, relata que toma sibutramina sem receita. "Compro no paralelo e pago seis vezes mais.

brar da Anvisa eficiência, transparência e acompanhar seus processos. Mas não substituir as funções da Anvisa", afirmou o diretor-presidente da Agência, Jarbas Barbosa.

No comunicado, a Anvisa ainda faz uma comparação com o episódio da fosfoetanolamina, a chamada pílula do câncer. O texto lembra que a Câmara autorizou o uso da substância, mesmo sem registro da Anvisa. Graças a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a regra foi suspensa. "Posteriormente, todos

os testes em torno da fosfoetanolamina demonstraram a não eficácia ou benefício clínico significativo na substância. Ou seja: se a decisão da Câmara estivesse em vigor, as pessoas teriam se submetido ao tratamento com um 'medicamento' ineficaz que poderia até ser prejudicial a esses pacientes, ao fazê-los abandonar a quimioterapia tradicional", afirma a nota.

A Anvisa observa ainda que o texto aprovado na Câmara faz uma referência à sibutramina, substância que em nenhum mo-

mento foi retirada do mercado. Já a liberação deve favorecer o setor de farmácias de manipulação. Com a liberação da produção, essas farmácias poderão importar livremente a matéria-prima para usá-la em formulações individuais, prescritas por médicos especialmente para cada paciente.

Para a indústria farmacêutica, a medida deverá ter um impacto reduzido. Caso algum laboratório tenha interesse em retomar a produção das drogas feitas com femproporex, anfepramona e mazindol, ele terá de receber o registro do novo medicamento na Anvisa. Para isso, será necessário apresentar estudos clínicos comprovando não só a eficácia, mas a segurança do remédio.

De acordo com a Anvisa, no entanto, a regra não vale para as farmácias de manipulação. Elas podem importar e formular o produto à base de mazindol, femproporex, anfepramona, mesmo sem que um medicamento industrializado com a mesma formulação esteja registrado. "Vai ser um paraíso para as farmácias de manipulação", disse o presidente executivo do Sindicato de Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, Nelson Mussolini. "Claro que existem farmácias de manipulação de qualidade. O problema é que as regras para importação de matéria-prima são bem mais flexíveis para esses grupos." O **Estado** procurou a Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag), que não se pronunciou sobre o assunto.

Com receita, custa R\$ 20", afirmou. Ela acredita que, com a liberação, vai passar a pagar menos. Casada e mãe de três filhos, Daiane não é obesa e toma o medicamento por questão estética. "O problema é que eu tomo durante três meses e paro. Ai, o apetite volta com tudo." Já a publicitária Laura Souza, de 22 anos, contou que toma o remédio por ordem médica. A

ideia era dar um "empurrão" na perda de peso, mas o uso do medicamento teve efeitos negativos. "Boca seca, dores de cabeça. Às vezes rolavam umas taquicardias também." O tratamento durou três meses, mas Laura não o finalizou. "Comecei a tomar quando estava de férias. E depois, com a rotina mais agitada, aquilo estava me fazendo mal." / **JOSÉ MARIA TOMAZELA e LUIZ FERNANDO TOLEDO**

mona e mazindol, ele terá de receber o registro do novo medicamento na Anvisa. Para isso, será necessário apresentar estudos clínicos comprovando não só a eficácia, mas a segurança do remédio.

# Doria vai reduzir dinheiro do carnaval

Prefeito adota medida que já cria polêmica no Rio; ideia é ampliar aporte privado

**Bruno Ribeiro**

**O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), vai reduzir o repasse da Prefeitura para o carnaval da cidade no ano que vem. Sem adiantar valores, Doria afirmou que cortará recursos dos desfiles das escolas de samba e do carnaval de rua. Entretanto, ele afirma que o valor total da folia não sofrerá redução, pois espera obter recursos da iniciativa privada para cobrir o montante que a Prefeitura deixou de investir.**

Doria fez o anúncio ao lado do prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), que esteve ontem em São Paulo para a reunião da Frente Nacional de Prefeitos. Crivella também havia anunciado corte na verba do carnaval carioca para 2018. Cada agremiação receberá R\$ 1 milhão, metade do liberado neste ano.

“Não podemos gastar mais do que aquilo que se arrecada. Não podemos ter uma atitude irresponsável fiscalmente para atender este ou aquele setor”, afirmou o prefeito de São Paulo. “Vamos fazer um trabalho ainda mais intenso com o setor privado. Vamos suplementar os recursos que a Prefeitura tiver a necessidade de reduzir.”

“As escolas de samba e à liga (*das escolas*) não faltarão recursos previstos. Pode mudar o ca-

rimbo: em vez de ser público, será recurso privado. Mas o recurso não vai faltar”, continuou ele. “O que haverá é uma redução do investimento público e um aumento do investimento privado, para equalizar e garantir a realização do carnaval”, completou Doria, que afirmou ainda já ter participado de uma reunião interna da Prefeitura para discutir o tema.

Neste ano, a Prefeitura repassou R\$ 30 milhões – valor suficiente para custear 6 das 43 creches licitadas em 2014. Para o carnaval de rua, a folia já foi integralmente paga pelo setor privado. A concorrência que resultou na vitória da Ambev para custear a festa, por R\$ 15 milhões, está sendo investigada pelo Ministério Público Estadual, por suposto favorecimento à empresa – tanto a Ambev quanto a Prefeitura negam. A Liga das Escolas de Samba de São Paulo não comentou a situação.

**Plano.** O professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marco Antonio Carvalho Teixeira afirma que “em tempos de crise, é bom buscar alternativas” para o poder público. Mas considera que a busca deveria ser feita “com mais planejamento”, pois o anúncio foi dado sem detalhes sobre parcerias com o setor privado.

# Governo sofre derrota em tramitação da reforma trabalhista no Senado

BRASÍLIA

O governo sofreu uma inesperada e dura derrota com a reforma trabalhista no Senado. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou, por 10 votos a 9, o parecer que pedia a aprovação do projeto. Três deputados da base governista votaram contra o projeto, o que surpreendeu o Planalto. Mesmo com a derrota, a tramitação segue e o governo estima que aprovará o projeto no plenário com apoio de 46 senadores.

Considerada "a mais fácil" das duas reformas estruturais em tramitação no Congresso – a outra é a da Previdência –, a mudança na legislação trabalhista foi rejeitada diante da insatisfação de alguns governistas com o projeto. O desconforto ficou evidente no debate que antecedeu a votação: em 90 minutos, apenas dois defenderam o projeto – o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e o próprio relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O governo previa vitória com placar de 11 a 8 ou até 12 a 8.

O projeto muda a relação entre patrões e empregados. Prevê, por exemplo, que os acordos coletivos tenham força de lei. Também acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical e permite a flexibilização de contratos de trabalho. Direitos como o 13.º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e salário mínimo estão preservados.

Na Rússia, Temer minimizou a derrota, e reafirmou a aposta da vitória no plenário. Governistas contam com pelo menos 46 votos de apoio na votação, que exige 41 votos para aprovação. Antes do plenário, o tema será avaliado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a partir desta quarta-feira.

O governo não escondeu, porém, sua insatisfação, ao executar uma "caça às bruxas" para encontrar os culpados pela derrota. O ministro-chefe da Casa Civil, Moreira Franco, disse "lamentar" o voto contrário dos governistas Hélio José (PMDB-DF) e Eduardo Amorim (PSDB-SE), e ressaltou que houve surpresa "principalmente porque o PSDB sempre alardeou ser favorável às reformas".

Politicamente, a derrota foi entendida como uma vitória da articulação do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), sobre o líder do governo, Romero Jucá. Governistas contavam com o voto de Sérgio Petecão (PSD-AC), que não chegou a tempo do Acre e foi substituído por Otto Alencar (PSD-BA), que votou contra. Além disso, a base não conseguiu convencer o sindicalista e aliado de Renan, Hélio José, a faltar à sessão.

Outra leitura sobre o episódio é de que, diante da crise no governo, os parlamentares do Nordeste estão desconfortáveis em votar a favor da reforma. Isto porque o presidente Temer enfrenta os piores índices de aprovação na região. /

FERNANDO NAKAGAWA, JULIA LINDNER E ISABELA BONFIM

## Geração de vagas fica no azul pelo 2º mês seguido

Em maio, foram criadas 34,2 mil vagas de trabalho; analistas veem melhora 'gradual'

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A economia brasileira ampliou o número de vagas formais de trabalho pelo segundo mês consecutivo em maio. Foram criados 34.253 postos com carteira assinada em todo o País, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A continuidade de resultados positivos foi bastante comemorada pelo governo, mas o próprio ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, preferiu ser cauteloso sobre o desempenho do ano.

"Gostaria de garantir (que o ano terminará com geração de vagas), mas não posso", admitiu Nogueira. Entre os analistas, es-

● **Otimismo**  
"É sinal de que a economia se estabiliza, o emprego volta a dar sinais de recuperação."

Ronaldo Nogueira  
MINISTRO DO TRABALHO



NELSON JR./ASCOM/TFSE - 29/3/2017

sa possibilidade começa a ser destacada. A LCA Consultores prevê abertura de 100 mil postos ao fim de 2017, depois de 2,8 milhões de vagas formais serem dizimadas do mercado de trabalho nos últimos dois anos. "É pouco, mas é diferente dos últimos anos", disse Fábio Romão, economista da LCA.

Embora a crise política tenha despertado incertezas em relação à recuperação da economia, o ministro fez questão de destacar ontem que o resultado do Caged é prova da retomada. "Dá pra comemorar isso, é sinal de que economia se estabiliza, o emprego volta a dar sinais de recuperação", disse Nogueira.

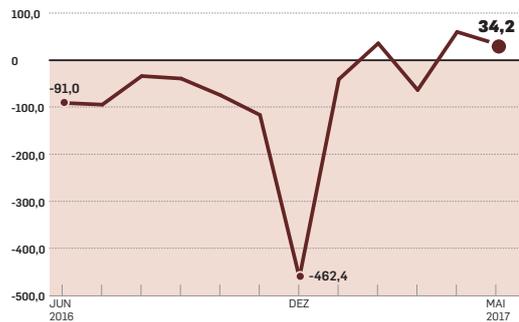
Principal fiador da política econômica do governo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, engrossou o discurso. "Esse número confirma nossas previsões de uma recuperação gradual do emprego", afirmou, em postagem no Twitter. "Na retomada do crescimento, a economia demanda alguma tempo para atingir o nível de emprego que desejamos. O importante é que o rumo está certo."

Depois de dois anos no vermelho, o Caged exibe um saldo positivo de 48,5 mil vagas com carteira no acumulado de 2017. O

### EM ALTA

● Saldo\* de vagas formais tem resultado positivo pelo segundo mês consecutivo

EM MILHARES DE VAGAS



\*SEM AJUSTE

FONTE: CAGED

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

### ● Trabalho no campo

O setor agropecuário foi o que mais criou vagas em maio, com 46 mil novos postos. O cultivo de café e de laranja foram atividades que contribuíram para esse saldo.

resultado de maio representou o primeiro crescimento para o mês desde 2014. Em abril, já havia sido registrada a criação de quase 60 mil vagas formais. Nos cinco primeiros meses do ano, três registraram abertura de postos. Todos esses indicadores foram destacados pelo governo e também por economistas, mas a avaliação que permanece é do gradualismo dessa recuperação.

O economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, afirmou que o momento é de melhora do emprego, mas com continuidade do processo de ajuste. Segundo ele, quando retirados os fatores sazonais, movimentos de contratação ou demissão típicos de determinada época do ano, os resultados ainda são negativos, embora menos que no passado. "As demissões têm perdido velocidade, mas, ao mesmo tempo, o ritmo de contratação ainda é fraco."

**Sectores.** O setor agropecuário foi o que mais criou vagas formais no mês de maio, com um saldo positivo de 46 mil novos postos. O cultivo do café, concentrado em Minas Gerais, e da laranja, em São Paulo, foram atividades que contribuíram para

esse saldo. O coordenador-geral de Estatísticas do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães, disse que o resultado, embora represente um setor com menor participação na economia, é positivo para a atividade como um todo. "A renda gerada tende a dinamizar os demais setores", justificou.

O setor de serviços gerou quase 2 mil vagas em maio, enquanto a indústria de transformação abriu 1,4 mil novos postos. Os saldos foram bem mais tímidos do que no campo, mas Magalhães destacou que estão "condizentes" com a tendência esperada. Daqui para frente, os números devem oscilar até atingir o pico do emprego, entre os meses de setembro e outubro, explicou o técnico. Apesar de otimista, ele também reconheceu a dificuldade em projetar hoje o resultado final do ano. "O mercado de trabalho é uma caixa de surpresas." / COLABORARAM

EDUARDO RODRIGUES, CAIO RINALDI E THAIS BARCELLOS



Facebook.  
Curta a página da Economia

facebook.com/economiaestadao

# Vitória no plenário é certa, diz Temer

Em visita à Rússia, presidente convocou entrevista coletiva de última hora para relativizar derrota da reforma trabalhista em comissão

O presidente Michel Temer afirmou ontem que a vitória do governo na votação da reforma trabalhista no plenário do Senado “é certíssima”. Depois da derrota na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente convocou de última hora uma entrevista coletiva em Moscou, na Rússia, para onde viajou em missão oficial, para assegurar que vai reverter o resultado.

Temer fez questão de dizer que a derrota é “muito natural”, porque os projetos passam por várias comissões. “O que importa é o plenário”, disse. “O plenário vai decidir e lá o governo vai ganhar. É maioria simples.”

Alinha de raciocínio foi adotada com o mesmo padrão por pelo menos cinco ministros de Estado, além de lideranças no Congresso, que deram entrevistas ou postaram vídeos nas redes sociais minimizando a rejeição do texto pelos senadores da CAS. Mas a declaração mais contundente veio do ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, que no-

**PARA ENTENDER**

**O caminho da reforma**

- 1. Projeto da reforma trabalhista é analisado por três comissões**  
Comissão de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça
- 2. Função das comissões**  
Cada comissão avalia o projeto e é produzido um relatório que é votado pelos membros
- 3. Tramitação**  
Parecer aprovado ou não, projeto segue a tramitação até



chegar ao plenário

- 4. Relatórios**  
No plenário, relatórios servem de referência para que senadores avaliem o projeto
- 5. Autonomia**  
Plenário não precisa seguir recomendação dos pareceres e senadores votam pela aprovação ou rejeição do projeto

minou parlamentares governistas que votaram contra a medida e criticou diretamente o aliado PSDB pela derrota.

Após “lamentar” o voto contrário dos senadores Hélio José (PMDB-DF) e Eduardo Amorim (PSDB-SE), o ministro clas-

sificou como uma “surpresa” a atitude, “principalmente porque o PSDB sempre alardeou ser favorável às reformas”. “La-

mento muito que essas pessoas não tenham dimensionado essa sinalização (ruim para a economia). E mais, pessoas que se diziam compromissadas. Mas isso não nos esmorece”.

Rebatendo as críticas de Moreira, o presidente interino do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), lembrou que a posição de Amorim era de conhecimento público e aproveitou para estocar o governo que, em sua avaliação, “falhou” ao deixar a oposição vencer a votação.

“O governo levou todo mundo para Moscou e esqueceu da votação”, provocou Tasso, questionando o fato de os principais articuladores tucanos no governo terem viajado com Temer para visita oficial à Rússia na mesma semana da votação na CAS. Citou o ministro Antônio Imbassahy (Secretaria de Governo) e o líder do PSDB no Senado, Paulo Bauer (SC), que fazem parte da comitiva.

Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil) postaram vídeos nas redes sociais. “Episódios como este

são absolutamente corriqueiros e esperáveis dentro do processo legislativo”, afirmou Meirelles. Padilha foi ainda mais otimista dizendo ter “plena convicção” na aprovação do texto no plenário “com margem bastante dilatada de votos”.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou a estratégia para os próximos dias de tramitação do projeto no Senado. “O governo tem maioria e vamos aprovar o projeto na CCJ e no plenário”, afirmou. O senador explicou que irá pedir regime de urgência para projeto no plenário.

O presidente da República em exercício, Rodrigo Maia (DEM-RJ), negou que o resultado da votação na CAS teria matado a tramitação da reforma da Previdência na Câmara. “Não tem nada morto. Estamos, do ponto de vista fiscal, quase mortos, por isso a gente precisa da reforma da Previdência”, respondeu. / ANDREI NETTO, TÂNIA MONTEIRO, JULIA LINDNER, ISABELA BONFIM, CARLA ARAÚJO, DAIEANI CARDOSO E DANIEL WETERMAN)

**\* ANÁLISE: Rafael Cortez**

**Capital político limitado ameaça as reformas**

O principal efeito da rejeição do parecer do governo sobre a reforma trabalhista pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado diz respeito ao debate político para além das fronteiras do Congresso. Trata-se de uma derrota importante para o governo, mas que não inviabiliza, necessariamente, a aprovação da medida no plenário. Esse revés, contudo, deve reforçar as incertezas relativas ao capital político do

governo em meio à grave crise. A percepção da funcionalidade da atual administração para a economia é central na defesa do mandato de Temer. A reversão dessa expectativa pode prejudicar o governo na votação para barrar a provável denúncia contra o presidente ser feita pela Procuradoria-Geral da República. A combinação entre agenda de corrupção e percepção de paralisia decisória é mortal para qualquer administração. Na verdade, uma parte do jogo político da reforma trabalhista está associada à percepção dos agentes econômicos. O governo utilizou a discussão dessa reforma para dar

um choque de expectativas no mercado, aumentando a ambição reformista. Ao ampliar o escopo das propostas, o Planalto minimizava os sinais de desconfiança, na medida em que a reforma da Previdência enfrentava dificuldades de tramitação. Não por acaso, o Planalto luta para a manutenção do texto aprovado pela Câmara, a despeito da insatisfação do Senado com pontos do projeto, mesmo dentro da coalizão de governo. O Planalto não quer apenas as mudanças na legislação trabalhista, mas quer dar um sinal de que o mandato Temer é ainda funcional para a economia. Para o bem ou para o mal, o destino da re-

forma trabalhista não antecipa o quadro para a Previdência. A situação das mudanças previdenciárias depende da luta pelo mandato presidencial e da coordenação da base aliada. Resolver a incerteza sobre a continuidade do governo é condição necessária para dar alguma viabilidade à reforma “minguada” em relação ao texto aprovado na Comissão Especial da Câmara. Independentemente das oscilações de curto prazo, a janela de oportunidade para aprovação das reformas está diminuindo. \* DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA E SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA.

# Desembolsos do BNDES caem 17%

De janeiro a maio, foram liberados R\$ 27,7 bilhões para empréstimos já aprovados; resultado reflete recuperação lenta do País, diz o banco

Vícius Neder / RIO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 27,738 bilhões, de janeiro a maio, para empréstimos já aprovados, queda nominal (sem descontar a inflação) de 13% em relação a igual período de 2016, informou ontem a instituição de fomento. Em termos reais, levando em conta a inflação, a queda foi de 17%. Apenas em maio, o BNDES liberou R\$ 6,356 bilhões,

queda real de 9%. “Os indicadores de desempenho do BNDES seguem refletindo a situação econômica do Brasil, de recuperação lenta e gradual”, diz a nota à imprensa divulgada pela instituição. As aprovações de novos empréstimos somaram R\$ 5,6 bilhões em maio, acumulando R\$ 24,3 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, queda de 32% frente a igual período de 2016. As consultas, primeiro passo do processo de pedido de crédito do banco, registraram R\$ 37,832

bilhões de janeiro a maio, queda nominal de 22%. A instituição procurou ressaltar pontos positivos. “O BNDES continua atuando para suprir as necessidades de financiamento da economia brasileira, sobretudo nos segmentos onde há maior restrição de acesso ao crédito”, diz o texto. O primeiro exemplo citado é o Progeren, linha de crédito para capital de giro, que foi reativada, com injeção de recursos, no início do ano. Segundo o banco, a linha liberou R\$ 2,7 bilhões no

ano, até maio, crescimento nominal de 365% em relação a igual período de 2016. Nos últimos 12 meses, os desembolsos do Progeren somam R\$ 4,8 bilhões, 172% acima do registrado no período imediatamente anterior. Outro exemplo é a alta nominal de 42% nas aprovações da Finame, linha para bens de capital. “O maior destaque, em termos de valor aprovado da Finame, são os Programas Agrícolas do Governo Federal – entre eles o Moderfrota. Excluindo-se das aprovações da Finame a parcela referente ao segmento agrícola, bem como ônibus e caminhões, chega-se a uma taxa de crescimento de 168%, entre janeiro de 2017”, diz o BNDES. Para Mário Bernardini, con-

sultor econômico da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), não há o que comemorar. “Gostaria muito que houvesse boas notícias, mas, por mais que procure, não tem nada de novo”, disse Bernardini. “O setor (de máquinas agrícolas) pesa cerca de 15% no total da indústria de máquinas e equipamentos. Os outros segmentos continuam despencando.” Segundo ele, o faturamento da indústria de máquinas e equipamento está 50% abaixo de 2013.

● **Crédito menor**  
**R\$ 6,35 bi**  
foi o total liberado em maio para empréstimos já aprovados, 9% menos que no mesmo mês de 2016

# Crise eleva número de brasileiros que deixam o País

Segundo a Receita, foram entregues 55,4 mil declarações de saída definitiva entre 2014 e 2016; nos três anos anteriores, foram 30,5 mil

**Ana Carolina Neira**  
**Ricardo Rossetto**

**A busca por uma oportunidade de vida melhor fora do Brasil se intensificou nos últimos anos, em grande parte por causa da crise econômica. De acordo com dados da Receita Federal, entre 2014 e 2016 foram entregues 55.402 Declarações de Saída Definitiva do País, um aumento de 81,61% na comparação com o triênio imediatamente anterior. De 2011 a 2013, período que antecede a crise econômica, 30.506 pessoas entregaram o mesmo documento. O número, no entanto, pode ser ainda maior, já que nem todos os brasileiros prestam essa informação quando vão embora.**

que “deveria nascer internacional”. O próximo passo foi analisar qual o melhor destino para a startup que queriam criar. “Não bastava ter vontade de ir morar fora, pegar tudo e desembarcar em outro país. O primeiro lugar que surgiu no meu radar foi o Vale do Silício, na Califórnia, então fui para lá entender como era a vida de um empreendedor naquele local. Só quando voltei é que decidimos investir”, lembra.



#### NA WEB

**Portal.** Leia mais sobre o mercado de trabalho

[economia.estadao.com.br](http://economia.estadao.com.br)

A publicitária Camila Juhrs Flaire, de 26 anos, está entre os que decidiram fazer as malas e abandonar tudo em São Paulo. Há um ano, ela aproveitou a cidadania portuguesa herdada do avô lusitano, deixou o emprego na área de eventos e embarcou para o Porto, em Portugal. “Sabia que ficando no Brasil, mesmo formada, não teria grandes oportunidades ou qualidade de vida. Fugi da crise também, pois ela se tornou um obstáculo.”

A desilusão com a situação política e a taxa de desemprego elevada são os maiores responsáveis pela saída de quem escolhe países como Portugal, Canadá e EUA para uma nova vida. “Há uma falta de crença generalizada na recolocação profissional porque há muitas pessoas de-

sempregadas. É natural esse desejo por experiências em outros locais”, diz a sócia-fundadora da consultoria executiva Unique Group, Alexia Franco.

Há quem se mude com o desejo de empreender lá fora, mas a espera por resultados imediatos acaba frustrando muita gente, diz o presidente da consultoria especializada em mobilidade global Emdoc, João Marques da Fonseca. “É preciso entender a cultura local e adaptar seus produtos e serviços às necessidades do novo público.”

Essa foi a fórmula seguida pelo empresário Guilherme Cerqueira, de 36 anos. Fundador de uma empresa de tecnologia, ele e os sócios já tinham em mente um outro negócio envolvendo comportamento e consumo,

Em 2015, Cerqueira deixou o Brasil com a mulher e os dois filhos. Ele cita a crise econômica e a violência do Rio de Janeiro, onde morava, como fatores determinantes para a mudança.

**Expectativa.** Segundo Fonseca, da Emdoc, outro erro constante de quem deixa o Brasil é acreditar que a vida lá fora será semelhante ao experimentado aqui. Em certos casos, ele confessa identificar que algumas dessas aventuras já surgem com data certa para acabar pela falta de alinhamento entre expectativa e realidade.

“Boas ideias e dinheiro guardado não são suficientes. A pessoa sai daqui com uma ideia sobre ganhos e estilo de vida e somente lá percebe que a dinâmi-

ca é completamente diferente”, comenta Fonseca.

No caso de Cerqueira, a cobertura na Barra da Tijuca deu lugar a um apartamento de dois cômodos em São Francisco, para conter despesas e fazer o dinheiro render enquanto seu negócio não decolava. Para Camila, o caminho encontrado foi aceitar um emprego na área de telecomunicações. Apesar de não ter relação com sua formação, o novo trabalho ajudou no entendimento de como funcionava o mercado de trabalho em Portugal, diz a jovem. “Começar do zero não é fácil. No primeiro mês, se alguém me perguntasse se eu tinha desejo de voltar diria que sim. Hoje, tenho certeza de que quero ficar de vez.”

## VERA MAGALHÃES



• E-MAIL: VERA.MAGALHAES@ESTADAO.COM  
• TWITTER: @VERAMAGALHAES  
• POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/VERA-MAGALHAES/

### O contra-ataque

**E**nquanto Michel Temer viaja para a Rússia e a Noruega, seus advogados preparam um extenso recurso ao Supremo Tribunal Federal para questionar vários procedimentos, alegações e desdobramentos do inquérito que investiga o presidente.

A defesa considera que os últimos acontecimentos, como o relatório preliminar da Polícia Federal e a entrevista de Joesley Batista à revista *Época*, vão ajudar a comprovar inconsistências tanto na delação do grupo JBS quanto nas acusações contra Temer.

Entre os questionamentos que serão elencados está o fato de Fachin ter usado, segundo aliados do presidente, “três pesos e três medidas” ao desmembrar os inquéritos decorrentes da delação dos Batistas: o de Temer ficou sob sua relatoria, o de Aécio Neves foi redistribuí-

do e do governador Reinaldo Azambuja (MS) submetido ao plenário.

O recurso também apontará que o relato da JBS não cumpre vários requisitos da delação premiada, entre eles o de o delator narrar fatos concernentes a uma organização criminosa da qual tenha participado. No entender da defesa, Joesley foi “pescar” uma acusação a partir do momento em que decidiu colaborar e passou a gravar Temer, Rocha Loures e outros.

O entorno de Temer ironizou o relatório da PF: “É o primeiro caso em que o silêncio do investigado é usado como comprovação de culpa”, disse um palaciano.

Os advogados vão apontar supostas “ilações” contidas na peça, além do fato de ela ter sido produzida antes que a perícia nos áudios da conversa entre Temer e Joesley estivesse concluída, para pedir que a peça seja desconsiderada pelo Supremo.

HELVIO ROMERO / ESTADÃO - 17/5/2004



**Calendas.** Maluf e a mulher não devem cumprir pena tão cedo, dizem advogados

#### STF

#### Para colegas, mudança de Fux antecipa decisão sobre Aécio

Colegas do STF interpretaram a mudança de posição de Luiz Fux sobre Andrea Neves no intervalo de uma semana como “acomodação” do ministro para justificar, sem parecer contraditório, o esperado voto contra a prisão preventiva de Aécio Neves (PSDB).

#### CONDENADO

#### Maluf não cumprirá pena francesa, avaliam advogados

Questionados sobre a execução da pena confirmada pela Justiça francesa de prisão de Paulo Maluf e familiares, criminalistas são unânimes em apontar que ele não deverá cumprir “um dia” de prisão. A homologação da pena pela Justiça brasileira deve levar anos.

#### REFORMAS

#### Governo vai cobrar de Kassab traições do PSD

O ministro Gilberto Kassab (Comunicações) será chamado para uma conversa no Planalto sobre a total falta de apoio do PSD às reformas no Senado. Os três senadores da bancada têm uma postura abertamente antigoverno. Ontem, Sergio Petecão (AC) se ausentou da CAS na votação da reforma trabalhista e Otto Alencar (BA) votou contra. Se não fazem falta nessa votação, mais simples, três votos (contando ainda Omar Aziz) podem ser fatais na discussão da mudança na Previdência.

#### COMPLIANCE

#### Delação de Palocci faz bancos adotarem medidas

Os grandes bancos se movimentam de forma discreta, mas já tentam prevenir possíveis estragos com a esperada delação do ex-ministro Antonio Palocci – que deverá focar, entre outros setores, no financeiro. Duas das maiores instituições privadas iniciaram uma operação de compliance antecipada. Sem alarde, esses bancos estão convidando clientes considerados politicamente expostos a encerrar suas contas.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS  
MARCELO DE MORAES  
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM  
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

# Demora das reformas já preocupa o governo

Numa conversa com o presidente da Câmara e presidente em exercício, Rodrigo Maia, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, perguntou se existe “ambiente para a aprovação da reforma da Previdência”. Maia tentou tranquilizar o ministro, mas a derrota da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e a paralisação da previdenciária na Câmara acenderam o alerta na equipe econômica. “Disse a ele que tem ambiente. Mas nesse clima político é difícil votar. Precisamos aguardar a superação da crise”, revelou Maia.

» **Mas só chove.** Maia diz que a crise pode diminuir até julho ou agosto. Mas admite que essa é uma previsão otimista.

» **O roto...** Mesmo na Rússia, Michel Temer não escondeu sua irritação com a derrota na CAS. Achou que o governo tinha votos para ganhar e passou, de graça, a impressão de que está sem o controle de sua base.

» **...falando do rasgado.** Mas Temer também foi criticado. Aliados do presidente afirmam que o governo teve “salto alto” e não chegou se teria os votos para aprovar a proposta.

» **Mais um.** Paulinho da Força indicou o economista Marcos Perito, da Executiva Nacional da Força Sindical, para substituir o presidente do FI-FGTS, Luiz Fernando Emediato, acusado por delatores da Lava Jato de receber propina.

» **Dono da vaga.** Emediato também era indicação de Paulinho. A troca ocorre por pressão do ministro Ronaldo Nogueira (Trabalho).

» **Surpresa!** A Young & Rubicam Brasil, de Roberto Justus, decidiu não continuar no processo de licitação de R\$ 208 milhões para atender a Presidência da República em 2017.

» **Amigo.** A desistência abre caminho para a 4.ª colocada: Calia/ Y2 Propaganda, de Gustavo Mouco, irmão de Elsinho Mouco, marqueteiro de Michel Temer e do PMDB.

» **Não deu.** Procurada, a Young disse que desistiu porque a Secom prorrogou o prazo de vigência do contrato por mais dois meses.

COLUNA DO ESTADÃO



» **CLICK.** Em solenidade no Senado, o presidente em exercício Rodrigo Maia brinca com a cor da gravata do ministro Helder Barbalho. “Gravata vermelha, nãooooo!”.

» **Deu medinho.** Advogados que acompanharam a sessão da 1.ª Turma do STF ontem saíram com a certeza de que, não fosse o adiamento, Aécio Neves seria mandado para a prisão domiciliar, como a irmã.

» **Simples assim.** Um importante advogado resume: “Se a defesa tivesse certeza de que a prisão seria negada, não atuaria para adiar”.

» **Pindaíba.** Deputados da frente sucroalcooleira pediram ontem ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o aumento da Cide. “Quem tem problema grave com a Cide é o BC. E agora o BC precisa baixar os juros”, respondeu.

» **Você pagou...** Após ser demitida da Suframa, a ex-deputada Rebecca Garcia (PP) se lançou candidata ao governo do Amazonas.

» **...Com traição.** Ela vai disputar contra Eduardo Braga (PMDB), que a apadrinhou na indicação. O vice da pepista é o deputado estadual Abdala Fraxe (PTN), multado pelo Cade por formação de cartel de combustível.

» **Olha a onda.** Uma onda de “já ganhou” está influenciando procuradores a votar a favor de Raquel Dodge na sucessão de Rodrigo Janot na PGR. O atual cenário garante a presença dela na lista tríplice.

COM NAIRA TRINDADE



» **SINAIS PARTICULARES.** Aécio Neves, senador afastado (PSDB-MG)

## PRONTO, FALEI!

 **Luís Roberto Barroso**  
Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

“Tá gravado, tá filmado, todo mundo o viu recebendo dinheiro”, ao votar a favor da prisão de Mendherson Lima, ex-assessor do senador Zezé Perrella.

# Reformar o quê, como, para quê?

BOLÍVAR  
LAMOUNIER

O debate sobre a reforma política arrasta-se desde a Constituinte (1987-1988) e do plebiscito de 1993 sobre o sistema de governo, com resultados práticos assaz limitados. Todo ano, aí por volta de abril, o Congresso Nacional ressuscita a questão, para gáudio do jornalismo político e dos cultores acadêmicos da matéria.

Esquemáticamente, creio poder afirmar que esse ciclo anual se repete com uma notável falta de clareza quanto ao que precisa ser reformado e aos objetivos mais amplos, direi mesmo estratégicos, de uma eventual reforma. Ao longo do tempo, essas duas carências foram agravadas por um retrocesso na discussão do *modus faciendi* – ao “como” da reforma. Em nome do realismo, convencionou-se que a reforma haveria de ser “fatiada”, minimalista, conceito válido enquanto referência às dificuldades de aprovação no Congresso, mas que obviamente prejudica a reflexão de substância quanto ao “quê” e ao “para quê” reformar. Sem esquecer que mesmo as finas fatias que começaram a ser cogitadas desde a segunda metade dos anos 1990 não percorreram com a suavidade esperada o trato digestivo dos senhores senadores e deputados.

Neste ano da graça de 2017, a discussão retorna envolta em espessas nuvens escuras. Seu objeto já não é a uma conjuntura de instabilidade institucional considerada em abstrato, mas uma instabilidade real batendo às nossas portas. Tampouco se trata de uma situação de ineficácia governamental crônica – de “ingovernabilidade”, no jargão dos cientistas políticos –, considerada em tese, mas dos graves danos infligidos ao País pelo governo da senhora Dilma Rousseff, da inacreditável perda de tempo exigida pelo impeachment e dos riscos que se perpetuam em razão da debilidade do governo Temer. Quase três anos de recessão e o assustador aumento do número de desempregados parece ainda insuficiente para os dirigentes políticos e os quadros formadores da opinião nacional encararem com seriedade a

questão da reforma.

Reformar o quê? Depois da tragicomédia do impeachment de Dilma Rousseff e do mero fato de se haver cogitado da antecipação das eleições de 2018, parece-me fora de dúvida que o cerne da questão é o sistema presidencialista de governo. O traço essencial desse sistema é, como sabemos, a rigidez. Do ponto de vista institucional, o Legislativo e o Executivo, eleitos em separado, com base em princípios distintos, nada devem um ao outro. Salvo o amargo remédio do impeachment, que inevitavelmente envolve o processo político num cipoal jurídico apenas acessível aos especialistas, um Poder não tem como influir sobre o outro. Inexiste base constitucional para tanto.

## ‘Esse Congresso’ e ‘esses partidos’ tornam necessárias as alavancas do parlamentarismo

Assim, seja qual for o tamanho do desastre causado por qualquer dos dois, ou por ambos, eventuais crises só podem ser superadas pela passagem do tempo. Não por ações e negociações políticas, mas pelo estrito formalismo do calendário nacional. O resto é golpe.

Essa, exatamente, é a situação em que o Brasil se encontra e que, a rigor, teve início já nas primeiras semanas do segundo mandato da senhora Rousseff. No sistema parlamentarista, o chefe de governo (primeiro-ministro) que não disponha de apoio congressual para governar pode ser afastado a qualquer tempo, tenha ou não cometido crime de responsabilidade. E a recíproca é verdadeira. Uma legislatura que se recuse a colaborar com o Executivo, aprovando em tempo razoável medidas de alta relevância para a sociedade, pode ser dissolvida, com a convocação de eleições parlamentares antecipadas. O Executivo dispõe, portanto, de uma alavanca poderosa para resolver impasses, evitando que os congressistas transformem diferenças razoáveis de avaliação num jogo estéril, num desperdício de tempo que o país não pode tolerar.

Deixei propositalmente de lado o problema do chamado

“presidencialismo de coalizão”. Num quadro como o nosso, de proliferação partidária desordenada, é praticamente nula a chance de o Executivo formar uma base de apoio com duas ou três agremiações; se o maior partido dispõe de apenas cerca de 20% das cadeiras legislativas, o presidencialismo será inevitavelmente “de coalizão”. Os absurdos que tal condição implica aí estão, à vista de todos. Idealmente, portanto, a eventual adoção do parlamentarismo deve associar-se a uma freada enérgica na proliferação. Mas não concordo com a afirmação de que o conserto da estrutura partidária seja uma precondição para a mudança do sistema de governo. De fato, é comum ouvir que o parlamentarismo não pode ser implantado “com esse Congresso”, ou “com essa estrutura partidária fragmentada”. Ora, nas condições brasileiras, o que torna as alavancas parlamentaristas necessárias e urgentes é justamente o fato de termos “esse Congresso” e “esses partidos”, travas que o sistema presidencialista não tem como romper.

Reformar para quê? Aventuro-me a afirmar que a instabilidade do regime constitucional, risco intensamente considerado pelos constituintes de 1987-1988, já não é uma ameaça grave no Brasil. Muito mais séria é a ineficácia ou baixa eficiência do processo decisório (o risco da “ingovernabilidade”) – como o evidenciam o sofrido andamento das reformas trabalhista e previdenciária no Congresso. Nunca é demais lembrar que o Brasil é um dos países aprisionados no que os economistas chamam de “armadilha da renda média”. Refiro-me aqui a países que chegaram até com certa facilidade ao patamar de 10 mil ou 12 mil dólares de renda anual por habitante, mas não conseguem pular para os 20 ou 25 mil, nível ainda modesto, característico dos países mais pobres da Europa, como Grécia e Portugal.

\* SÓCIO-DIRETOR DA AUGURIUM CONSULTORIA E AUTOR DO LIVRO LIBERAIS E ANTILIBERAIS: A LUTA IDEOLÓGICA DO NOSSO TEMPO” (COMPANHIA DAS LETRAS, 2016)

# Tamanho do Estado



RUY MARTINS  
ALTENFELDER SILVA

O tema da desregulamentação ganhou destaque na agenda dos países desenvolvidos como resposta ao excesso de normas que emperram a atividade produtiva, em especial, mas não exclusivamente, nas áreas desenvolvidas pelo setor privado. Para conhecer as razões de tal fenômeno é necessário voltar no tempo e buscar a gênese da regulamentação. Apesar de o *Velho Testamento* e o Direito Romano já mencionarem preços máximos e limites para taxas de juros, foi mais recentemente que esse fenômeno tomou contornos mais precisos.

As funções tradicionais do Estado sofreram profundas alterações a partir do surgimento do problema populacional, como nos aponta Michel Foucault na *Microfísica do Poder*. A necessidade de cuidar do saneamento das cidades, da educação, da saúde, da segurança, da habitação, etc., fez ampliar o leque de preocupações e motivações da estrutura estatal então vigente. A partir daí, temos assistido ao progressivo incremento das funções estatais, com a substituição do “Estado liberal” pelo “Estado social”, e à sua participação em grande número de setores, desde a educação e a saúde até o desempenho direto de atividades produtivas, passando pela disciplina das atividades econômicas, a chamada “regulação” ou “regulamentação”.

Inicialmente, tais regras tinham como objetivo “corrigir falhas do mercado”, tais como os monopólios e os oligopólios, ou a concorrência destrutiva, do que decorreram normas de proteção dos produtores, visando a resguardá-los dos efeitos danosos de tal competição. Daí em diante, em especial no caso brasileiro, passou-se a tomar como pacífico que, se existe algum problema, basta que o Estado edite algumas normas e a questão estará resolvida.

A instabilidade de regras é fator de perturbação do setor produtivo em geral. Na falta de políticas definidas para o médio e o longo prazos, a contínua intervenção do governo, não poucas vezes com visível teor casuístico, cria um clima de incerteza, que afeta a nor-

malidade dos negócios e retrai os investimentos.

É necessário incrementar a luta contra o processo irracional de excessiva regulação, que obstrui os mecanismos naturais da produção, comercialização, financiamento e capitalização. Essa profusão de medidas provisórias, regulamentos, portarias, instruções e ordens de serviço, constituindo-se num autêntico cipó legal em todos os níveis, é frequentemente alterada, provocando insegurança e tumultuando as relações normais do processo produtivo.

As agências reguladoras ainda não produziram os efeitos positivos para os quais foram idealizadas. Tornaram-se, em sua maioria, órgãos burocratizantes e ideologizados. Elas foram criadas para fiscalizar e controlar a qualidade na prestação de serviços e estabelecer regras para seus respectivos setores. A boa intenção acabou se transformando em enorme decepção. A maioria das agências acabou se transformando em verdadeiro cabide de empregos, deixando de cumprir as finalidades para que elas foram criadas: regulação, fiscalização e normatização. As agências criadas são a Aneel (energia elétrica), em 1996; a Anatel (telecomunicações), 1997; a ANP (petróleo,

## O desenvolvimento econômico e social precisa de regras claras, de previsibilidade

gás natural e biocombustíveis), 1998; a ANS (saúde suplementar), 1999; a ANA (recursos hídricos), 2000; a Ancine (audiovisual), 2001; a Antaq (transporte ferroviário e rodoviário), 2001; e a Anac (aviação civil), 2005.

Não figuro entre aqueles para os quais o Estado é a fonte de todos os males. Repudio, entretanto, a tese de que a regulamentação e outras formas de intervenção estatal sejam a panaceia universal para nossos problemas.

Quando, na teoria, surgiu a questão do Estado, algumas correntes advogaram sua extinção, em razão de representar uma ameaça à liberdade humana. Já os liberais reconheciam os riscos de ele vir a tor-

nar-se um perigo, porém, em vez de proporem o seu aniquilamento, sugeriram seu controle, seja pelas formas legais, seja pelo equilíbrio e pela harmonia dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de modo a aproveitar suas potencialidades, sem ferir a liberdade dos indivíduos.

Creio que a atitude perante a regulamentação deva ser semelhante. Caso se torne necessária em algum setor, a sociedade deve exigir que ela cumpra a finalidade para a qual foi criada e que os custos sejam compatíveis. Além de regular muito, o Estado regula mal.

Mais do que conceitos (ou preconceitos) ideológicos, interessa ao Brasil a verificação concreta de quanto se paga por essa estrutura e se esses gastos oferecem retorno satisfatório. Além da questão econômica, não podemos ignorar o papel da nossa formação histórica, de corte ibérico, que resulta em suposta necessidade de controle permanente das atividades privadas, em que a regra é a desconfiança *a priori* em relação aos agentes. Daí a pletera de órgãos com funções mal definidas e muitas vezes superpostas, cuja eficiência é reduzidíssima e com enorme custo. Vejam-se, por exemplo, as dificuldades para realizar uma reforma administrativa.

Creio que os primeiros passos para a desregulamentação e para a liberação da produção passam pelo debate desses temas, de modo que tenhamos um *background* de dados confiáveis, aptos a fundamentar decisões que, de um lado, liberem as atividades produtivas de encargos inúteis e dispendiosos e, de outro, quando se constatar que regulamentações sejam necessárias, se cumpram os requisitos da democracia em sua concepção, eficiência em sua implementação, durabilidade no tempo, coerência interna e avaliação periódica e isenta de sua aplicação.

O desenvolvimento econômico e social precisa de regras claras, previsibilidade. O País não pode ficar estagnado!



PRESIDENTE DO CONSELHO  
SUPERIOR DE ESTUDOS  
AVANÇADOS (CONSEA - FIESP/IRS)  
E DA ACADEMIA PAULISTA  
DE LETRAS JURÍDICAS

# Um alerta importante



O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes foi bastante preciso ao dizer, numa palestra feita no Recife, que a luta contra a corrupção não pode ser “uma meta em si mesma” nem pode constituir o único norte para a organização institucional do País. “Nenhum país se organiza social e politicamente com o objetivo de combater a corrupção”, afirmou o magistrado. Sem deixar de enfatizar a importância da Lava Jato e de outras operações semelhantes para punir os que se dedicam a pilhar os cofres públicos, a fala do ministro Gilmar Mendes serve como um necessário alerta para os rumos equivocados que a luta contra a corrupção pode eventualmente tomar, especialmente se for mantido o clima de guerra declarada contra os políticos em ge-

ral, como se estes fossem, por definição, inimigos da pátria. Nesses termos, em nome de tal combate, muitas vezes se pode ceder à tentação do arbítrio – e o resultado não é a regeneração da democracia, como se deseja, mas sua destruição.

A esse propósito, o ministro Gilmar Mendes disse que há risco de o País “despencar para um modelo de Estado policial”, numa referência a certos métodos empregados por procuradores e investigadores. O magistrado citou os “arranjos” e as “ações controladas” – caso da armação de flagrante que o empresário Joesley Batista fez contra o presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves, para basear sua delação premiada ao Ministério Público – como exemplos de “investigações feitas na calada da noite”, isto é, sem respeitar a lei. Para Gilmar Mendes, está claro que, quando isso acontece, “as investigações devem ser questionadas e de-

vem ter limites”.

A advertência do ministro do Supremo deveria servir como um chamado à prudência, artigo um tanto raro em meio à crispação generalizada que causa toda e qualquer crítica ao comportamento de certos procuradores e juízes, inclusive de tribunais superiores, que se deixam entusiasmar excessivamente pela missão de combater a corrupção.

Tome-se o exemplo do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que, no mesmo dia da palestra do ministro Gilmar Mendes, disse a seus pares num seminário do Conselho Nacional do Ministério Público que os críticos dos eventuais abusos da Lava Jato ou “militam na ignorância” ou “não têm compromisso verdadeiro com o País”.

Rodrigo Janot, portanto, recorreu ao lamentável expediente de dividir o Brasil entre “nós” (os bons que aplaudem tudo o que se fizer em no-

me da luta contra a corrupção) e “eles” (os que só podem ter más intenções quando fazem reparos a alguns métodos empregados pelos procuradores). Para deixar claro esse embate, o procurador-geral bradou: “Basta de hipocrisia! Não há mais espaço para a apatia. Ou caminhamos juntos contra essa vilania que abastarda a política ou estaremos condenados a uma eterna cidadania de segunda classe, servil e impotente contra aqueles que deveriam nos representar com lealdade”.

Por “caminhar juntos” entenda-se jamais discordar das atitudes de Rodrigo Janot, mesmo que, em nome do combate à corrupção, o procurador-geral da República tenha concedido perdão ao empresário Joesley Batista depois que este confessou mais de duas centenas de crimes, um recorde que deveria ser suficiente para fazê-lo enfrentar a Justiça.

A intenção declarada de Rodrigo Ja-

not e de outros procuradores e juízes é purgar o mundo político daqueles que, segundo seu entendimento, não são puros o bastante para o exercício de mandato eletivo. Ora, essa é, ou deveria ser, uma prerrogativa exclusiva do eleitor. Mas, como lembrou o ministro Gilmar Mendes, alguns promotores “expandiram as investigações para situações talvez até de mera irregularidade” – isto é, tudo o que envolve algum político se tornou automaticamente sintoma de corrupção –, pois a intenção é “mostrar que não há salvação no sistema político”.

Ao agirem dessa maneira, os cruzados anticorrupção estão a fazer política, e da pior espécie – Gilmar Mendes chegou a dizer que o resultado disso pode ser “uma ditadura de promotores ou de juízes”. E ele arrematou: “Vão confiar a essa gente, que viola o princípio da legalidade, a ideia de gerir o País?”.

# A reputação da USP

**H**á dois anos, a Universidade de São Paulo (USP) estava classificada na faixa entre as 51 e 60 instituições de ensino superior com maior reputação acadêmica, no ranking da Times Higher Education. Na classificação correspondente ao ano passado e só agora divulgada a USP caiu para a faixa das 91 a 100 melhores. Na lista, as universidades são mencionadas por posição até o 50.º lugar, sendo, a partir daí, enquadradas em grupos de dez até o 100.º lugar.

A Times Higher Education vem promovendo levantamentos comparativos desde 2004. Além de entrevistar milhares de professores, cientistas e pesquisadores recrutados em 133 países e que atuam no mundo acadêmico há pelo menos 18 anos e analisar 50 milhões de menções em revistas científicas, a entidade leva em conta o orçamento de cada universidade, o nível de ensino, a qualidade do corpo docente, o número de títulos de doutor concedidos, a quantidade de pesquisas e o volume de receitas delas decorrente, citações de artigos em periódicos de prestígio mundial, a influência das pesquisas na inovação industrial e o grau de internacionalização. A Times Higher Education também faz pesquisas destinadas a avaliar o nível de internacionalização de cada universidade, sua produção acadêmica nas áreas de

engenharia, tecnologia, artes, humanidades, física e ciências humanas. Promove, ainda, levantamentos sobre a relevância das pesquisas acadêmicas, a regularidade da publicação de artigos nas revistas científicas mais conceituadas e o nível de absorção, pelas empresas, das ideias e das tecnologias inovadoras desenvolvidas pelas universidades.

O topo da lista sempre foi ocupado por universidades americanas e inglesas. Desde a primeira edição das pesquisas da Times Higher Education, Harvard tem ficado em primeiro lugar. Em seguida, vêm o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e a Universidade Stanford. No levantamento de 2016, os Estados Unidos foram o país com maior número de universidades incluídas – 52. As duas posições seguintes foram ocupadas pelas universidades inglesas de Cambridge e Oxford. E universidades renomadas da Bélgica, França, Holanda e até da própria Inglaterra perderam espaço para instituições asiáticas no ranking de reputação acadêmica. Ocupando a 11.ª posição, a Universidade de Tóquio ficou à frente da Universidade de Colúmbia. E, no 39.º lugar, a Universidade de Hong Kong suplantou o King's College de Londres.

Apesar de oscilar nos levantamentos, a USP é a única universidade da América Latina que tem conseguido se manter entre as cem instituições

com maior reputação acadêmica, na avaliação da Times Higher Education. Nos últimos anos, seus professores e pesquisadores aumentaram o número de publicações em revistas internacionais que dispõem de conselho de arbitragem. Contudo, a qualidade – medida pelo total de citações nos periódicos mais respeitados – ainda deixa a desejar. A instituição emprega um número baixo de doutores premiados por mérito acadêmico. Seu processo decisório é excessivamente burocratizado e seus dirigentes sofrem, reiteradamente, atos de vandalismo praticados por minorias de estudantes e servidores em nome de teses radicais e estapafúrdias. E, decorrentes do descompasso entre a queda do orçamento, causada pela crise econômica, e os gastos vultosos com a folha de pagamento de um número excessivo de servidores administrativos, os problemas financeiros também têm prejudicado os investimentos em ensino e pesquisa.

O desafio da USP é tentar evitar que esses problemas a levem a perder posições nos próximos rankings. Quando uma universidade está entre as cem melhores, ela atrai bons alunos e bons professores, o que resulta em novas fontes de financiamento para suas atividades. Mas, quando sai desse patamar, tem menos oportunidades de obter financiamentos, o que tende a prejudicar sua imagem.

# Em jogo, o esforço de um ano

**O** Brasil pode perder um ano de trabalho duro, refletido nos sinais de melhora da economia, se a crise política mandar para o ralo o programa de ajustes e de reformas e, muito provavelmente, de controle da inflação. Não se trata apenas de jogar fora o crescimento contabilizado entre janeiro e março e a tendência de estabilização observada a partir daí. O risco é muito maior. Ninguém tem deixado isso mais claro que o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, apesar de seu esforço para ostentar algum otimismo. Em contatos com investidores, assim como na entrevista ao **Estado** publicada na segunda-feira, Goldfajn tem estado na linha de frente dos defensores da pauta de mudanças econômicas estruturais e de reparo das finanças públicas.

O balanço de um ano de esforços tem sido um dos pontos centrais dos comentários do presidente do BC. Há um ano a política econômica mudou de rumo, tem repetido Goldfajn, chamando a atenção para os efeitos positivos da nova orientação. O risco Brasil caiu pela metade no mercado financeiro. Depois de dois anos de recessão, há um cenário de estabilização e perspectiva de retomada gradual do crescimento. Os números do primeiro trimestre mostraram crescimento econômico de 1% em relação aos três meses finais de 2016. Esse avanço foi puxado pela agropecuá-

ria, mas também foram observados sinais positivos em outros setores. O setor externo vai bem, os investimentos estrangeiros cobrem com ampla folga o déficit nas transações correntes e o volume de reservas cambiais ultrapassa US\$ 375 bilhões, constituindo um bom colchão de segurança.

A mensagem é clara: apesar das muitas dificuldades à frente, resultados favoráveis foram acumulados, graças ao esforço de um ano, e o Brasil poderá perdê-los, se as autoridades forem incapazes de administrar a crise atual. Por enquanto, segundo Goldfajn, a desinflação continua, as expectativas se mantêm favoráveis e há condições para o Copom, o Comitê de Política Monetária do BC, continuar afrouxando as condições de crédito. O ritmo de afrouxamento e a extensão dessa política serão determinados, naturalmente, pelo reexame dos cenários interno e externo em cada reunião do comitê. O fator de risco principal é o aumento da incerteza quanto à “velocidade do processo de reformas e de ajustes”, diz o presidente do BC, reiterando mensagem difundida várias vezes desde a última decisão sobre a taxa básica de juros.

A política de juros volta sempre ao centro dos comentários. É um fator de grande importância para a evolução do crédito, para as decisões de investimento na capacidade produtiva e, enfim, para a continuidade e a consolidação do crescimento econômico. O agrava-

mento da incerteza política pode afetar as decisões sobre esse item e, portanto, travar a expansão dos negócios e a criação de empregos.

Dados positivos continuaram surgindo no começo do segundo trimestre. Em abril, o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) foi 0,28% maior que o de março, descontados os fatores sazonais, segundo informação distribuída na sexta-feira. O número acumulado em quatro meses foi 0,44% inferior ao de um ano antes, na série sem ajuste, mas dados parciais coletados até maio continuaram apontando maior dinamismo – e até contratações de pessoal – em alguns segmentos industriais. Os efeitos da crise iniciada no mês passado, com acusações ao presidente da República, ainda vão ser avaliados. Há pouca segurança, por enquanto, para estimar o desempenho geral da economia no segundo trimestre.

O balanço final do ano será determinado pela confiança de empresários, de investidores e consumidores. A disposição de consumir continuará dependente, em boa parte, da oferta de empregos. Quanto menor a perspectiva de ajustes e reformas, tanto mais difícil e demorada será a recuperação das contas públicas, tanto pior a avaliação do País e tanto mais atrasadas a retomada econômica e a criação de empregos. Perdido o esforço de um ano, o tempo necessário para sair novamente do buraco poderá ser muito maior.

# FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.221

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H06 ★ R\$ 4,00

## SP multa 320 motoristas ao dia por mexer no celular

Mais de 320 motoristas são multados diariamente em São Paulo por manusear o celular enquanto dirigem. Segundo dados da prefeitura, o índice se aproxima daqueles que são multados ao falarem no celular, segurando o aparelho com uma das mãos (quase 350). O Detran de SP afirma que o dispositivo só pode ser usado quando o carro estiver estacionado. **Cotidiano B1**

MARCELO COELHO

## Sites de música são um tipo de parlamentarismo

Os sites de música on-line tocam o que prefiro, sem que eu exerça o direito de eleição. No mundo auditivo, trata-se de parlamentarismo particular: artistas se trocam rápido, em intervalo estreito de preferências, sem que eu tenha depositado a confiança numa só emissora. **Ilustrada C8**

## Doadora, Noruega faz crítica à política ambiental do Brasil

Insatisfeito com o desmatamento no Brasil, o ministro do Clima da Noruega, Vidar Helgesen, questionará Temer, em encontro nesta semana, sobre os rumos da política ambiental. "Vemos tendências preocupantes", disse à **Folha**. O país é o maior doador internacional para projetos na Amazônia. **Ciência B5**

## Contra drogas, cidade dos EUA distribui seringas

Para combater expressivo aumento do consumo de opiáceos — como heroína — e reduzir risco no uso dessas drogas, a Prefeitura de Baltimore (EUA) distribui remédios e seringas diariamente. A cidade, que já enfrentou epidemia de crack, hoje prioriza abordagem de saúde à policial. **Cotidiano B4**

## Incêndio florestal ainda avança pelo centro de Portugal

A atuação de 2.000 bombeiros não tem sido suficiente para conter o incêndio florestal, iniciado no sábado, que deixou 64 mortos na área central de Portugal. Em Góis, 27 aldeias foram evacuadas. Os primeiros funerais ocorreram ontem. **Mundo A12**

**ATMOSFERA** Cotidiano B2  
Grande SP tem dia frio e nublado  
Mínima 15°C Máxima 19°C

**CIRCULAÇÃO**  
293.027 (Impressos + digitais)  
**AUDIÊNCIA**  
29.367.191 visitantes únicos/mês

**RODÍZIO** Cotidiano B2  
Não devem circular carros com placas cujo final seja: **5 ou 6**

ISSN 1414-8723  
3 2 2 1  
9 771414 572049



▶ **EM MOSCOW** Ao lado do russo Vladimir Putin, Temer recusou-se a comentar relatório da PF que o acusa de corrupção: 'Não faço juízo jurídico' **Poder A6**

**ILUSTRADA**  
David Lynch promove bandas independentes dos EUA na série 'Twin Peaks' **C1**

Carlos Alberto faz 30 anos de 'A Praça É Nossa' e descarta renovar o humorístico **C3**

# Corretor acusa Temer e diz que pagou a aliados

PF afirma que evidências indicam 'com vigor' prática de corrupção pelo presidente

O corretor de valores Lúcio Funaro afirmou que o presidente Michel Temer (PMDB) participou de operação que gerou pagamentos de comissões de R\$ 20 milhões. O dinheiro, segundo ele, foi pago por duas empresas que haviam obtido financiamentos na Caixa Econômica.

Funaro afirmou que BRVias e LLX receberam recursos do fundo de investimentos do FGTS e pagaram beneficiários a duas campanhas eleitorais: a presidencial, em 2014, e a de Gabriel Chalita, em 2012. De acordo com o corretor, o presidente fez "orientação/pedido" na operação.

Preso, Funaro, que estaria negociando delação, disse ainda que pagou comissão ao ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco, e ao ex-ministro Geddel Vieira Lima. Moreira e Geddel negaram as acusações. A BRVias informou que mantém colaboração com as autoridades.

A LLX, hoje Prumo, e Temer não se pronunciaram. Relatório parcial da Polícia Federal divulgado nesta terça-feira (20) afirma que há evidências que indicam "com vigor" a prática de corrupção passiva pelo presidente e seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures. **Poder A4**



▶ **CANDIDATA** Cristina Kirchner, ex-presidente da Argentina, anunciou em estádio em Avellaneda sua volta à política; ela lançou um partido e concorrerá ao Senado **Mundo A10**

## Governo sofre revés em texto da reforma trabalhista

Em derrota para o governo, o relatório da reforma trabalhista foi rejeitado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, por 10 votos a 9. O revés não altera o andamento do texto, que passará por outra comissão antes de chegar ao plenário. Ministros de Michel Temer atribuíram o resultado ao principal aliado do Planalto, o PSDB. **Mercado A13**

## Juiz rejeita queixa-crime do presidente contra Joesley

O juiz federal Marcus Bastos, de Brasília, rejeitou queixa-crime apresentada por Michel Temer contra Joesley Batista, da JBS, por supostas calúnia, injúria e difamação em entrevista. Para o juiz, Joesley narrou fatos e forneceu seu entendimento sobre eles, mantendo "direito constitucional de liberdade de expressão". Cabe recurso. **Poder A5**

## STF coloca irmã e primo de Aécio em prisão domiciliar

**Poder A7**

ANTONIO DELFIM NETTO

## Parte da imprensa se autopromoveu ao escrachar votos dos tribunais

Estamos numa crise real enorme, apimentada por notícias transmitidas por imaginários informantes que alimentam a "intriga criadora". Parte da imprensa autopromoveu-se de "técnicos de futebol" que sempre foram a "competentes juriconsultos" que — sem dívida nenhuma — "julgam" e "escracham" votos de ministros do TSE, STJ e STF. **Opinião A2**

EDITORIAIS **Opinião A2**

Leia "Fragil normalidade", sobre custos da permanência de Temer no Planalto, e "As marretadas", acerca de armas armazenadas nos fóruns.

**Hyundai CAO A.**  
MONTADORA 100% NACIONAL,  
LÍDER EM SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES DO BRASIL.

VEJA MAIS NAS PÁGINAS 5 E 7.

www.hyundai-motor.com.br

CAOA MONTADORA HYUNDAI

# Temer orientou operações que geraram propina, diz corretor

Funaro afirma à PF que ações junto ao FI-FGTS resultaram em R\$ 20 milhões

**Preso na Papuda, operador, que negocia delação, diz que recursos se destinaram a campanhas do PMDB**

CAMILA MATTOSO  
REYNALDO TUROLLO JR.  
RUBENS VALENTE  
DE BRASÍLIA

O corretor de valores Lúcio Funaro afirmou que o presidente Michel Temer participou da operação que gerou pagamentos de “comissões expressivas” de R\$ 20 milhões.

O dinheiro, segundo ele, foi pago por duas empresas que haviam obtido financiamentos na Caixa Econômica.

Funaro afirmou que a BRVias e a LLX receberam recursos do Fundo de Investimentos do FGTS e pagaram benefícios a duas campanhas eleitorais: a de Gabriel Chalita à Prefeitura de São Paulo pelo PMDB em 2012, e a presidencial de Temer em 2014.

O corretor afirmou que o atual presidente fez “orientação/pedido” na operação.

A BRVias é da família Constantino, dona da Gol. A LLX hoje se chama Prumo Logística e tem como sócio Eike Batista.

As declarações de Funaro, prestadas no último dia 14, foram anexadas aos autos da Operação Patmos, que investiga Temer, e tornadas públicas nesta terça-feira (20).

Funaro também afirmou ter ouvido do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que havia “conhecimento do presidente Michel Temer a respeito da propina

sobre o contrato [para construção] das plataformas entre a Petrobras Internacional e o grupo Odebrecht”.

A suposta participação de Temer em operações da Caixa já havia sido insinuada por Cunha. Em perguntas enviadas à Justiça, Cunha indagou se o presidente conhecia Henrique Constantino, sócio da BRVias, para tratar de financiamento pelo FGTS e se a empresa doou às campanhas agora citadas por Funaro. Cunha indagou se a “doação estava vinculada” à liberação desses recursos da Caixa.

Funaro, que está preso no complexo penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, e estaria negociando delação, afirmou também que pagou “comissão” ao ministro da Secretaria-Geral da Presidência e um dos principais aliados do presidente Michel Te-

mer, Moreira Franco.

O dinheiro, segundo o corretor, estava relacionado à liberação de recursos do FI-FGTS em 2009, para a empresa Cibe. Nessa época, Moreira Franco ocupava a vice-presidência de fundos de governo e Loterias da Caixa, gestora do Fundo de Investimento.

A empresa Cibe, segundo Funaro, era uma sociedade entre o grupo Equipav e Bertin, as quais “solicitaram ajuda” do corretor, pois “a solicitação da linha de crédito não estava caminhando”.

“O declarante [Funaro] pagou comissão desta operação a Eduardo Cunha e a Moreira Franco; os pagamentos foram feitos em espécie, não se recordando dos valores neste momento, mas que posteriormente irá apresentá-los”, disse Funaro, segundo a transcrição do depoimento.

## ▶ OUTRO LADO ◀

### Presidente não comenta; ministro nega acusação

DE BRASÍLIA

Michel Temer não se manifestou até a conclusão desta edição. Moreira Franco negou a acusação feita por Funaro: “Que país é esse, em que um sujeito [Funaro] com extensa folha corrida tem crédito para mentir? Não conheço essa figura, nunca o vi. Ele terá que provar o que está dizendo”.

A defesa de Geddel chamou as alegações de “infundadas e fantasiosas”. “Geddel não tinha autonomia para conceder ou liberar empréstimos nem para alterar taxas de juros.”

O Grupo Comporte, do qual a BRVias é uma das empresas, informou que segue colaborando com as autoridades. O controle da LLX saiu das mãos de Eike Batista em 2013, passando a um grupo norte-americano que trocou o nome da empresa para Prumo Logística. Hoje, Eike tem 0,19% da empresa. A Prumo também não se manifestou.

O corretor afirmou ainda ter pago, em espécie, R\$ 20 milhões ao ex-ministro Geddel Vieira Lima por “operações” na Caixa. Os recursos, segundo o corretor, eram “comissões” por liberações de crédito a empresas do grupo J&F.

Segundo Funaro, foi ele quem apresentou Geddel ao empresário Joesley Batista. O peemedebista era então vice-presidente de pessoa jurídica da Caixa, e o grupo J&F, holding que controla a JBS, segundo Funaro, tinha interesse em obter linhas de créditos junto a esta instituição.

A primeira operação efetuada para a J&F foi a liberação de operação de crédito para a conta empresarial. “Após essa fez mais empréstimos e outras operações de crédito para a própria J&F e outras empresas do grupo, como Vigor, Eldorado, Flora e Seara.”

O corretor de valores afirmou ainda que trabalhou na arrecadação de fundos das campanhas do PMDB em 2010, 2012 e 2014 e que estima que tenha arrecadado cerca de R\$ 100 milhões para o PMDB e partidos coligados.

Sobre Michel Temer, o corretor disse ainda que não tinha “relacionamento próximo” com o presidente, mas que com ele esteve em três oportunidades: “na base aérea de São Paulo, juntamente com o deputado Eduardo Cunha, em um comício para as eleições municipais em Uberaba (MG), no ano de 2012, também com Cunha e [o executivo da JBS] Ricardo Saud, e em uma reunião de apoio à candidatura de Gabriel Chalita à prefeitura”.

## Presidente teria intercedido junto a BNDES, diz Joesley

DE BRASÍLIA

Em depoimento à Polícia Federal na sexta (16), Joesley Batista, delator e dono da JBS, afirmou que soube pelo ex-ministro Geddel Vieira Lima que o presidente Michel Temer “pressionou” a ex-presidente do BNDES Maria Sílvia para favorecer o frigorífico.

De acordo com o empresário, o presidente teria chamado Maria Sílvia em seu gabinete para pedir que ela não vetasse uma reestruturação societária da JBS no exterior.

A data do encontro não foi informada no depoimento

prestado à PF. O teor do depoimento foi divulgado nesta terça (20) pelo STF.

O BNDES barrou a reestruturação — ou seja, a então presidente do banco não atendeu o desejo da empresa de Joesley. Maria Sílvia pediu demissão do comando do BNDES no dia 26 de maio, menos de dez dias depois de as delações dos executivos da JBS se tornarem conhecidas.

“O depoente [Joesley] se recorda que estava com uma demanda junto ao BNDES para não vetar a reestruturação societária da JBS SA no exterior. Que Geddel Vieira Lima

disse que precisaria contar com o apoio de Eliseu Padilha, razão pela qual o depoente organizou um jantar em sua casa para tratar do assunto”, diz trecho da transcrição do depoimento de Joesley.

“Que o depoente [Joesley] soube, por Geddel, que o presidente Michel Temer teria chamado a presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques, em seu gabinete em Brasília para pressioná-la no sentido de atender ao pleito do depoente.” O depoimento segue: “Que esse assunto foi inclusive narrado no dia 7 de março”, afirma. A data foi

quando Joesley foi ao Palácio do Jaburu e gravou o presidente Temer sem que ele soubesse. O BNDES foi citado na conversa, mas sem detalhes.

Em nota, o banco informou que Maria Sílvia participou de reunião em 24 de outubro de 2016, com Temer e diretores do BNDES, sobre a operação de internacionalização da JBS. “O presidente somente ouviu informações sobre as razões que levaram o banco a vetar a operação, não tendo solicitado que a diretoria alterasse a sua decisão.”

Geddel tem negado envolvimento em irregularidades.

# PF vê corrupção ‘com vigor’ de presidente

Relatório conclui que Temer aceitou promessa de vantagem indevida valendo-se da intermediação de um assessor

## Documento também aponta crimes de corrupção ativa por parte dos delatores da JBS

CAMILA MATTOSO  
RUBENS VALENTE  
REYNALDO TUROLLO JR.  
DE BRASÍLIA

Relatório parcial da Polícia Federal afirma que há “evidências” da prática de corrupção passiva por parte do presidente Michel Temer e de seu ex-assessor especial Rodrigo Rocha Loures.

“Diante do silêncio do Mandatário Maior da Nação e de seu ex-assessor especial, resultam incólumes as evidências que emanam do conjunto informativo formado nestes autos, a indicar, com vigor, a prática de corrupção passiva”, diz a PF.

O relatório concluiu pela prática do crime de corrupção passiva do presidente Temer “em face de, valendo-se da interposição de Rodrigo Rocha Loures, ter aceitado promessa de vantagem indevida em razão da função”.

O documento, assinado pelo delegado Thiago Delabary, aponta ainda os crimes de corrupção ativa por parte dos delatores Joesley Batista e Ricardo Saud, ambos da JBS.

A PF ainda não concluiu a

## Juiz rejeita queixa-crime contra dono da JBS

DE BRASÍLIA

O juiz Marcus Vinicius Reis Bastos, da 12ª Vara Federal de Brasília, rejeitou nesta terça (20) a queixa-crime apresentada um dia antes pelo presidente Michel Temer por

supostas calúnia, difamação e injúria contra um dos donos da JBS, Joesley Batista.

Os advogados de Temer foram à Justiça para buscar uma condenação criminal de Joesley após entrevista do empresário à revista “Época” publicada na sexta (16). Cabe recurso à decisão do juiz.

O juiz federal afirmou não ter identificado um “ânimo de difamar” do empresário Joesley, ou seja, não encontrou “a vontade específica de macular a imagem de alguém”, e que manifestação “eventualmente ofensiva feita com o propósito de informar, debater ou criticar, considerato particularmente amplo em matéria política, não configura injúria”.

Segundo o magistrado, o acordo de delação fechado por Joesley “vem sendo seguidamente contestado pelo conteúdo que encerra” e por isso “constitui direito” do empresário “a reiteração de fatos afirmados”.

O juiz observou que as afirmações “se deram em contexto determinado, qual seja, no âmbito dos fatos que culminaram com o acordo de colaboração premiada que celebrou com o Ministério Público Federal, ato já devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal”.

“O inequívoco intento do querelado [Joesley] é o de corroborar as declarações que prestou ao Ministério Público Federal, as quais, se confirmadas, indicam o cometimento de crimes pelo ora querelante [Temer].”

Marcus Bastos escreveu ainda que não identificou cometimento de crime de injúria e que, na entrevista, Joesley Batista “narrou fatos e forneceu o entendimento que tem sobre eles, ação que se mantém nos limites de seu direito constitucional de liberdade de expressão”. (RV)

apuração sobre outros dois supostos crimes de Temer: o de compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha e o de ter ouvido o relato de Joesley de que corrompeu juízes sem tomar providências.

O relatório da PF destaca o fato de Temer ter feito a “nomeação” de Loures para tratar com Joesley, conforme diálogo entre o presidente e o sócio da JBS em 7 de março.

Tal “nomeação”, na avaliação da PF, foi confirmada em pronunciamento do próprio presidente, quando ele tentou rebater as acusações.

Segundo a PF, Loures “recebeu minuciosas orientações” de Joesley “a respeito de questões que interessavam” ao grupo J&F junto ao governo. Depois, telefonou ao presidente interino do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Gilvandro de Araújo, para tratar da demanda de empresa de energia do grupo J&F.

Na conversa com o presidente do Cade, para a PF, Loures “foi claro ao afirmar a Gilvandro que se tratava de demanda remanescente de sua época de Planalto, ou seja, [...] afeta à Presidência”.

Ao analisar um processo que se arrastava no Cade, a PF concluiu que uma empresa do grupo J&F e a Petrobras celebraram um contrato de fornecimento de gás “à margem da tramitação” no órgão.

Embora diga que não foi possível concluir se a ação de Loures fez os servidores do Cade cometerem irregularidades, a PF diz que o crime de

corrupção está configurado, porque o ex-deputado “recebeu um pleito de Joesley, seguido da proposta de pagamento de vantagem indevida, na ordem de 5% dos ganhos”.

Antes de dizer a Loures dos 5%, segundo a PF, Joesley introduziu o assunto: “O Temer mandou falar, vou falar...”.

O relatório esmiúça os passos que levaram à entrega de uma mala com R\$ 500 mil ao ex-deputado, com destaque para um encontro dele com Saud, lobista da JBS. Nesse encontro em um café em São Paulo, eles operacionalizaram os repasses, segundo a PF.

“Ricardo Saud fez menções a ‘presidente’, sem nunca ter sido corrigido por Rodrigo da Rocha Loures, dando a entender, claramente, por força do contexto, que Michel Temer estava por trás das tratativas.”

Antônio Mariz, que defende Temer, disse que não se pronunciará sobre o relatório porque ele “deveria ser apenas um relato das investigações, não uma peça acusatória”.

# Defesa afirma que OAS não tinha mais poder para dar tríplex a Lula

Advogados entregam alegações finais a Moro e apresentam novo argumento para absolvição

**Defensores sustentam que imóvel em Guarujá estava vinculado à Caixa e não tinha como ser repassado ao petista**

FELIPE BÄCHTOLD  
DE SÃO PAULO

A defesa do ex-presidente Lula apresentou nesta terça-feira (20) suas alegações finais na ação penal em que ele é acusado de receber propina da empreiteira OAS por meio da posse de um apartamento tríplex em Guarujá (SP).

No documento, os advogados do petista revelaram uma nova linha de defesa e afirmam que a construtora não poderia ceder ou prometer a posse do imóvel a ele porque os direitos econômicos da unidade tinham sido repassados à Caixa Econômica Federal em uma operação financeira da construtora.

Para os advogados de Lula, isso invalida a acusação do Ministério Público Federal de que o imóvel foi reservado ao ex-presidente pelo empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, em retribuição a vantagens oferecidas em contratos da Petrobras.

“Nem Léo Pinheiro nem a OAS tinha a disponibilidade deste imóvel para dar ou para prometer a quem quer que seja sem ter feito o pagamento à Caixa”, disse o advogado Cristiano Zanin Martins.

Zanin sustenta que os direitos sobre o tríplex e outros imóveis do prédio foram dados como garantia pela OAS em uma negociação, a partir de 2009, para a emissão de debêntures (títulos emitidos por uma empresa para cap-



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado pela Lava Jato de ter recebido um tríplex da OAS como propina

tar recursos). A defesa diz ter obtido essa documentação ao pesquisar cartórios pelo país por conta própria, já que uma perícia pedida ao juiz Sergio Moro acabou negada.

Questionada pela **Folha**, a Caixa disse, por meio de sua assessoria, que não é dona dos direitos econômicos do tríplex. Segundo o banco, o FGTS adquiriu debêntures da OAS garantidos pela hipoteca do prédio, de propriedade da construtora. Mas, diz, essa garantia “não impede a comercialização dos imóveis”.

**MULHER DE CUNHA**

Zanin afirmou que, apesar

de as alegações finais terem sido entregues, o juiz pode, em vez de expedir a sentença, determinar mais diligências. A entrega das alegações é o último passo antes da publicação da sentença por Moro.

Também em suas alegações finais, a defesa de Lula decidiu usar como argumento para o pedido de absolvição outro processo julgado por Moro, em que a jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi absolvida.

O advogado sustenta que Moro decidiu não condenar a jornalista por “falta de rastreamento” das quantias

abordadas na denúncia e afirma que a mesma coisa aconteceu no caso de Lula. “Não se aplicou a máxima de seguir o dinheiro”, disse Zanin.

A defesa volta a afirmar nas alegações que outros réus acusam o ex-presidente para obter benefícios na Justiça, como Léo Pinheiro.

Zanin também afirma que Moro não tem competência para julgar o caso e defende que a responsabilidade de tratar da suspeita de existência de uma organização criminosa na Petrobras é do Supremo Tribunal Federal.

O advogado diz ainda que auditorias independentes na

Petrobras não detectaram qualquer ilegalidade cometida pelo ex-presidente.

Em audiência em maio, Lula havia atribuído decisões sobre o tríplex à ex-primeira-dama Marisa Leticia, que morreu em fevereiro. Valeska Martins, que também defende Lula, disse que não lhe “parece que Marisa fosse incapaz de tomar decisões sozinha”.

Em alegações enviadas à Justiça no início do mês, a força-tarefa da Lava Jato pediu a condenação do petista pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e ainda o regime fechado como forma inicial de cumprimento da pena.

Procuradores rebatem artigo de defesa de petista

DE SÃO PAULO

Procuradores da Lava Jato divulgaram nota de repúdio ao artigo “A verdade de Lula”, assinado pelos advogados de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado nesta terça-feira (20) na **Folha**.

Os procuradores acusam a defesa de Lula de tentar “pessoalizar” as acusações contra o ex-presidente no coordenador da Lava Jato no Ministério Público de Curitiba, Deltan Dallagnol, “esquecendo-se que, além dele, outros 12 procuradores são signatários da acusação que imputou a Lula os crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro”.

“Esquecem também que esse processo é resultado de investigações extensas feitas pela Polícia Federal e Receita Federal, bem como de uma equipe dedicada de servidores do Ministério Público Federal, todos sem qualquer vinculação político-partidária”, afirmou a nota.

No texto publicado na **Folha**, os advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Martins afirmam que o enredo das acusações contra o ex-presidente foi transformado em “produto comercial” a ser explorado pelos investigadores —é neste trecho que eles citam Dallagnol.

Na nota, os procuradores dizem que a defesa se utiliza de recursos, “mesmo aqueles eticamente duvidosos”, para atacá-los.

“Fica claro que a defesa se esqueceu do próprio mérito do processo, tentando inutilmente transformar um julgamento por crimes de corrupção em um julgamento político”, diz a nota.

## Empresário reafirma que imóvel era de petista

Defesa de Léo Pinheiro, da OAS, diz que versões de petista sobre tríplex ‘não são críveis’

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Em alegações finais entregues à Justiça, a defesa do empresário Léo Pinheiro, da OAS, voltou a afirmar que “o real proprietário do tríplex [no Guarujá] era o ex-presidente Lula”.

O documento, encaminhado nesta terça-feira (20) ao juiz Sergio Moro, corrobora o depoimento de Pinheiro na mesma ação, que acusa Lula de ter se beneficiado de vantagens indevidas na compra e na reforma do aparta-

mento em questão.

A defesa ainda afirma que as provas apresentadas por Pinheiro, como agendas de encontros com Lula e registros telefônicos, demonstram “um perfeito encadeamento lógico e fático”.

Para os advogados do empreiteiro, as versões de Lula sobre as conversas que mantinha com Pinheiro não são “críveis”. O ex-presidente nega que tenha tratado com o empreiteiro sobre o apartamento.

Segundo o documento, todas as reformas feitas no imó-

vel atendiam a pedidos de Lula, e o empresário foi orientado a encobrir a real propriedade do apartamento.

Os valores gastos pela OAS no tríplex, de acordo com os advogados de defesa, foram “descontados da propina a ser paga ao PT por força das obras da Petrobras”.

A defesa de Pinheiro pede que seja reconhecida a relevância da colaboração do empreiteiro na ação —ele nega uma delação premiada com a Operação Lava Jato, mas, mesmo sem acordo, admitiu os crimes espontanea-

mente ao juiz Moro.

Nesta terça-feira (20), terminou o prazo para que as defesas se manifestem sobre a acusação de posse do tríplex. A partir desta etapa, o juiz Moro já pode proferir sua sentença.

**OUTRO LADO**

A defesa de Lula, em entrevista concedida nesta terça, sustentou que a OAS não tinha como ceder a propriedade ou prometer a posse ao ex-presidente, o que invalidaria a acusação do Ministério Público Federal.

# Reforma mantém jogo político desigual

Proposta de alteração de regras de campanhas tem brechas que permitem o desequilíbrio econômico entre siglas

## Relator quer criar um fundo público para financiar candidatos, uma reação à proibição de doações de empresas

**RANIER BRAGON**  
**BRUNO BOGHOSSIAN**  
DE BRASÍLIA

Já bem esvaziada, a proposta de reforma política em discussão no Congresso tem brechas que permitem o desequilíbrio econômico entre as campanhas eleitorais.

Em 2015, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu o financiamento empresarial dos candidatos sob o argumento, entre outros, de que ele tornava o jogo político desigual e quebrava o princípio de isonomia na disputa.

Na próxima semana, a comissão especial da Câmara que debate o assunto deve votar relatório do deputado Vicente Cândido (PT-SP). Na parte que restou do financiamento privado — a doação de pessoas físicas e o dinheiro colocado pelos próprios candidatos — os limites foram ampliados, permitindo disparidade econômica.

Hoje, o cidadão pode financiar candidatos com valores que não ultrapassem 10% de seus rendimentos brutos. Cândido deve estabelecer um teto mais amplo: até R\$ 60 mil, com limite de R\$

10 mil por cargo disputado.

Já o autofinanciamento tem regras mais permissivas. Em seu relatório inicial o petista proibia que o candidato colocasse dinheiro em sua própria campanha. Devido à resistência dos partidos, ele agora negocia com deputados os seguintes tetos: R\$ 200 mil para deputado estadual, R\$ 400 mil para federal, R\$ 600 mil para senador, R\$ 800 mil para governador e R\$ 1 milhão para presidente da República.

A principal crítica ao autofinanciamento é a de que candidatos ricos, quase sempre empresários, levam enorme vantagem sobre os demais. O petista disse que o relatório ainda será alterado.

### DISTRITÃO

Um dos principais pontos da reforma deve ser a criação de um fundo público para financiar os candidatos, uma reação do Congresso à decisão do STF de proibir o financiamento empresarial.

O novo fundo terá R\$ 3 bilhões, pelo relatório de Cândido, mas deputados e senadores querem algo mais próximo dos R\$ 6 bilhões.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), também vão tentar emplacar uma mudança no atual modelo de eleição dos deputados. A ideia é ressuscitar para a eleição de

2018 o chamado “distritão”, proposta rejeitada pelo Congresso em 2015.

Por esse modelo, os mais votados são eleitos. No atual, as cadeiras são distribuídas com base na votação total dos candidatos de um partido ou coligação, o que tem o objetivo de fortalecer a identidade partidária. A ideia é aprovar a mudança até outubro para que ela passe a valer já nas próximas eleições.

O “distritão” tem como uma de suas consequências tornar sem efeito cerca de 60% dos votos dados pelos eleitores. Esse percentual reúne votos dados aos candidatos não eleitos, mais os direcionados em excesso para os mais bem votados. No atual sistema, o percentual de votos “desperdiçados” fica em menos de 10%.

A opção pelo “distritão” ganhou força porque tanto a Justiça Eleitoral quanto os partidos consideram inviável a adoção de um sistema distrital misto já nas próximas eleições, uma vez que seria necessário debater a separação de Estados e municípios em distritos e preparar as urnas eletrônicas para as votações.

A partir de 2022 passaria a valer o distrital misto — pelo qual metade das cadeiras é preenchida por votação em distritos menores do que os Estados e municípios, e a outra metade, por uma lista de candidatos definida pelos partidos.

# Justiça francesa condena Maluf por lavagem

Decisão afirma que deputado ocultou recursos ilícitos no país europeu; ele vai recorrer

DA AFP

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) foi condenado nesta terça-feira pela Justiça francesa a três anos de prisão e multa de € 20 mil por lavagem de dinheiro na França de mais de US\$ 7 milhões.

O Tribunal de Recurso de Paris condenou seu filho, Flavio Maluf, à mesma pena e a mulher de Maluf, Sylvia, a dois anos de prisão e € 100 mil de multa. Os três réus são alvos de mandados de prisão internacionais.

A Justiça francesa também

confiscou contas em nome de Sylvia, creditadas com mais de € 1,8 milhão.

O Tribunal de Recurso confirmou, assim, as sentenças proferidas em primeira instância no dia 22 de outubro de 2015.

Em sua decisão, o tribunal parisiense considerou que Maluf, “exercendo há mais de 45 anos funções públicas de destaque no Brasil”, ocultou na França, entre 1996 a 2003 (...), por meio de uma organização fraudulenta presente em vários países, o produto de crimes de corrupção e des-

vio de recursos públicos que cometeu no Brasil entre 1993 e 2000”.

O caso refere-se a um sistema de superfaturamento de obras públicas alvo de vários processos no Brasil.

O tribunal francês recordou ainda que “o casal Maluf deve mais de € 2 bilhões, incluindo multas, pelos danos cometidos à cidade de São Paulo”.

O tribunal considerou, à luz da “gravidade excepcional” dos fatos, que qualquer outra sanção diferente de uma pena de prisão seria

“inadequada”.

## OUTRO LADO

A assessoria de Maluf informou que, como cabe recurso da decisão, vão recorrer. A assessoria informou que o político não comentaria as acusações da Justiça francesa.

O deputado já foi governador de São Paulo e prefeito da capital paulista. No último dia 23 de maio, o Supremo Tribunal Federal o condenou por lavagem de dinheiro. Por causa da decisão, ele deve perder o mandato parlamentar. Ainda cabe recurso.

# Agropecuária sustenta vaga com carteira

De cada 10 empregos com carteira assinada criados em maio, 9 vieram do campo, especialmente do setor de café

**Criação de 34 mil postos foi comemorada pelo governo, mas analista diz que reversão das perdas vai demorar**

MAELI PRADO  
DE BRASÍLIA

O bom momento vivido pela agropecuária (que já teve impacto no PIB do primeiro trimestre) foi o principal responsável pelo resultado positivo na criação de vagas com carteira assinada em maio.

Entre demissões e contratações, foram criadas 34,2 mil vagas com carteira assinada no país em maio, melhor resultado para o mês desde 2014. O número é metade do obtido em abril (68,1 mil), mas é a primeira vez em mais de dois anos em que há dois meses seguidos de resultados positivos para o emprego.

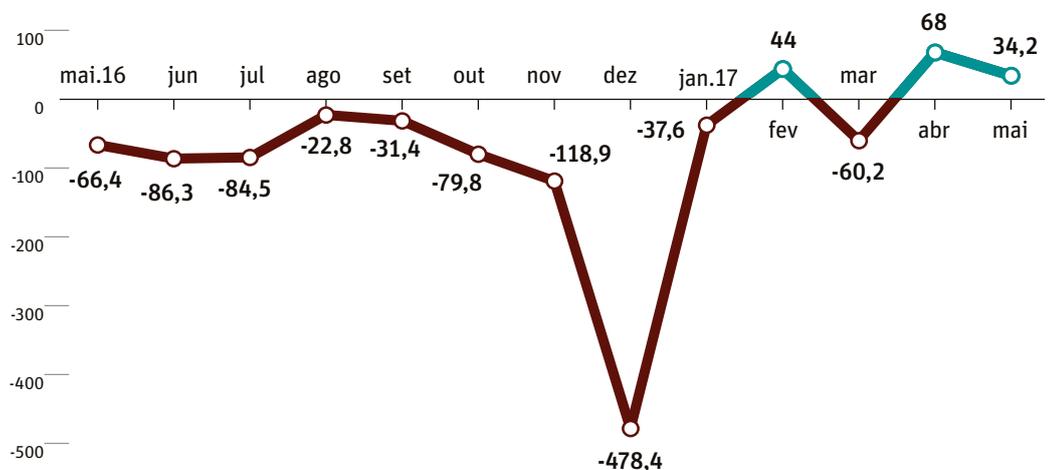
A agricultura e a pecuária responderam por 46 mil vagas criadas no mês passado. Outros três setores (indústria de transformação, serviços e administração pública) também geraram postos, mas em patamar bem inferior: 4.376.

Ou seja, 90% das vagas criadas surgiram no campo — somente o cultivo de café, concentrado em Minas Gerais, gerou 25,2 mil postos de trabalho formais. A agropecuária foi a principal responsável pela alta de 1% do PIB no primeiro trimestre, com a melhora da safra.

Como outros setores (comércio e a construção civil) tiveram saldo negativo de

## SALDO DAS VAGAS NO EMPREGO FORMAL Série com ajustes

TOTAL DAS ATIVIDADES, EM MIL



Fonte: Caged

postos, o saldo geral do mês foi reduzido a 34,2 mil vagas.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que, apesar da forte contribuição da agropecuária, o resultado deve ser comemorado.

“A economia se consolida mês a mês, e mesmo setores que apresentaram números negativos estão caindo menos do que o período de 2015 e 2016”, afirmou ele.

Na avaliação de economistas, porém, os números mostram que, apesar de o mercado de trabalho estar melhor do que o de 2016, a recuperação vai demorar a criar força.

“É uma reversão lenta, limitada, e vai demorar alguns anos para que se recomponha esses 3 milhões de pos-

tos de trabalho que foram perdidos em dois anos, ainda mais com a atividade fraca”, afirma Thiago Xavier, economista da Tendências.

Ele lembra que, em maio do ano passado, a geração de empregos formais foi negativa em 72,6 mil vagas.

“Quando consideramos o longo prazo, conseguimos ver sinais mais fortes de melhora”, ponderou. “No acumulado em 12 meses, foram eliminados 102 mil postos de trabalho, mas essa série estava negativa em 1,8 milhão em maio do ano passado.”

No acumulado do ano até maio, foram criadas 48,5 mil vagas formais, também o melhor resultado desde 2014.

Segundo o coordenador de

estatísticas do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães, o pico do emprego costuma acontecer no segundo semestre do ano, mas é difícil prever como o mercado de trabalho vai se comportar.

“O mercado de trabalho é uma caixinha de surpresas.”

### INTERIOR

Os municípios fora das nove principais regiões metropolitanas do país geraram 41,1 mil vagas com carteira no mês passado, enquanto as regiões metropolitanas eliminaram 18,6 mil postos.

Minas Gerais, onde se concentra o cultivo de café, foi o Estado que mais gerou vagas em maio, com 22,9 mil postos de trabalho com carteira.

# SP multa 320 motoristas por dia por manusear celular no trânsito

Considerada gravíssima, infração representa 28% das multas com uso do aparelho na cidade

## Estudo mostra que motorista demora mais tempo para reagir ao mexer no telefone do que quando conversa

FABRÍCIO LOBEL  
DE SÃO PAULO

Preso todos os dias no trânsito por uma hora no trajeto de 9 km da casa ao trabalho, o empresário José Roberto Dias, 59, confessa: às vezes, quando o carro para, ele saca o celular e publica nas redes sociais uma foto do congestionamento à sua frente.

“Chega a ser um desabafo sobre o trânsito. A tentação de postar é demais, mesmo sabendo que não pode mexer no celular enquanto se dirige, mesmo sabendo que isso é um risco”, conta Dias.

Ainda não ocorreu com ele, mas, caso fosse multado ao tirar suas fotos, o empresário se juntaria aos mais de 320 motoristas que são multados diariamente na cidade de São Paulo por manusear o celular enquanto dirigem. Esse tipo de infração já chega a pelo menos 28% das multas aplicadas pelo uso de celular no trânsito.

Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, a quantidade se aproxima daqueles que são multados ao falarem no celular segurando o aparelho com uma das mãos: diariamente são quase 350 mul-

tas em média pela infração.

Esse tipo de classificação das multas só passou a ser feito em novembro de 2016, quando uma lei aprovada no Congresso alterou o Código de Trânsito Brasileiro e deixou parte de suas penas mais duras aos infratores. Hoje, mexer ou segurar o celular em trânsito são práticas consideradas infrações gravíssimas, que rendem sete pontos na carteira e multa de R\$ 293.

O terceiro tipo de multa prevista pelo uso do celular no veículo é mais abrangente e, segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), engloba infrações como a utilização do fone conectado ao celular e a colocação do celular entre o ouvido e o capacete — caso de motociclistas.

Essas infrações são consideradas de média gravidade, rendem quatro pontos na carteira e multa de R\$ 130. São elas as mais corriqueiras quanto ao uso do celular: em média, 457 diariamente.

O DSV (Departamento de Operações do Sistema Viário da CET) afirma, porém, que esse número pode estar inflado devido à adaptação depois da mudança da legislação.

Na prática, numa época em que teclar, postar ou mexer em aplicativos de GPS são atos mais frequentes do que telefonar, é possível que a quantidade de infrações por mexer ou segurar o celular, consideradas gravíssimas, sejam mai-

ores que os registros oficiais — e estejam sendo classificadas por alguns agentes como uso simples de celular, uma infração considerada média.

A gestão João Doria (PSDB) diz que está orientando as equipes que aplicam as multas nas ruas para se adaptarem às novas nomenclaturas.

Segundo o Detran de São Paulo, o celular só pode ser usado pelo condutor quando o carro estiver estacionado. Ou seja, nem mesmo durante a parada no semáforo vermelho seu uso é permitido.

Enquanto o veículo estiver se deslocando o uso do aparelho só é permitido se estiver na função GPS e fixado ao painel ou para-brisa do carro.

## TEMPO DE REAÇÃO

Um estudo de 2013 da Escola Politécnica da USP apontou que o tempo para que um motorista testado em simuladores reaja a um estímulo visual aumenta 16% se ele estiver falando no telefone celular.

Já o tempo de resposta dos mesmos condutores quando eles estão mexendo no celular cresce 28%. “Isso significa que, ao andar por uma rua a 50 km/h, o motorista percorreria cerca de 4 metros a mais antes de parar um carro, caso ele esteja mandando uma mensagem”, explica o professor Nicola Getschko.

A diferença pode ser decisiva para evitar um acidente ou torná-lo menos grave.

# Câmara aprova produção e venda de emagrecedores

Medicamentos perderam registro em 2011, por decisão da Anvisa; projeto de lei agora segue para sanção ou veto de Michel Temer

**RANIER BRAGON**  
**NATÁLIA CANCIAN**  
DE BRASÍLIA

Depois de quase seis anos de tramitação, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou de forma definitiva, nesta terça (20), o projeto de lei que autoriza a produção, o comércio e o consumo de quatro inibidores de apetite: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol. O projeto segue para sanção ou veto

do presidente Michel Temer.

O texto é uma reação à proibição feita pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em 2011, que entendeu não haver comprovação da eficácia dos anorexígenos anfepramona, femproporex e mazindol, do grupo das anfetaminas, além de os riscos à saúde superarem os supostos benefícios.

A sibutramina foi mantida no mercado, mas com restrições. Desde então, a medida

era alvo de questionamentos no Congresso.

A Câmara ratificou uma emenda feita pelo Senado que condiciona a liberação da comercialização e do consumo dos medicamentos à prescrição médica de categoria especial (B2), de tarja preta.

A possibilidade de liberação dos inibidores de apetite divide entidades. A restrição ao uso dos inibidores de apetite já havia sido duramente criticada por entidades médi-

cas, sob o argumento de que a norma acabou por impedir tratamentos que estavam apresentando resultados clínicos concretos.

Já a Anvisa alega que a liberação dos anorexígenos pode trazer sérios riscos à saúde. Em nota, a agência informa que irá recomendar que o presidente vete o projeto.

Hoje, todos os medicamentos passam pelo crivo da Anvisa para chegar ao mercado. Se sancionado, porém, o pro-

jeto aprovado na Câmara “ultrapassaria” essa etapa.

“Não concordamos com a liberação de medicamentos feita por lei. Pode ser que, posteriormente, se descubra que esses medicamentos possam oferecer algum risco ou perigo a quem os consumir. O papel do Congresso é outro: cobrar da Anvisa eficiência, transparência e acompanhar seus processos. Mas não substituir as funções”, afirma o diretor-presidente da

agência, Jarbas Barbosa.

Em um caso semelhante, o da fosfoetanolamina, a “pílula do câncer”, o Congresso chegou a liberar a produção e distribuição da substância, o que foi vetado pelo STF. “Se a decisão da Câmara estivesse em vigor, as pessoas teriam se submetido ao tratamento com um ‘medicamento’ ineficaz e que poderia até mesmo ser prejudicial a esses pacientes ao fazê-los abandonar a quimioterapia tradicional”.

ENTREVISTA ILONA SZABÓ, 39

# Busca ativa de jovem que deixa escola pode prevenir homicídio

PARA ESPECIALISTA EM SEGURANÇA, EVASÃO ESCOLAR É UM DOS FATORES QUE LEVAM O PAÍS A SER RESPONSÁVEL POR MAIS DE 10% DOS HOMICÍDIOS NO MUNDO

FERNANDA MENA  
DE SÃO PAULO

Com 8% da população mundial, a América Latina concentra 38% dos assassinatos globais. O problema se concentra em sete países: Brasil, Colômbia, El Salvador, Honduras, Guatemala, México e Venezuela. Só o Brasil responde por pouco mais de 10% dos assassinatos do planeta.

Foi a partir da eloquência desses dados que se articulou a campanha Instinto de Vida, que reúne 32 organizações latino-americanas e com um cardápio de políticas públicas baseadas em evidências para se reduzir em 50% os homicídios nos próximos dez anos.

Entre elas está o investimento em famílias vulneráveis e na redução da evasão escolar. “Investir na primeira infância tem relação custo-benefício altíssima, assim como a busca ativa de jovens que abandonaram a escola, porque é ali que começa o problema”, diz Iлона Szabó de Carvalho, 39, que abandonou o mercado financeiro para se especializar em segurança pública e política de drogas.

Ela é diretora do Instituto Igarapé, que lidera a campanha no Brasil ao lado de entidades como Anistia Internacional Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Sou da Paz, Nossas e Observatório de Favelas.

Para ela, além das linhas de prevenção e reabilitação, é imprescindível investigar a entrada de armas no país e todo o caminho dos recursos gera-

dos pelo crime organizado.

## Como chegamos até índices recordistas de homicídio?

A América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo. A população jovem é numerosa, desempregada e de baixa escolaridade. Temos baixa regulação de acesso a drogas, armas e álcool. Temos a negligência dos governos. As ditaduras também influenciaram porque fizemos a transição para a democracia sem discutir o novo papel da polícia.

## Quais são os fatores de risco para homicídios?

Homicídios são multicausais e decorrem da acumulação de fatores de risco. Desigualdade social, desemprego e baixa escolaridade são alguns. A escola expulsa o jovem e isso é um divisor de águas: ele vai para o sistema de justiça juvenil e depois para o sistema prisional ou vira estatística de homicídio.

A exposição à violência é outro fator importante. Hoje sabemos que ela promove comportamentos violentos, inclusive a partir de mudanças no cérebro.

Há ainda a urbanização rápida e irregular. Estudos mostram que, em áreas urbanas que crescem acima de 4% ao ano, rompe-se o tecido social.

Por fim, há comportamentos de risco associados a álcool, drogas e armas, que funcionam como gatilhos. Na nossa região, soma-se a isso a questão da impunidade porque a taxa de elucidação de homicídio é muito baixa.

## Prendemos muito, mas prendemos mal?

Sim! Esse jargão é verdadeiro. A gente não prioriza crimes que de fato ameacem a sociedade. Os crimes contra o patrimônio continuam sendo privilegiados, assim como o tráfico de drogas, na figura, não do traficante homicida, mas do produtor, transportador ou pequeno vendedor.

O Judiciário não revisa suas políticas em termos do efeito da aplicação das leis. O impacto da morosidade da Justiça é brutal para os presos provisórios do país, que somam 40% da massa carcerária. Sabemos

que eles não são separados por periculosidade e que, portanto, a pessoa sai do sistema mais perigosa do que entrou. Além disso, temos um Congresso que passa ou tenta passar antimedidas de segurança.

## Quais?

O porte de armas para civis, por exemplo. No Brasil, as pessoas podem ter armas, mas não podem andar armadas na rua. E há sempre novas iniciativas para liberar isso.

Em momentos de crise, o discurso do medo atende ao

desespero da população. É justamente essa política que nos trouxe onde estamos. Tivemos uma trajetória de achar que algumas vidas valem mais do que outras, dependendo do seu CEP e da sua cor.

No Rio, havia a chamada “gratificação faroeste”, que dava bônus a policiais que matavam supostos bandidos. Como você acha que esse policial era recebido nas comunidades? Se o bandido sabe que o policial vai atirar antes de qualquer coisa, o que ele vai fazer? Atirar antes de qualquer coisa.

## Como melhorar a atuação das polícias?

A estratégia número um é o policiamento de manchas criminais. São Paulo tem um sistema de dados, e a Polícia Militar coloca suas viaturas nas ruas baseada em informação de onde ocorrem mais crimes, de forma preventiva.

No Rio, conseguimos juntar empresários que doaram esse tipo de sistema ao Estado. Mas a maioria absoluta do território nacional não tem isso. Custa muito pouco: menos de R\$ 1,5 milhão. Foi assim que Nova York diminuiu a violência.

Além disso, precisamos no Brasil de uma Lava Jato do tráfico de armas e da lavagem de dinheiro. Nunca usamos as técnicas que estão a serviço do combate à corrupção contra o crime organizado.

## Quais outras políticas fazem parte da cartilha de redução de homicídios?

Políticas de prevenção e reabilitação, que são de âmbito local. Investimentos extra nas famílias mais vulneráveis. Investir na primeira infância tem relação custo-benefício altíssima, assim como a busca ativa de jovens que abandonaram a escola porque é ali que começa o problema. Criam-se comitês nas escolas para ir atrás deles, um a um.

Terapias cognitivo-comportamentais também têm funcionado nas periferias de grandes cidades norte-americanas tanto com egressos do sistema prisional quanto com jovens mais aguerridos, que são vistos como “problema”, mas que podem ser “solução” porque são líderes. São técnicas de autocontrole e a designação de mentores que podem ser acionados em momentos críticos. O custo disso é mínimo, não tem de criar estrutura, construir presídio...

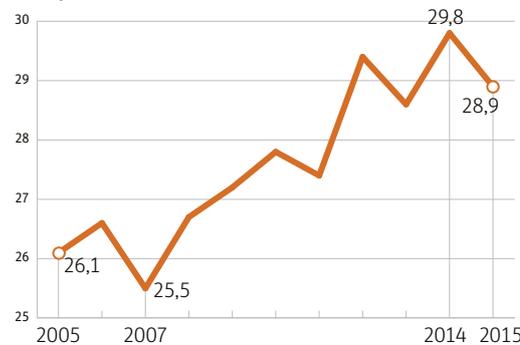
## E do ponto de vista urbano?

Intervenção nos modelos de Medellín e Bogotá são essenciais porque promovem integração física e social de locais mais vulneráveis com o restante da cidade, criando espaços seguros de convivência.

Além disso, tem a regulação do álcool, que é tabu, apesar de sabermos que muitas man-

## HOMICÍDIOS NO BRASIL

Taxa por 100 mil habitantes

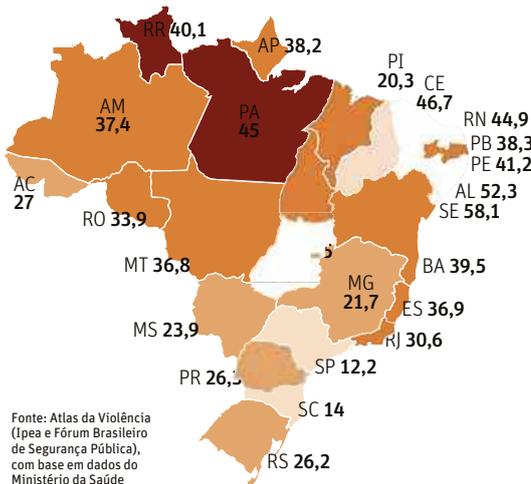


59.080 homicídios em 2015 no país



71% das vítimas eram negras

## Por Estado, em 2015



Fonte: Atlas da Violência (Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública), com base em dados do Ministério da Saúde

“ A gente não prioriza crimes que de fato ameacem a sociedade. Os crimes contra o patrimônio continuam sendo privilegiados, assim como o tráfico de drogas, na figura não do traficante homicida, mas do produtor, transportador

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Autodefinição

**SÃO PAULO** - Estou com os transexuais. Não vejo motivo para impedi-los de alterar seu registro civil para que tenham nome e documentos correspondentes ao sexo com o qual se sentem mais confortáveis, independentemente de terem passado por cirurgia ou de apresentarem avaliações médicas e psicológicas.

O cálculo consequencialista aqui é simples. A troca de nome não prejudica ninguém —em tempos de computadores, não é difícil assegurar que a mudança não se torne uma forma fácil de dar o golpe na praça— e é presumivelmente importante para o bem-estar de quem a solicita. Espero que o STF, que está julgando a matéria, chegue à mesma conclusão.

E isso nos leva às cotas. Da mesma forma que cabe a cada indivíduo escolher o gênero pelo qual quer ser identificado, penso que as pessoas têm o direito de definir o grupo étnico ao qual pertencem. Na verdade, esse princípio se aplica com mais força à questão racial do que à sexual, já que a legislação (nº 12.288, artigo

IV) estabelece que o critério para a classificação racial é apenas a auto-declaração. Isso significa que basta uma pessoa afirmar que é negra para tornar-se legalmente negra, sem espaço para juízos de terceiros.

E existem bons motivos para que seja assim. A ciência ainda não chegou a uma conclusão sobre se a espécie humana se subdivide em raças. Se nem isso sabemos, não dá para esperar encontrar critérios externos para definir quem pertence a qual grupo, especialmente quando lidamos com categorias intermediárias elásticas, como é o caso dos pardos.

Não fazem sentido, portanto, os comitês de verificação que estão sendo criados em órgãos públicos para evitar que pessoas façam declarações “falsas” para beneficiar-se de cotas. O problema é que não dá para discriminar indivíduos (contra ou a favor) com base em características fenotípicas frouxas. É porque o racismo é objetivamente errado que nem conseguimos enunciá-las de forma coerente.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

## Fatos desprezíveis

**BRASÍLIA** - O presidente Michel Temer afirmou nesta terça que o seu governo colocou o país “nos trilhos”. Em visita a Moscou, ele disse liderar “a mais ampla agenda de reformas das últimas décadas”. “É claro que há lá uma ou outra observação, uma ou outra objeção”, comentou o pemedebista, cuja gestão é aprovada por apenas 9% dos brasileiros.

Depois dos autoelogios, ele desdenhou do escândalo que encurralou o governo. “No momento que a economia começou a decolar, de repente acontecem fatos que visam a tentar impedir... fatos absolutamente desprezíveis e desprezáveis”, disse.

Enquanto Temer tentava enrolar os russos, novos fatos vieram à tona no Brasil. O principal não foi nada desprezível: o Supremo tornou público o relatório que liga o presidente ao recebimento de propinas da JBS. Segundo o documento, as investigações indicam, “com vigor”, que ele praticou crime de corrupção passiva.

Em outra frente, o doleiro Lúcio Funaro afirmou à polícia que o presi-

dente deu instruções para duas “operações” com dinheiro do FGTS. Presso na Papuda, ele disse que o negócio foi recompensado com “comissões expressivas, no montante aproximado de R\$ 20 milhões”. A quantia não parece desprezível nem para os padrões do grupo que despacha no Palácio do Planalto.

No Senado, Temer sofreu a primeira derrota importante. Com dissidências em três partidos aliados, a Comissão de Assuntos Sociais rejeitou o relatório da reforma trabalhista. O projeto ainda pode ser aprovado no plenário, mas ficou claro que a base do governo não é mais a mesma.

Para permanecer no cargo, o presidente vende a ideia de que a sua queda inviabilizaria as reformas. A votação desta terça dá argumentos a quem defende o contrário. Se o governo voltar a tropeçar no Congresso, os empresários brasileiros podem se convencer de que é melhor abandoná-lo. Para azar de Temer, eles são mais bem informados do que os russos.

RUY CASTRO

## A vida por um clique

**RIO DE JANEIRO** - Dia sim, dia não, o presidente Michel Temer é mencionado em algum episódio envolvendo empreiteiras matrias, doleiros fuleiros, matadouros comprometedores, porões secretos, gravações clandestinas, compra de silêncio, homens da mala, corrupção passiva, organização criminosa, obstrução da Justiça e até obras na casa da sogra —aliás, seu governo é uma grande casa da sogra. Também dia não, dia sim, Temer vem a público declarar: “Jamais colocaria minha biografia em risco”.

Na condição de profissional da área, lamento informá-lo de que isso não depende dele. Temer deveria preocupar-se com a vida que leva —não com a maneira com que ela será contada. Por mais que, graças aos seus altos cargos, esteja em posição de apagar pistas, silenciar fontes e até contratar “biógrafos” que o deixem bem na fita, ele ficará surpreso com o volume de informações que um biógrafo de verdade poderá

levantar a seu respeito. E não será preciso nem apelar para seus inimigos. Entrevistar seus amigos bastará.

Temer tem uma capacidade insuperável de se cercar de gente cujas biografias, estas, sim, envolvem propinas, achaques, chicanas, trapanças, desvios, emendas, favores e, simplesmente, assaltos a toda espécie de patrimônio. São os que vêm com ele de longa data e o “auxiliam” nos governos de que participa. Basta a um desses amigos se dispor a limpar a própria biografia para respingar lama em Temer.

Passar à posteridade como um sólido estadista é também uma obsessão dos nossos ex-presidentes FHC e Lula. Tudo que fazem, dizem e desdizem hoje, com estupendo cinismo, destina-se a lustrar suas biografias.

Mas podem ir tirando o cavalo da chuva. Com as novas tecnologias, ficou impossível copidescar o passado. Onde quer que se escondam, os fatos só dependem de um clique para vir à tona.

ANTONIO DELFIM NETTO

## Responsável

A sociedade brasileira está em estado de choque. Apoiou fortemente o afastamento de Dilma, pelo “péssimo estado geral da sua obra”, reconhecido, aliás, por ela mesma quando, depois de sua reeleição, adotou o programa econômico do candidato vencido! O seu impedimento está longe de ter sido um “golpe”. Fez-se dentro da Constituição (que acabou violada em seu benefício) e sob o “controle” do STF.

A posse de Temer, em maio de 2016, mudou a perspectiva. Ele conseguiu aprovar no Congresso em um ano o que não se fez nos cinco do governo anterior. O problema é que os efeitos levam tempo para se materializar e não apagam o desastre fiscal em que fomos metidos no processo eleitoral. Em maio de 2017, a situação era ainda muito complicada, mas já apareciam tênues sinais de uma recuperação modesta do crescimento econômico, único remédio para nossas angústias.

Tragicamente, uma “delação premiada”, derivada de uma “armadilha” bem urdida somada à falta de desconfiômetro de Temer, produziu o tumulto que o país vive. Tal confusão é hoje o mais poderoso instrumento da oposição às “reformas”, que se localiza na alta burocracia federal, uma “elite extrativista” que se apropriou do poder em Brasília graças à covardia dos governos e ao descuidado conformismo escandaloso dos trabalhadores e dos sin-

dicatos que a sustentam!

Na semana passada, tivemos outro “show midiático”, do mesmo “capoclasse” da organização criminosa que —com a conivência dos últimos poderes incumbentes— assaltou o patrimônio nacional e escafe-deu-se brilhantemente. Aumentou a tensão, mas restaram terríveis contradições entre as suas narrativas, que certamente vão dar trabalho à Justiça.

Estamos numa crise real enorme, apimentada por notícias transmitidas por imaginários informantes em “off”, que alimentam, em tempo contínuo, a “intriga criadora”. Parte da imprensa autopromoveuse: de “técnicos de futebol” que sempre foram a “competentes juriconsultos” que —sem dúvida nenhuma— “julgam” e “escracham” votos de ministros do TSE, STJ e STF, sem o menor respeito pelos seus conhecimentos e pela naturalidade do contraditório...

Como nos ensinou Max Weber (e lembrou o ilustre professor Kujawski), estamos diante do dilema: usar a ética da “convicção” (faça-se justiça e pereça a sociedade) ou a ética da “responsabilidade” (avaliar cuidadosamente as prováveis consequências de cada solução e escolher a “menos pior” para a sociedade a curto e longo prazo).

É essa escolha que está sob os ombros do STF, sacralizado como Poder moderador na Constituição de 1988. Que a razão e a precaução o iluminem. A paixão política costuma cobrar caro a sua imprevidência.

ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas nesta coluna.  
ideias.consult@uol.com.br

# TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br [www.folha.com/tendencias](http://www.folha.com/tendencias)

## Recuperar o Minha Casa, Minha Vida

BRUNO ARAÚJO

Troche

Ao ser lançado em março de 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida tinha como objetivo declarado não só combater o déficit habitacional brasileiro, mas reanimar a economia, afetada pela crise do subprime americano.

A proposta partiu do setor de construção juntamente com a Casa Civil, deixando ao Ministério das Cidades papel secundário.

Oito anos depois, inegavelmente, os números a apresentar são expressivos: 4,5 milhões de unidades contratadas e 3,6 milhões concluídas. O programa, no entanto, também recebe severas críticas, como as apontadas pelo estudo “Quanto Custa Morar Longe”, do Instituto Escolhas.

Segundo texto publicado na **Folha**, o trabalho concluiria que os custos das unidades foram reduzidos a tal ponto que a construção só seria possível em locais distantes, segregando moradores. Concordo com a crítica.

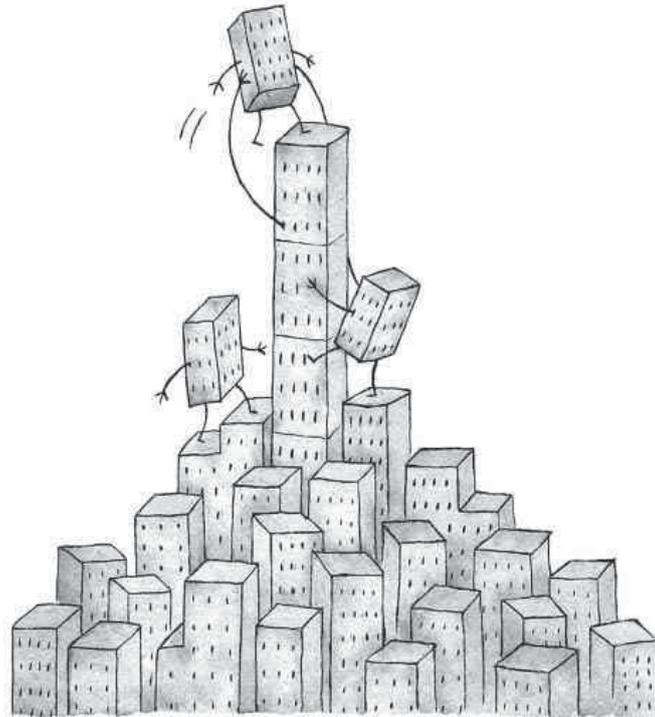
Questionamentos como esse sempre foram comuns ao programa. Produção de várias universidades, a publicação “Minha Casa... E a Cidade?”, de 2015, identificou fortes insatisfações dos moradores em relação ao transporte público, ao comércio, à segurança. Alertou para o risco de formação de guetos. Também concordei com as observações do trabalho.

Mais do que a contestação acadêmica, existe a vivência. Ao conhecer de perto a realidade do Minha Casa, Minha Vida em todo o Brasil, posso afirmar que o quadro é mais grave do que registram os estudos.

Quando sobrevoamos os empreendimentos, fica nítido que estão apartados das cidades. Ao conversar com os moradores, a certeza era de que o programa não poderia ficar como estava. Falta qualidade de vida, faltam meios para a manutenção adequada dos condomínios na pós-entrega. Foi necessário mudar. Lançamos um novo Minha Casa, Minha Vida, com regras transparentes, que leva em conta, como critério de contratação, a urbanização em torno dos terrenos, o tamanho máximo dos conjuntos, a arborização, a proximidade de serviços públicos, entre outros fatores.

Já lançamos o primeiro lote de 25 mil casas a serem contratadas por essas regras. Somam-se às quase 50 mil unidades paralisadas no governo anterior e já retomadas.

A existência de escolas, iluminação, agências bancárias e pontos de



TROCHE

**A questão da moradia não é só um problema quantitativo, mas sim algo complexo, que precisa ser aprimorado por diversas ações simultâneas**

ônibus será decisiva para um município obter um conjunto habitacional. Agora, levaremos para o mesmo empreendimento famílias que vivem em determinada comunidade e precisam ser socorridas por estarem em local que oferecia riscos a seus moradores.

Para se ter uma ideia de como esses critérios alteram a configuração do antigo programa, 61% dos projetos enviados para novas contratações não foram aceitos.

Cientes da necessidade de programas complementares de habitação além da entrega de casas, criamos o Cartão Reforma para combater a insalubridade das residências.

Outra iniciativa é o programa de Regularização Fundiária Urbana. Permitirá a milhões de brasileiros que hoje moram irregularmente obter de maneira gratuita seus títulos de propriedade. As iniciativas têm o mérito de manter as famílias nos locais em que sempre viveram. O próximo passo é implantar um programa de aluguel social.

As ações apresentadas aqui evidenciam que o Ministério das Cidades voltou a ter papel de proeminência nas políticas habitacionais do Brasil.

Não trata mais a questão da moradia como um problema apenas quantitativo, mas algo complexo, multifacetado, que precisa ser aprimorado por diversas ações simultâneas. O nosso norte tem sido a humanização das relações do Estado com quem precisa morar melhor.

BRUNO ARAÚJO é ministro das Cidades. Foi deputado estadual e federal por Pernambuco (PSDB)

# Para além da esquerda e direita

**DANIEL BARROS, FELIPE ORIÁ E JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO**

A França acaba de redesenhar seu quadro político. Finalizadas as eleições legislativas, o país confirma a preferência pelo movimento que levou Emmanuel Macron à Presidência. Sua aliança conquistou uma maioria impressionante, mesmo em meio à alta abstenção.

Banqueiro em um governo socialista, Macron já desdenhava velhos estereótipos com sua história pessoal. Assim continuou fazendo ao longo da campanha. Ao tomar posições tidas ora como de esquerda, ora como de direita, acabou sendo classificado como “centrista”.

No entanto, logo se viu que seu “centrismo” era, na verdade, radical, na forma e no conteúdo. O berço da Revolução Francesa mostrou que as centenárias classificações políticas já não dão conta dos desafios do presente.

Longe de accidental, essa nova combinação esteve na base do movimento República em Frente!, lançado há pouco mais de um ano. Nêle, Macron dedicou-se a um debate centrado em ideias, franco.

Recusou-se insistentemente a qualquer “alinhamento automático” a um dos lados do velho espectro político. Diante de um sistema desgastado, buscou a renovação não “contra” a política, como propunha Marine Le Pen, mas essencialmente “por meio” dela.

Fez bom uso do corpo a corpo dos voluntários, em um esforço para reconectar-se às pessoas. As aparen-

## Eleições na França dão razões para acreditar que podemos também rejeitar radicalismos e redesenhar o quadro político brasileiro

tes contradições, ao longo do tempo, tornaram-se força, não fraqueza. A população topou ir além das antigas dicotomias.

Esse tipo de mobilização transcende a experiência francesa. Seu DNA é o mesmo de vários movimentos ao redor do globo que teimam em ser algo verdadeiramente novo.

O Brasil está entrando nesse mapa com movimentos como o Acredito, que —em um momento de exaustão e falência da política convencional— buscam fazer com que novas gerações, desvinculadas de clãs tradicionais, tenham vez. E voz.

Os céticos insistirão: mas o movimento Acredito é de esquerda ou de direita? Defender que o combate ativo às desigualdades deve ser a prioridade absoluta para um país injusto como o Brasil é ser de esquerda?

E fazer isso de forma direcionada, incorporando mecanismos de mercado e incentivos bem desenhados, é ser de direita? Propor progressividade fiscal e taxação de heranças é coisa de esquerdista? E só direitistas podem achar que faltam mercado, competição e livre iniciativa no país?

Buscar que o Estado repasse algu-

mas de suas atribuições à iniciativa privada, oferecendo métricas claras sobre como regular a qualidade dos serviços, é sintoma de direitismo. Recusar a flexibilização dos gastos mínimos em educação e saúde, hoje garantidos na nossa Constituição, é sinal de esquerdismo.

Essa renovação, estranha à velha classificação entre polos ideológicos, coloca a própria linguagem no centro da reflexão política. A categorização, afinal, é uma forma intuitiva de aprender, de entender a realidade ao nosso redor. Não se trata de abandonar tudo que aprendemos até hoje, mas de atualizar nossas referências, de evitar respostas simplistas e reducionismo.

A França dá ao mundo razões para acreditar. Acreditar que podemos ir além da polarização para construir algo novo. Que nossa democracia amadureceu para exigir mais complexidade, não verdades fáceis. Que é possível, em um ano, construir um movimento que rejeite radicalismos e redesenhe nosso quadro político. Faltando 16 meses para as eleições de 2018, é hora da marcha começar aqui no Brasil também.

**DANIEL BARROS**, jornalista, é mestre em administração pública pela Universidade Columbia (EUA) e colaborador do movimento Acredito

**FELIPE ORIÁ** é cofundador do Acredito. Cientista político, é mestre em políticas públicas pela Universidade Harvard (EUA)

**JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO** é cofundador e diretor do Acredito. É engenheiro pela Unicamp e mestre em políticas públicas pela Universidade Harvard (EUA)

## PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

## Em dois tempos

Edson Fachin será mantido relator da delação da JBS no Supremo, mas corre sério risco de ver a corte abrir caminho, nesta quarta (21), para modificar os termos do acordo que ele homologou com a empresa. A forte divisão entre os ministros será expressa na segunda etapa do julgamento, quando eles discutirão a possibilidade de o plenário rever as condições ofertadas aos colaboradores. O desfecho do caso é visto pelo governo e pela Lava Jato como um divisor de águas para a operação.

**Cortina de fumaça** Defensores da manutenção do acordo homologado por Fachin dizem que erra quem acha que é só a negociação da JBS que está em jogo. Uma revisão neste caso, dizem, colocaria em xeque novas tratativas, minando a segurança jurídica em torno de instrumento vital para a Lava Jato.

**Cordão sanitário** Os que defendem que o STF pode rever as condições ofertadas aos delatores, por sua vez, dizem que a medida impede que o Ministério Público Federal tenha poder absoluto sobre as negociações.

**Sinais de fogo** Ao relativizar eventual revisão de delações já homologadas, o ministro Luiz Fux alarmou o gabinete de Fachin. O relator da Lava Jato achava que Fux votaria tanto para mantê-lo na relatoria como para validar o acordo com a empresa.

**Memória** Aliados de Fachin lembram que a homologação monocrática de delações não é novidade na Lava Jato. Cármen Lúcia, presidente do STF, assinou os acordos da Odebrecht durante o recesso deste ano sem nem sequer ser a relatora do caso.

**Café com leite** A defesa do presidente Michel Temer recebeu com surpresa a decisão da Justiça de rejeitar seu pedido para processar Joesley Batista, “especialmente porque a delação não pode criar uma espécie de imunidade”, diz Renato Ramos, advogado do peemedebista.

**Pode isso?** Em provável recurso, a banca que assessorou Temer insistirá na tese de que Joesley não pode “adjetivar as pessoas” e ficar impune por acusações “sem provas”. Ele chamou o presidente de “chefe de quadrilha”.

**Por toda parte** Em viagem oficial, Temer não deverá ter trégua no exterior. Um grupo de brasileiros convocou protesto para recepção na Noruega.

**Malvado favorito** Depois de derrotar o governo na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), senadores da oposição se reuniram na liderança do PMDB com Renan Calheiros (PMDB-AL) para contar quantos votos o grupo tem para barrar a reforma trabalhista no plenário do Senado.

**Balão vai subindo** Apesar do discurso de que as novas regras devem ser aprovadas ainda neste mês, Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, se programa para levar a proposta ao plenário da Casa só em julho. Trabalha, a princípio, com duas datas: 5 ou 12.



**Sem escalas** Sérgio Petecão (PSD-AC), que faltou à sessão na CAS e abriu espaço para um colega contrário à reforma votar, disse que tinha compromissos em seu Estado e que só conseguiu chegar em Brasília às 19h. “No Acre, há um voo, que sai às 12h30. Lá você não voa quando quer. Voa quando pode.”

**Rivotril** José Serra (PSDB-SP) minimizou o impacto da derrota do governo na comissão e pediu calma ao mercado. “A economia sofre com o excesso de pitis. O impacto real desta votação é zero.”

**Peso nas costas** A decisão do STF de tirar Andrea Neves do presidio emocionou Aécio Neves (PSDB-MG). A aliados, ele relatou forte alívio com o desfecho do caso.

**E eu?** A defesa do senador torce agora para que o Supremo não aceite o pedido de prisão de Aécio. Tucanos reconhecem, porém, que seu afastamento do Legislativo deve ser mantido pela corte.


 tiroteio

*Temer perde o elo que o liga ao mercado e agora volta da Rússia para enfrentar o inverno siberiano das denúncias da PGR.*

DO DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL-SP), sobre a derrota do governo na votação reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, nesta terça (20).


 contraponto

## Jogando para a plateia

Semana passada, às vésperas do feriado, o plenário da Câmara estava vazio. Diante da falta de quorum para votar uma proposta, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) defendeu o encerramento da ordem do dia:

— Quem tiver outros valores afetivos mais fortes para cuidar hoje, que o faça. Faz bem para a saúde! — afirmou, sendo saudado pelos colegas que lá estavam.

Pouco depois, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), comentou, antes de suspender as votações:

— Quando cheguei, ouvi as palavras do deputado Chico Alencar, mas fiquei mais impactado com os aplausos do que com a fala! — disse, aos risos.

## O LÍDER DA OPOSIÇÃO

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi um dos líderes da derrota do governo nesta terça (20) no Senado. Além de criticar abertamente a reforma trabalhista, ele convenceu parlamentares a votarem contra a proposta na CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

### PRESENTE

O governo esperava que o senador Hélio José (PMDB-DF), por exemplo, se ausentasse da votação para não ter nem que se alinhar à proposta nem votar contra Temer.



Acabou convencido por Renan a comparecer e ajudar a derrotar a reforma.

### MINERVA

Numa votação apertada, Hélio José acabou sendo fundamental na derrota do governo, que perdeu por 10 votos a nove.

### ZORRA TOTAL

“A situação é de vaca não reconhecer bezerro no curral pequeno”, dizia logo depois da votação o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da reforma trabalhista, ao comentar o fato de Calheiros, que é líder do PMDB, partido de Michel Temer, ser um dos articuladores da derrota do presidente. “Não tem cabimento um negócio desses.”

### LINHA

Ferraço defende a saída do PSDB do governo mas o apoio às reformas, “fundamentais para o país”.

### CAIADO SUMIU

Outra ausência notada na votação da CAS: a do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Em tese, ele é a favor da reforma trabalhista.

### EM NOME DA LEI

O advogado Renato Oliveira Ramos, que representa Temer na ação de indenização por danos morais contra Josley Batista, advoga também para Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O ex-presidente da Câmara o indicou, por exemplo, para fazer consultoria no parlamento na época do impeachment de Dilma Rousseff. Hoje Ramos advoga também para o PMDB.

# MÔNICA BERGAMO

[monica.bergamo@grupofolha.com.br](mailto:monica.bergamo@grupofolha.com.br)

### OUTRA FONTE

O Festival de Cinema de Gramado teve menos da metade do valor de patrocínio que queria aprovado pelo Ministério da Cultura. A organização pretendia captar R\$ 4,5 milhões via Lei Rouanet, mas teve autorização para arrecadar R\$ 2 milhões. Chegando à 45ª edição, ele é o único festival de cinema do país a se manter por tantos anos sem interrupção.

### O PESO DOS ANOS

Ney Matogrosso, Hermeto Pascoal e Monja Coen, entre outros, vão falar sobre como é envelhecer no Brasil na nova série da HBO, “Outros Tempos – Velhos”, produzida pela Prodigio Films.

### TOMA LÁ, DÁ CÁ

O vereador Eduardo Suplicy (PT) entrou com representação contra o colega Camilo Cristóforo (PSB) na Câmara Municipal. O petista afirma que Cristóforo faltou com decoro parlamentar ao agredir um assessor dele, no dia 13. Suplicy anexou vídeos e pediu que seja aberto processo disciplinar. Cristóforo diz que está tranquilo. “É tudo mentira. Ele quer aparecer, quer mídia. E comigo não vai ter.”

### DIVISÃO DE PODER

O PSOL encampou um processo articulado por um grupo de juristas da PUC-SP contra o Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias criado por João Dória. O partido entrou com ação direta de inconstitucionalidade na Justiça, dizendo que o conselho —nomeado pelo Executivo— está se apropriando de atividade que deve ser regulada pelo Legislativo.

### DIVISÃO DE PODER 2

A prefeitura afirma que “desconhece a ação judicial, mas entende que o Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias foi criado de maneira regular e constitucional”.

## CURTO-CIRCUITO

**Luiz Henrique Vieira e Patrícia Barcelos** se incorporaram à equipe de sócios do Bichara Advogados. Especialistas em direito societário e empresarial, eles vão reforçar a área de direito empresarial da banca.

**A Tim Music**, parceria com a Universal, será lançada hoje, no Villaggio JK.

**Alexandre Campos, André Chaves e Marcio Ogliara** autografam o livro “(Re) Start Me Up” hoje no Rio.

# EDITORIAIS

[editoriais@grupofolha.com.br](mailto:editoriais@grupofolha.com.br)

## Frágil normalidade

**Relatório da PF, que aponta crime de corrupção passiva, e derrota em votação de reforma evidenciam custos da sobrevivência de Temer**

Em momentos de crise política aguda, chefes de governo não raro cancelam compromissos no exterior, em geral meramente protocolares. Michel Temer (PMDB) pretendeu transmitir a impressão de normalidade ao manter a anódina agenda que cumpre na Rússia.

A tarefa mostrou-se, decerto, mais árdua do que o imaginado. Quando era manhã de terça-feira (20) no Brasil, o presidente tinha de desconversar sobre o relatório parcial da Polícia Federal que lhe imputa o crime de corrupção passiva. “Vamos esperar. Isso é juízo jurídico, não é juízo político.”

Poucas horas depois já não podia recorrer a tal evasiva, ao ser questionado sobre uma inesperada derrota do governo em votação da reforma trabalhista no Senado. A saída foi minimizar o malogro, ainda reversível.

São díspares, sem dúvida, as gravidades de um e outro episódio. Nem por isso, entretanto, seria possível dissociá-los.

É na coesão de sua base de apoio parlamentar que Temer se fia para evitar um processo por crime comum, a partir de denúncia a ser apresentada em questão de dias ou semanas, conforme se espera, pela Procuradoria-Geral da República.

E com a perspectiva de estabilidade econômica, além de algum

avanço de reformas, o presidente reúne argumentos de ordem pragmática para ser mantido no posto —que se somam à aposta no espírito de preservação da classe política ameaçada pela Lava Jato.

Hoje o Planalto parece contar com votos mais do que suficientes para barrar o avanço de uma denúncia de corrupção, que, pelo texto constitucional, depende de dois terços dos deputados.

No entanto, a rejeição, por 10 votos a 9, da reforma trabalhista pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado é, até aqui, o sinal mais evidente de quão frágeis podem ser os laços a unir hoje a coalizão governista —na qual os partidos estão em busca de opções.

O inquérito da Polícia Federal ainda não está concluído, mas o que se sabe já basta para minar a credibilidade de Temer. Dificilmente haverá explicações satisfatórias para seu diálogo comprometedor com Joesley Batista, da JBS, e a mala com R\$ 500 mil entregue a um ex-assessor da Presidência.

Outras suspeitas estão lançadas, como a suposta interferência do mandatário para favorecer o frigorífico no BNDES, ou comissões que teriam sido pagas a ex-poentes do PMDB.

Resta conhecer a solidez da peça acusatória a ser apresentada pela Procuradoria-Geral. Há pela frente, como nas palavras de Temer, um juízo político e um jurídico. Neste, o presidente é inocente até prova em contrário; naquele, o preço a pagar pela própria sobrevivência assume viés de alta.

# Às marretadas

O Tribunal de Justiça de São Paulo criou nova versão para a lenda do nó górdio. Reza a tradição que Alexandre, o Grande, desatou a amarra impossível com um simples e decidido golpe de espada.

Incapaz de guardar com segurança armas usadas em crimes e impedir que voltem a sê-lo, o TJ deliberou que revólveres, pistolas e fuzis sob sua custódia serão danificados. A golpes de marreta, talvez, como sugeriu um especialista.

O destino final desse armamento, depois de submetido a perícia policial e armazenado pela Justiça até encerrar-se processo, é mesmo a destruição completa. Tal tarefa cabe ao Exército, conforme acordo firmado no ano passado.

Como perícias e julgamentos não são exemplo de celeridade neste país, para dizer o menos, armas de fogo e até facas se empilham em armários das 273 comarcas do Estado. Os fóruns de Justiça, perceberam logo os criminosos, são alvos fáceis para suas investidas.

Em apenas 15 dias, roubos perpetrados em Diadema e Guarujá permitiram que 566 armas voltassem a circular de forma ilegal pelas ruas. Além da vigilância precária por seguranças despreparados, são fortes a suspeitas de colaboração de funcionários.

A fragilidade é flagrante. O Fó-

rum de Diadema tinha só três vigilantes em serviço, nenhuma câmara operante e grades baixas, que não ofereceram obstáculo algum para a dezena de ladrões invasores.

Não que as autoridades judiciais e policiais não estivessem atentas para a debilidade —simplesmente ainda não haviam atinado com uma solução definitiva e rápida.

Há dois meses as armas submetidas a perícia não seguem mais para os tribunais; ficam armazenadas em dependências policiais —o que não resolve o problema do estoque nos fóruns. Por isso a parceria do TJ-SP com o Exército já previa acelerar a destruição, destino de 11 mil objetos desde 2016.

Na cidade de Santos, por exemplo, não há mais armamento custodiado no fórum. Além disso, armas de grosso calibre em bom estado podem ser transferidas para a polícia, como ocorreu com 37 fuzis em maio. A destinação dos artefatos segue processo lento.

O presidente do TJ-SP, Paulo Dimas Mascaretti, concorda que os fóruns carecem de estrutura para servir como depósitos de armas e pondera: “Mas também não podemos esvaziar os espaços do dia para a noite. Esse serviço é controlado pelo Exército”.

A segurança pública não pode esperar. Às marretas, então.

O Metro Jornal é impresso em papel certificado FSC, garantia de manejo florestal responsável.



‘TÔ OU NÃO TÔ UM GATO?’

#selfie Day

HOJE É DIA DE FICAR BEM NA FOTO! SEJA CRIATIVO E FAÇA BONITO: POSTE SUA SELFIE EM WWW.SELFIEDAY.COM/BR/

PÁG. 16

metro

SÃO PAULO

Quarta-feira, 21 de junho de 2017 Edição nº 2.559, ano 11



MÍN: 14°C MÁX: 18°C

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal\_SP

ANDRÉ PORTO/METRO

Cruzamento do largo do Arouche com a avenida São João, com todos os semáforos apagados, às 16h30 de ontem

# PF vê indício de corrupção de Temer

Relatório enviado ao STF aponta 'vantagem indevida'; doleiro Funaro também acusa o presidente PÁG. 06



Pedestres encapotados na av. Paulista | ANDRÉ PORTO/METRO

# Estação dos casacos e cachecóis começa oficialmente hoje

Segundo meteorologista, inverno deste ano deve ser 'ligeiramente' menos gelado que em 2016 PÁG. 03

# Emprego com carteira cresce

Foram criadas 34,25 mil vagas formais no mês de maio PÁG. 08

# STF adia decisão sobre Aécio Neves

Irmã e primo do senador devem passar à prisão domiciliar PÁG. 06

# APAGOU GERAL

Região da Santa Cecília sofre com pane constante dos semáforos; prefeitura atribui problema a roubos de cabos elétricos PÁG. 02

RECICLE A INFORMAÇÃO PÁGE. ESTE JORNAL PODE CONTHETER





Semáforos apagados ontem na rua Albuquerque Lins...



...na alameda Gleite com a Barão de Campinas...



e na rua das Palmeiras | FOTOS ANDRÉ PORTO/METRO

# Apagou geral no centro

**Semáforos.** Região de Santa Cecília, Marechal Deodoro e largo do Arouche têm equipamentos apagados há dias. Reparos são feitos atualmente por 16 equipes da CET, que atribui falhas a crescentes furtos de fios elétricos

Não precisa rodar muito tempo pela região de Santa Cecília, Marechal Deodoro até o largo do Arouche para encontrar um semáforo apagado. Ou dois, Ou vários.

E o problema não foi de ontem apenas, quando a reportagem do **Metro Jornal** esteve na região.

Elizângela de Moraes, 34 anos, trabalha em um bar na esquina das ruas Albuquerque Lins e Barra Funda e vê os motoristas buzinando por causa

do semáforo apagado há mais de um mês. Próximo do bar, ela conta que já viu “uns dois ou três acidentes por causa da falta de semáforo”, mas mesmo assim eles seguem apagados.

Não muito longe dali, o garçom Ivan de Souza, 29 anos, lembra que a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) até passou pela região para arrumar o semáforo que fica entre a praça Marechal Deodoro e a rua Albuquerque Lins, mas aca-

bou não resolvendo nada. “Já tem umas duas semanas que está assim”, conta.

O vendedor Cândido das Neves, sentiu um descaso: “Falam que os fios são roubados logo depois da troca e parece que desistiram de vir arrumar e só deixam assim mesmo, sem funcionar”.

Os semáforos estão sem funcionar há tanto tempo que os motoristas parecem já ter se acostumado: buzina e atravessam os cruzamentos sem muitos proble-

mas. Difícil mesmo ficou para os pedestres: apesar de terem uma faixa exclusiva, demoram muito mais para atravessar sem contar com o intervalo dos semáforos.

## CET

A CET informou em nota que está trabalhando para resolver as falhas nos cruzamentos na região de Santa Cecília e que eles estão sendo alvos constantes de furto e vandalismo.

De acordo com a com-

panhia, de janeiro a junho deste ano foram registrados 337 casos de furtos de cabos e acessórios de semáforos em toda a cidade.

Hoje, o trabalho de manutenção dos semáforos é realizado por 16 equipes próprias da CET. Com a licitação, que será realizada nesta semana, essas equipes serão ampliadas e as empresas vencedoras terão até duas horas para chegar ao local da falha, diz a companhia. **METRO**

# DIÁRIO DO GRANDE ABC



## Geração de vagas desacelera em maio, mas região fecha o segundo mês seguido de emprego positivo

Dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego mostram que a região voltou a contratar mais do que demitir

em maio, quando foram criados 197 empregos com carteira assinada. O saldo foi positivo pelo segundo mês seguido, mas aponta

desaceleração na abertura de vagas na comparação com abril, que fechou com 845 novos postos. Apesar de o quadro ter apre-

sentado melhora no último bimestre, o acumulado de 2017 ainda revela cenário ruim, com o fechamento de 3.784 empregos.

Os números revelam que o Brasil também apresentou balanço no azul em maio, com saldo de 34.253 empregos. *Economia 6*

## Estudo associa doenças de pele e intestino a poluição da Billings



DEGRADAÇÃO. Ocupações irregulares no entorno da Billings contribuem para o aumento dos problemas ambientais e poluição da água; qualidade é monitorada desde 2015

Aproximadamente 250 mil pessoas vivem às margens da represa em cinco das sete cidades da região

Estudo realizado pela USCS (Universidade Municipal de São Caetano) desde 2015 revela que a degradação ambiental do entorno da Represa Billings e a poluição da água já causam problemas à saúde da população. Amostra preliminar indica que metade das cerca de 250 mil pessoas que vivem às margens do manancial, nas cinco cidades banhadas pelo reservatório – exceto São Caetano e Mauá –, sofre com doenças gastrointestinais e 40% apresentam problemas de pele. O objetivo da pesquisa é relacionar os impactos da falta de saneamento e das ocupações para o meio ambiente e Saúde. O resultado de três anos de análises da água da Billings será apresentado às 18h30, em seminário em São Bernardo. *Setecidades 1*

### VIROU NOVELA

#### Rede Lucy Montoro sofrerá segundo atraso em Diadema

A unidade de reabilitação para pessoas com deficiência física estava prevista inicialmente para setembro de 2016 e, depois, maio deste ano. Mas a conclusão da obra no equipamento,

situado no Quarteirão da Saúde, foi prorrogada para outubro. Paço não informou se haverá reajuste no valor de R\$ 2,19 milhões destinado aos serviços remanescentes. *Política 3*

### NA SEMANA QUE VEM

#### Morando quer se reunir com Estado para pedir aumento do retorno de ICMS

Prefeito Orlando Morando (PS-DB) pretende destravar créditos do imposto a São Bernardo para incentivar arrecadação e também garantir a produção do novo Polo, da Volkswagen, na cidade. *Política 4*

### APÓS QUASE 35 ANOS

#### Câmara dá aval e Sto. André já pode regularizar área no Centreville

Aprovação pelo Legislativo, ontem, autoriza o Paço a encaminhar proposta de desmembramento do solo em parceria com a CDHU, proprietária do terreno. Cerca de 1.300 famílias moram no bairro. *Política 5*

### JÁ É INVERNO



O período mais gelado do ano começou na madrugada de hoje, à 1h26, com frente fria que passa pelo Grande ABC em direção ao Litoral. O cenário não deverá persistir nos próximos dias, mas a quarta-feira será como ontem, com tempo fechado e chuva fraca. A temperatura ficará entre 12° C e 19° C. *Setecidades 3*

### RUMO À BAHIA

#### Polícia Rodoviária faz apreensão de 680 kg de maconha na Imigrantes

Carreta com 848 tablets da droga foi interceptada por policiais na manhã de ontem, no km 16 da rodovia, em Diadema, sentido Capital-Baixada Santista. *Setecidades 3*

### ALTOS E BAIXOS

#### Santos e Palmeiras buscam embalar no Brasileiro; São Paulo espera dizimar crise

Peixe visita o Vitória para voltar a triunfar. Verdão recebe o Atlético-GO atrás do segundo resultado positivo seguido. Já o Tricolor quer se reabilitar contra o Furacão. *Esportes 2 a 4*

### ARTE

#### Oma Galeria projeta derrubar barreiras em São Bernardo

Casa abre na sexta-feira a mostra *Viagem ao Boulevard Cor de Café* para festejar os quatro anos de fundação. Galerista visa quebrar tabus com os espaços de arte. *Cultura&Laser 1*

### ÍNDICE

Política/Economia	4
Setecidades	4
Esportes	4
Cultura&Laser	4
Investis	2
Empregos&Oportunidades	2

ISSN - 1516-6570  
9 771516 657040  
Nesta edição 22 páginas

### EDITORIAL

Causa e efeito

### COLUMNAS

<b>CENA POLÍTICA:</b> Clima nebuloso no PT estadual <i>Política 4</i>
<b>SEU NEGÓCIO:</b> Assalariado paga IR sobre inflação <i>Economia 6</i>
<b>MEMÓRIA:</b> Avenida Portugal, nº 1.439 <i>Setecidades 2</i>

# Rede Lucy Montoro em Diadema atrasará de novo

Unidade de reabilitação era para ser entregue em setembro de 2016, mas fica para outubro deste ano

**VINICIUS BARBOSA**  
Especial para o **Diário**  
viniusbarbosa@dgabc.com.br

Mais uma vez a entrega da Rede Lucy Montoro em Diadema vai atrasar. Prevista inicialmente para setembro de 2016 e depois para maio deste ano, a conclusão da obra ficará para outubro, mais de um ano depois do prazo original para o funcionamento do equipamento, instalado no Quarteirão da Saúde.

Ontem, a Prefeitura de Diadema publicou no *Diá-*

*rio Oficial* que o contrato com a CEP Construções e Projetos foi prorrogado por mais quatro meses – sem informar, porém, se haverá reajuste nos valores envolvidos na estrutura.

A empresa assumiu a obra da Rede Lucy Montoro em Diadema no fim do ano passado e vai receber R\$ 2,19 milhões para executar os serviços remanescentes. Antes, o projeto era tocado pela Eplan Projetos e Construções, mas o vínculo foi rescindido pela Prefeitura por atrasos constantes no

cronograma.

Embora seja um programa estadual, a parte física da Rede Lucy Montoro é instalada em Diadema sob responsabilidade do governo de Lauro Michels (PV). O governo do Estado informou ao *Diário* que já efetuou todos os repasses necessários para a obra. A administração de Diadema, porém, não respondeu aos questionamentos até o fechamento desta edição.

Com investimento total de R\$ 5,9 milhões, o projeto foi anunciado em 2013

pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). A Rede Lucy Montoro presta serviços de reabilitação para pessoas com deficiência física, e ocuparia uma extensão de 1.900 metros quadrados do espaço Quarteirão da Saúde, equipamento municipal aberto em 2008, localizado na Avenida Antônio Piranga, no Centro. A capacidade é para 250 atendimentos diários.

Lauro Michels queria utilizar esse projeto já em sua plataforma de campanha à reeleição no ano passado.



**EQUIPAMENTO.** Rede Lucy Montoro ficará no Quarteirão da Saúde

A aposta para abertura rápida da unidade em Diadema foi justamente a reutilização de área já construída, sendo necessárias somente adaptações para a Rede Lucy Montoro. A parceria entre Prefeitura e governo do Estado foi firmada para que a administração municipal remodelasse o segundo andar do Quarteirão da Saúde, enquanto a gestão estadual arcaria com custo e gerenciamento do equipamento.

Atualmente, a Rede de Reabilitação Lucy Montoro

conta com 17 unidades em funcionamento em todo o Estado e realiza mais de 100 mil atendimentos por mês, conforme dados do governo do Estado. Estão em atividade as estruturas do Hospital de Clínicas, na Capital, além de unidades em Botucatu, Campinas, Fernandópolis, Jaú, Lapa, Marília, Mogi Mirim, Morumbi, Pariquera-Açu, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Umarizal e Vila Mariana.

## DIADEMA

# Lauro e G-12 acertam emendas ao Refis

Governo e oposição entram em consenso e aumentam número de parcelas e descontos

**RAPHAEL ROCHA**  
raphaelrocha@dgabc.com.br

O governo do prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV), entrou em acordo com o G-12, bloco de vereadores da oposição, para apresentação de emendas consensuais para que o programa de parcelamento de débitos com o município, o Refis, seja aprovado em definitivo pelo Legislativo na sessão de amanhã.

Em reunião realizada ontem na Câmara, os dois lados cederam um pouco e chegaram a um meio-termo com relação ao número de parcelas e ao valor de descontos de multas e juros a quem está inadimplente com o poder público, mas pretende regularizar sua situação.

A redação original previa desconto de até 80% em juros e multa a quem fechar acordo de parcela única de pagamento ao Paço; de abatimento de 65% a quem fechar o depósito em duas vezes; de 45% ao município que resolver quitar o passivo em oito fatias; e de 25% a quem pagar a dívida em 18 vezes.



**ACENO.** Diálogo avançou com G-12 após Lauro abrir possibilidade de reintegrar quadros da oposição

O acordo vislumbra três faixas de pagamento: em 12 vezes (com 100% de desconto em juros e multas), em 18 vezes (com redução de 80%) e em 24 meses (corte de 60% nas penalidades). Também ficará extinto artigo que estipulava valores mínimos e máximos para ingresso no programa de parcelamento – agora, todos que tiverem contas em atraso poderão regularizar a situação. A dívida ativa gira em torno de R\$ 1 bilhão.

A reunião contou com a

presença de todos os vereadores e do assessor especial do prefeito, o ex-parlamentar José Dourado (PSDB). O acerto prevê apresentação de emendas coletivas e votações unânimes na sessão de amanhã.

O avanço do diálogo acontece dias depois de Lauro reabrir espaços no primeiro escalão para parte do G-12 – o bloco é formado por vereadores de PT, PPS, DEM, PR e PRB. O aceno de Lauro é readmitir o presidente do PPS municipal, José Carlos Gon-

çalves, como secretário de Transportes e alocar o radialista e mandatário do PEN diademense, Paulinho Correia, como titular da Pasta de Esportes.

Na sessão de amanhã também estão previstas as segundas votações do projeto de convênio da Prefeitura com o cartório de registro de imóveis e do texto, de autoria de Josa Queiroz (PT), que exige que toda PPP (Parceria Público-Privada) executada pelo Paço tenha anuência do Legislativo.

## VOTAÇÃO EM MAUÁ

# Câmara mantém parecer favorável do TCE sobre conta de Donisete

**FELIPE SIQUEIRA**  
Especial para o **Diário**  
felipesiqueira@dgabc.com.br

A Câmara de Mauá manteve o parecer positivo dado pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado), referente ao exercício de 2014 da Prefeitura, quando o Paço mauaense era administrado pelo petista Donisete Braga.

Na votação, 19 parlamentares preferiram não ir contra o parecer do tribunal, que analisou de forma favorável o mandato de Donisete, em seu segundo ano de gestão. Apenas quatro foram contra a análise da Corte, sendo eles Professor Betinho (PSDC), Sinvaldo Carteiro (PSDC), Vanderlei Cavalcante da Silva, o Neycar (SD), e Vladimilson Garcia, o Bodinho (PRP).

Bodinho explicou que votou contrário ao parecer do tribunal por acreditar que a análise pode conter erros. “Nem sempre o tribunal tem razão em tudo. Mesmo a comissão da Casa dando parecer favorável, acho que o tribunal pode ter errado em al-



**BODINHO.** Tribunal errou

guma coisa”, justificou. “Não tenho vínculo com o antigo governo”, completou. O vereador chegou a ser aliado do PT quando o prefeito ainda era Oswaldo Dias.

Mesmo sendo opositorista de Donisete, Manoel Lopes (DEM) decidiu votar a favor do parecer e do ex-prefeito. “Com muita dor no coração, o Donisete merecia levar um ‘não’. Mas eu não posso ir contra o parecer de um tribunal.”

Donisete Braga foi prefeito de Mauá entre 2013 e 2016, sucedendo o correligionário Oswaldo Dias. No ano passado, tentou se reeleger, mas perdeu para o atual prefeito da cidade, Atila Jacomussi (PSB). Hoje, o ex-prefeito de Mauá não exerce cargo público.

# Morando pede aumento do retorno do ICMS

Prefeito de S. Bernardo se reunirá com Estado para destravar créditos do imposto para cidade

**HUMBERTO DOMICIANO**

humbertodomiciano@dgabc.com.br

O prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PS-DB), deve realizar na semana que vem reunião com o governo de São Paulo para negociar a liberação de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) como forma de incentivar a arrecadação do município. Segundo o tucano, a medida também faz parte dos esforços do Paço para garantir a produção do novo Polo, por parte da Volkswagen, em São Bernardo.

“Vamos tentar superar os gargalos para tornar a cidade mais competitiva. Quando se fala em produzir um novo automóvel, uma cadeia inteira se desenvolve, com praticamente todas as peças feitas no Brasil. Um projeto como esse melhora a arrecadação da cidade e quanto mais carros produzirmos e vendermos para o mercado interno, maior e melhor é o retorno do ICMS”, destacou Morando, que deve enviar em breve à Câmara projeto de lei de incentivos fiscais.

“Temos outras medidas



**CARGO.** Morando transmitiu posto no Executivo para Marcelo

em curso, que contemplam inclusive a redução da alíquota do IPTU (*Imposto Predial e Territorial Urbano*) para empresas que investirem e gerar empregos. Isso foi bem recebido pela Volks”, completou o prefeito.

A Volkswagen é a maior pagadora de IPTU do município, além de ser vital para a Prefeitura na arrecadação de ISS (Imposto Sobre Servi-

ços) direta e indireta – há uma cadeia de empresas em torno da montadora, como autopeças e serviços de transporte. Atualmente, cerca de 60% das receitas municipais são originadas de tributos como o ICMS e o ISS.

Orlando Morando viajou ontem para a matriz da empresa, na Alemanha, e deve confirmar amanhã o anúncio oficial da fabricação do

novo Polo.

“A Volks tem a perspectiva de produzir o carro no Brasil e estamos indo mostrar o novo modelo de gestão da cidade. O governo deve ser um facilitador para as empresas”, finalizou o tucano.

O novo Polo – a sexta geração da marca – foi apresentado oficialmente na semana passada pela Volks alemã. A companhia não falou em valores e o local onde seria fabricado o modelo. No mundo, conforme a Volkswagen, 16 milhões de unidades do Polo foram vendidas anteriormente.

O modelo seria fabricado sob o conceito de MQB, plataforma modular que permite produzir mesma base para diferentes carrocerias. Essa concepção possibilita que as unidades construídas no País possam ser vendidas pelo mundo, uma vez que o MQB elimina diferenças entre as estruturas feitas em outras partes do planeta.

Na planta da Volks na Anchieta existem 9.163 trabalhadores e lá são produzidos os modelos Saveiro e Gol – além do Jetta, que já vem pintado e é apenas montado.

## Marcelo Lima assume interinamente

Vice-prefeito de São Bernardo e secretário de Serviços Urbanos, Marcelo Lima (SD) tomou posse ontem e ficará no cargo por cinco dias, enquanto o titular, Orlando Morando (PSDB), realiza viagem para Alemanha. Esta é a primeira vez que Marcelo assume o car-

go interinamente.

Em cerimônia realizada no Paço, o vice-prefeito destacou que seguirá normalmente as demandas em curso. “O prefeito Orlando Morando já tem feito um governo aprovado pela população e a expectativa é seguir cuidando da cidade. Já peguei

as informações necessárias e vou seguir no mesmo ritmo, com todos os programas em andamento, uma boa continuidade”, afirmou.

A posse de Marcelo Lima contou com praticamente todo o secretariado do governo tucano e com boa parte dos vereadores da base de

sustentação. Além disso, o político também levou os pais, a mulher e a filha ao evento.

“Quero destacar a felicidade de ter a confiança do prefeito. Conheci o Morando no momento quase pré-eleitoral e ele não precisaria fazer esse ato e isso mostra que não tem vaidade, estamos juntos por São Bernardo”, finalizou. **HD**

## SÃO BERNARDO

# Câmara pode votar devolução de terreno que pertence ao Imasf

Espaço no Nova Petrópolis deve abrigar Hospital da Mulher e transferência do HMU

A Câmara de São Bernardo deve analisar hoje um projeto de lei que determina a devolução de terreno doado em 2014 ao Imasf (Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo) e localizado no bairro Nova Petrópolis.

A iniciativa ocorre por conta do objetivo da administração do prefeito Orlando Morando (PSDB) de instalar no espaço o Hospital da Mulher e transferir o HMU (Hospital Municipal Universitário) para o local.

“O espaço foi doado e necessitava de contrapartida, que era a instalação da sede e do Hospital do Imasf no período de dois anos. Como não concluíram, a gestão quer reaver a área para dar sequência às mudanças”, disse o líder de governo, Ramon Ramos (PDT).

Outro projeto que pode chegar ao Legislativo trata da formação de um Conselho do Orçamento. “Antigamente esse instrumento era parte do Orçamento Participativo, como não existe mais, o governo definiu um modelo que contará com quatro indicações”, afirmou Ramon.

## INVESTIGAÇÃO

A CPI do Lixo faz reunião hoje e deve colher depoimento do ex-secretário de Serviços Urbanos e candidato derrotado a prefeito em 2016 pelo PT, Tarcisio Secoli.

O petista deve ser questionado pela comissão a respeito da demora para a remediação da área do lixão do Alvarenga e que abrigaria a usina de incineração de resíduos.

Tarcisio é o primeiro ex-titular do governo do ex-prefeito

---

Luiz Marinho (PT) a ser ouvido e que atuou diretamente no contrato entre o Paço e o Consórcio SBC Valorização de Resíduos Sólidos Revita e Lara, no valor de R\$ 4,3 bilhões.

Atualmente, os trabalhos da comissão estão concentrados entre os fatos ocorridos a partir de 2013, segundo ano do contrato e quando estariam previstos os primeiros pagamentos para as duas obras, e 2016, quando a Cetesb (Com-

panhia Ambiental do Estado de São Paulo) arquivou o licenciamento da usina. Nesta semana, a juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo, Ida Inês Del Cid, revogou liminar concedida por ela própria exigindo que a Prefeitura efetuassem a desapropriação do terreno onde seria instalada a usina de incineração de lixo, no Grande Alvarenga. A ação foi proposta pela SBC Valorização.



cena política

RAPHAEL ROCHA  
raphaelrocha@dgabc.com.br

## As turbulências no PT estadual

O clima no PT estadual anda nebuloso. Tudo porque a direção paulista eleita neste ano, e que terá o ex-prefeito de São Bernardo Luiz Marinho como presidente, tem segurado os nomes dos componentes do diretório do partido em âmbito estadual. No Grande ABC, a CNB (Construindo um Novo Brasil), corrente majoritária no petismo, havia firmado compromisso de indicação do ex-vereador de Diadema Manoel Eduardo Marinho, o Maninho, para o diretório paulista. Mas semanas passaram e nada do compromisso verbal ir para o papel. A celeuma resultou em reunião na segunda-feira – até porque não é só no Grande ABC que o suspense sobre as indicações impera. Ao que parece, as arestas foram aparadas. E Maninho irá, de fato, para a nata do PT paulista.

## Bastidores

### Caiu ou não?

Secretário de Gestão e Planejamento de Ribeirão Pires, Eduardo Nogueira (SD) assegurou que exonerou sua nora, Erika Heidrich Botaro Perrucci, do cargo de diretora de sua própria Pasta. Segundo ele, a saída foi a pedido dela e ocorreu antes da publicação de reportagem do **Diário**, na segunda-feira. Porém, até agora, a publicação que confirmaria a demissão de Erika não saiu no *Diário Oficial* do município. Especialista apontou possibilidade de nepotismo no caso.



Marina Brandão 23/4/14

### Outro nome

Depois de ver a Câmara rejeitar a indicação do advogado Ricardo André Barros de Moraes para ser ouvidor da Secretaria de Defesa Social, o prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV), sugeriu outro nome aos vereadores. É o de Elton Carlos de Oliveira, conhecido como professor Elton Cândido, candidato à vereança pela Rede (mesmo partido de Ricardo André) em 2016 – recebeu 443 votos.

### Desconstrução

Presidente da Câmara de Diadema, Marcos Michels (PSB) vem tendo dificuldades em convencer secretários do governo do prefeito Lauro Michels (PV) a apoiar sua empreitada a deputado estadual no ano que vem. Muitos têm rejeitado convites de conversa, com pé atrás com Marcos, já que o socialista refugou de projeto eleitoral em cima da hora em 2014.

### Nomeação

Candidato a presidente do diretório do PT de Santo André e ex-secretário adjunto de Paranapiacaba e Parque Andreense, Fabrício França foi nomeado no gabinete do deputado estadual Luiz Turco (PT). A oficialização saiu na quarta-feira. França ficou na terceira colocação na concorrência interna – atrás de Zé Paulo Nogueira, o eleito, e o ex-deputado federal Luiz Carlos da Silva, o Professor Luizinho.

### Dinossauró

Durante evento em que o prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PSDB), transmitiu o cargo ao vice, Marcelo Lima (SD), por viagem à Alemanha, o tucano lembrou de vereadores da sua base que trabalharam na Volkswagen, caso de Pastor Zezinho Soares e Ary de Oliveira. “O Ary ajudou a fundar a Volks em São Bernardo”, gritou pessoa que acompanhava a cerimônia, arrancando risos gerais.

### Frente parlamentar

O deputado estadual Teonílio Barba (PT), de São Bernardo, lança hoje frente parlamentar de combate às reformas promovidas pelo governo de Michel Temer (PMDB). A atividade começa às 18h, na Assembleia Legislativa. Na visão do petista, as reformas da Previdência e trabalhista são ameaça “à construção da cidadania e retrocesso ao País de no mínimo 100 anos”.

# O GLOBO

QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2017 ANO 103 - Nº 30.614

Trinew Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

## Revés em reforma preocupa mercado

Governo cochila e sofre derrota em comissão do Senado

No primeiro grande tropeço do governo no Congresso após a delação de Joesley Batista, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado rejeitou a proposta de reforma trabalhista por 10 votos a 9. Na Rússia, o presidente Temer ministrou, afirmando que o texto será aprovado em plenário, que é o que importa. O dólar sobiu 1,27% e a Bolsa caiu 2%. **PÁGINAS 19 e 20**



Enquanto isso, na Rússia, Temer, ao lado do presidente russo Vladimir Putin, assiste a um balé no Teatro Bolshoi. Ele ministrou a direita na comissão do Senado: "O Brasil vai girar no plenário"

### Reflexo da crise

## Estado corta 60 mil empregos

Em maio, houve a abertura de 34 mil vagas com carteira no país. Mas, no Rio, o resultado foi negativo e, no ano, os cortes chegam a 60 mil no estado. Análises afirmam que a recuperação do emprego no país é incipiente e puxada pelo setor agrícola. **PÁGINA 21**

### Faltou escoamento

## Rio tem temporal e caos no trânsito

Um temporal alagou ruas e parou o trânsito do Rio. Este ano, a prefeitura gastou R\$ 2,8 milhões em manutenção de galerias pluviais. Em 2016, foram R\$ 2,5 milhões por mês. **PÁGINA 20**

### Jornalistas como alvo

## México é acusado de espionagem

O governo do México reagiu com evasivas à denúncia do "New York Times" de que jornalistas e ativistas foram espionados com equipamentos comprados em Israel. **PÁGINA 24**

## A REPÚBLICA INVESTIGADA

# Temer orientou divisão de verba desviada, diz Funaro

Para a PF, evidências indicam 'com vigor' a prática de corrupção

Doleiro afirma que R\$ 20 milhões retirados de um fundo da Caixa foram distribuídos para campanhas eleitorais a pedido do peemedebista; Joesley relatou suposta pressão no BNDES em favor da JBS

Em depoimento à PF no inquérito que investiga o presidente após a delação da JBS, o doleiro Lúcio Funaro afirmou que Temer orientou a distribuição de R\$ 20 milhões desviados de um fundo da Caixa para campanhas eleitorais. Funaro afirmou também que Temer sabia dos pagamentos de propina feitos pela Odebrecht para obter contratos na Petrobras. O operador do PMDB ainda relatou repasses para o ministério Moreira Franco e os ex-ministros Geddel Vieira e Henrique Alves. Procurado, o advogado do presidente não comentou. Segundo a PF, todas as evidências indicam "com vigor" a prática de corrupção passiva por parte de Temer no caso da propina entregue pela JBS ao ex-deputado Raula Loures. Também à PF, Joesley Batista disse que Temer teria pressionado o BNDES para aprovar pedido de interesse da JBS. **PÁGINAS 3 e 4**

## Irmã e primo de Aécio vão para prisão domiciliar

A Primeira Turma do STF voltou a decidir sobre pedido de prisão do senador afetado Aécio Neves, mas transferiu a irmã e um primo do caso para prisão domiciliar. **PÁGINA 5**

EDITORIAL  
*'Lula e Dilma não estão bem na foto de Joesley'*  
**PÁGINA 10**

Decisão do STF sobre delação pode afetar Lava-Jato **PÁGINA 6**

## Lula entrega defesa no caso do triplex

**PÁGINA 8**

### MERYL PEREIRA

Presidente viajou à Rússia, mas a crise ficou por aqui mesmo. **PÁGINA 4**

### MÍRIAM LEITÃO

Reforma trabalhista é agenda do país, não do governo. **PÁGINA 20**

## Justiça francesa condena Maluf, mulher e filho

**PÁGINA 7**

### ELIO GASPARI

Expor agente da CIA é trapalhada do bunker de Temer. **PÁGINA 11**

### ZUENIR VENTURA

Difícil explicar país onde ex-amigos Joesley e Temer se singram. **PÁGINA 17**

### SEGUNDO CADERNO

## Mallu UMA VOZ COM NOVAS FERIDAS E VITÓRIAS

Aos 24 anos, dez de carreira, a cantora Mallu Magalhães ressurge mais confiante no álbum "Veni".



### CIBICO

É continuando o projeto 'dançando para não dançar'...

### SOCIEDADE

## LONGE DA SALA DE AULA

Entre 2014 e 2016, 1% dos alunos do ensino médio abandonaram os estudos, revela o Censo Escolar. **PÁGINA 26**

# Estado do Rio já perdeu 60 mil empregos com carteira este ano

No país, foram abertas 34 mil vagas em maio, graças à agropecuária

MARINA BRANDÃO, CÁSSIA ALMEIDA, PEDRO AMARAL\* e KARLA GAMBIA\*  
economia@oglobo.com.br

**BRASÍLIA E RIO.** O Rio de Janeiro foi o segundo estado que mais perdeu postos de trabalho formais em maio, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Após apenas do Rio Grande do Sul, que criou mais de 12 mil postos de trabalho, o Estado do Rio perdeu 5.583 vagas. No ano, já são 59.890 vagas a menos.

O Brasil tem hoje 14 milhões de pessoas procurando trabalho. Em todo o país, foram criados 34,2 mil postos de trabalho formais em maio, no segundo mês seguido de saldo positivo. Mas o resultado foi puxado basicamente pela agropecuária, que responde por apenas 4,2% de todas as vagas formais existentes no país. Foram 46.019 postos abertos no setor em maio, praticamente o mesmo montante de vagas que foram criadas durante este ano em toda a economia: 46.543 vagas. Nos últimos 12 meses, o saldo ainda é negativo. Foram perdidos 856.665 empregos formais no país.

— Praticamente todo o emprego veio da agropecuária. Isso não deve se sustentar. É claro que ter um número positivo é bom, depois de tantos dados negativos. Mas, por enquanto, não dá para dizer que o movimento está disseminado pelos vários setores. É um crescimento pontual — afirma o economista João Saboia, especialista em mercado de trabalho do Instituto de Economia da UFRJ.

## MADRUGADA NA FILA

A procura por uma vaga levou centenas de pessoas a dormirem na fila ontem, nas proximidades do Maracanã, na Zona Norte do Rio, para se cadastrar a 600 vagas oferecidas para um projeto social. Mesmo sob a chuva forte que caiu na região, os candidatos tentavam se inscrever para postos de auxiliar de serviços gerais e de loja, operador de telemarketing, vendedor, motorista de ônibus, vigia e porteiro. Daiane de Souza Ferreira, de 21 anos, moradora de Campos Elíais, chegou às 3h



No retardo. Centenas de pessoas passaram a noite na fila para se cadastrar a uma vaga no Rio. Nem todos conseguiram



Fila. Daiane de Souza chegou às 3h

da manhã e não conseguiu ser atendida. Ela foi operadora de telemarketing e há dois anos procura emprego.

— A situação está difícil. Eu tenho dois filhos e quem tem me ajudado é minha mãe.

Luiz Cláudio Souza, de 54 anos, morador de Queimados, chegou às 5h da manhã ao Maracanã e também não conseguiu ser atendido. Ele está buscando emprego desde julho, quando perdeu a vaga de vigia.

— Essa é a segunda vez que venho aqui. Uma pena não ter conseguido. Espero que nas

próximas seleções eu consiga uma oportunidade.

Maira Teixeira, de 20 anos, moradora de Imbariê, em Duque de Caxias, chegou às 5h40m. A jovem está buscando uma oportunidade depois de ter participado do programa Jovem Aprendiz. É a segunda vez que ela está nesse tipo de seleção.

— Eu coloquei currículo nas empresas e nunca sou chamada e isso me desanima muito. Mas eu não deixo de procurar — afirma Maira.

Assim como no Brasil, no Rio, a agropecuária, que tem peso irrelevante para a economia do estado, também foi a responsável pela geração de vagas. Foram abertos 1.679 postos no setor, reduzindo um pouco a queda no emprego no estado. O setor de serviços foi o principal responsável pelo resultado negativo no estado, tendo perdido 3.111 postos. Em seguida, veio a indústria de transformação, com menos 1.501 postos, o comércio, que cortou 1.266 vagas, e a construção civil, que perdeu 1.173 postos de trabalho.

No Brasil, o setor de serviços, que concentra 43,9% do emprego formal, criou somente 1.989 postos. A indústria de Transformação também contratou mais (1.433). O comércio constituiu diminuindo o

quadro, cortando 11.254 vagas, e a construção civil fechou 8.021 postos.

— O resultado é melhor do que foi em 2015 e 2016, mas não dá para ficar muito animado e dizer que começou uma recuperação. Se não tem crescimento econômico, não tem geração de emprego, ainda mais com o quadro político — diz Saboia.

## MEIRELLES VÊ RECUPERAÇÃO

Para o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, os números positivos representam uma tendência, mas não é possível afirmar que esse saldo positivo está estabilizado.

— De cinco meses do ano, três foram positivos, pode-se observar que há uma tendência de melhoria. Mas eu não posso garantir que essa tendência vai permanecer. Falar em números agora é precipitado — declarou Nogueira.

Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi otimista e comemorou os resultados divulgados pelo Caged em sua conta no Twitter:

“Este número confirma nossas previsões de uma recuperação gradual do emprego”, escreveu Meirelles em seu perfil na rede social. ■

Estagiários, sob supervisão de Eliane Oliveira e Cassia Almeida

# Arrecadação tem pior resultado em 7 anos

União recolheu R\$ 97,7 bilhões em tributos em maio, queda de 0,96%

GABRIELA VALENTE  
valente@trb.oglobo.com.br

**BRASÍLIA.** Os recentes números da economia que mostram que o pior da recessão já passou ainda não tiveram reflexo no pagamento de tributos ao governo federal. Ao contrário, a arrecadação voltou a cair em maio. De acordo com a Receita Federal, a União recolheu R\$ 97,7 bilhões em impostos e contribuições no mês passado, o pior resultado para maio nos últimos sete anos. A expectativa de integrantes da equipe econômica era que a arrecadação já começasse a dar sinais de melhoria.

No entanto, a retomada de alguns setores ainda não se traduziu em mais recursos nos cofres da União. A recuperação foi forte apenas na agricultura, setor que paga pouco imposto e que exporta muito, ou seja, segmento econômico com baixo poder de alavancagem de

arrecadação.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, há focos de recuperação em outros setores, mas é um processo demorado até que esses números melhores tenham efeitos na arrecadação.

— O Agonegôcio é menos tributado, e as exportações são desoneradas. Apesar do PIB (Produto Interno Bruto) melhor, deve demorar a ter efeito na arrecadação. Houve alta na produção de veículos, vai aparecer na arrecadação, porém mais devagar — disse o técnico.

**R\$ 544 BI ARRECADADOS NO ANO**  
Enquanto a economia não deslança, a esperada alta de receitas não chega. Em maio, a queda foi de 0,96% na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação. Porém, segundo a

**R\$ 1,27 bi**

Receita extra obtida pela União com o programa de Refinanciamento de Dívidas Tributárias (Refis)

**0,35%**

É quanto a arrecadação cresceu nos cinco primeiros meses do ano. Ao todo, a União obteve R\$ 544,5 bilhões

Receita, esse recuo foi menor do que o de vários outros indicadores econômicos, como vendas no varejo.

Houve perda na arrecadação mesmo com a entrada extra de R\$ 1,27 bilhão por causa do programa de Refinanciamento de Dívidas Tributárias (Refis). O programa foi alterado pelo Congresso Nacional para ter regras mais frouxas. Os contribuintes inadimplentes podem aderir até o fim do mês.

No entanto, o ano ainda tem um saldo positivo. Nos cinco primeiros meses de 2017, a arrecadação mostra crescimento real de 0,35%. A União levantou R\$ 544,5 bilhões.

Para o economista do Banco Itaú Flavio Serrano, a falta de reação da arrecadação já era esperada. Ele concorda que os efeitos demoram a serem sentidos na atividade econômica: ■

— A arrecadação vem fraca há muito tempo e não é com base nisso que a gente vai falar que a economia não está se recuperando. Os dados indicam que está faltando fôlego para a economia.

Segundo o analista, isso pode interferir na capacidade de o governo lançar mão de instrumentos para estimular o crescimento econômico. Nos bastidores, o governo estava estudando medidas para melhorar sua popularidade, como o reajuste da tabela do Imposto de Renda ou a correção dos benefícios do Bolsa Família.

— Existe pouco espaço para manobras — afirma Serrano. ■

## Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

### Sinal negativo

A força das corporações estatais, maiores opositoras das propostas do governo Temer, venceu ontem uma batalha, com a derrota da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). O resultado fortalece a impressão de que, mesmo que o governo se recupere e aprove o texto, fica cada vez mais distante a reforma da Previdência, alvo principal dos sindicatos do funcionalismo estatal. Foi sintomático o exemplo do tucano Eduardo Amorim (SE), um dos votos contrários à reforma. Ele avisara à bancada que não poderia ser favorável às mudanças, porque sua mulher é procuradora do Trabalho — um dos setores mais críticos à proposta. Como o coordenador político do governo, Antonio Imbassahy, também do PSDB, e o líder do partido, Paulo Bauer, estão na Rússia com Michel Temer, ele não foi substituído na comissão. E o projeto foi à votação mesmo com a certeza de que o voto de Amorim era perdido.

### Tempo de arrumação

Derrotado em Minas em duas eleições sucessivas, 2014 e 2016, o grupo de Aécio Neves tenta ganhar tempo para reconstruir sua base no estado, ainda mais abatida com as denúncias sobre seu líder. Ontem, aliados do senador afastado pressionaram o presidente interino do PSDB, Tasso Jereissati, a adiar qualquer decisão sobre as mudanças no comando partidário. Conseguiram. A reunião de hoje que trataria da saída de Aécio da presidência do partido, dando a Tasso o cargo efetivo, foi desmarcada e não tem mais data para acontecer.

### #sóquenão

O líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini, condenou os colegas que torcem pela prisão de Aécio Neves. Disse que é um “equivoco”. Nas redes sociais, o twitter oficial dos petistas na Câmara retuitou várias mensagens com a hashtag #AecionaCadeia.

### Cronômetro

Aliados do ex-presidente Lula que o encontraram recentemente dizem que a expectativa dele é receber ainda este mês a sentença de Sergio Moro no caso de envolvimento em esquema de corrupção com a OAS. Ontem, a defesa do petista apresentou as alegações finais no processo. No caso de Eduardo Cunha, por exemplo, o juiz levou menos de 48 horas para condená-lo depois da apresentação das alegações finais.

### Dona do pedaço

A derrota do governo na reforma trabalhista foi comemorada pela oposição com 48 minutos seguidos de discursos desde a abertura da sessão do Senado, ontem. Quase duas horas depois do início da sessão, apenas o senador José Medeiros defendeu as propostas do governo em plenário.

### Tapa-buracos

O DEM abandonou o governo na votação da reforma trabalhista, que sofreu derrota no Senado. Titulares da CAS, Ronaldo Caiado (GO) e Maria do Carmo Alves (SE) estavam na Casa, mas não apareceram. Os votos de ambos foram supridos pelos suplentes do PSDB.

### Pesos e medidas

Exultante, Paulo Paim comparou o resultado da sessão de ontem na CAS em sua vida profissional à vitória de Barack Obama na Presidência dos EUA.

### Efeito retroativo

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região analisa hoje uma ação que deixa em alerta os remanescentes de quilombolas no país. O julgamento da desapropriação da comunidade Acauã (RN) pode levar à inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/03, editado por Lula para regulamentar o procedimento. Se a decisão for essa, deve gerar questionamentos sobre uma série de desapropriações feitas pelo governo federal em favor dos quilombolas nos últimos 14 anos.

### Cadeiras vazias

O PMDB ainda não fez as indicações do partido no Senado para compor a CPI mista da JBS.

Com Amanda Almeida  
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

# MERVAL PEREIRA



## A crise ficou

O presidente Michel Temer desmentiu, e não que isso seja a seu favor, os que comparam seu governo com os últimos meses do governo José Sarney. Naquela ocasião, o então senador Fernando Henrique Cardoso dizia com ironia sempre que o presidente ia ao exterior: "A crise viajou".

**P**ois Temer viajou para a Rússia (ou mais longe ainda, para a República Socialista Federativa Soviética da Rússia), e a crise não foi junto, ficou por aqui mesmo, produzindo seus efeitos continuamente.

E teve de tudo por esses dias: a Polícia Federal acusou o presidente da República de ter cometido "corrupção passiva", um juiz de Brasília rejeitou a ação de Temer contra Joesley Batista por calúnia e difamação, o doleiro Lúcio Funaro depôs denunciando a atuação de Temer à frente da distribuição da propina proveniente da Petrobras para o PMDB e, enfim, a base do governo, tão decantada até recentemente, foi derrotada por dentro na Comissão de Assuntos Sociais do Senado na reforma trabalhista.

A Polícia Federal, cujo diretor-geral, Leandro Daillo, está na alça de mira do novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, colocado na pasta com essa missão específica não explícita, mas óbvia, dentro de sua autonomia funcional, foi ao ataque ao assumir em seu relatório que é possível afirmar que as provas apontam "com vigor" para a prática de corrupção passiva por parte do presidente da República.

Uma das provas anexadas ao relatório contra Michel Temer e o deputado afastado Rocha Loures é uma folha manuscrita por Ricardo Saud, diretor da JBS, usada no encontro com o ex-assessor do Planalto onde está detalhado o pagamento de propina, que poderia variar de R\$ 500 mil (encontrados na mala que Rocha Loures carregou apressadamente na saída de uma pizzaria) a R\$ 1 milhão por semana, dependendo do lucro de uma termelétrica da Petrobras cuja concessão o grupo JBS disputava.

Na conversa monitorada pela Polícia Federal, Saud fala diversas vezes sobre "o presidente" e em nenhum

momento é contestado por Rocha Loures. Na segunda derrota do dia, o juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara do Distrito Federal, rejeitou a queixa-crime de Michel Temer contra Joesley Batista por suas declarações à revista "Época". Segundo o juiz, Joesley apenas repetiu o que dissera na delação premiada.

A derrota mais dura foi na parte política, colocando em risco a própria estabilidade do governo Temer na sua base aliada. O senador do PSDB Eduardo Amorim, depois de avisar à direção do partido que não compareceria, não só apareceu como votou contra a reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais.

Não à toa, o ministro Moreira Franco atribuiu à posição dúbia dos tucanos a derrota do governo na comissão. Mas houve uma dissidência também no partido do governo. O senador Hélio José votou contra a reforma trabalhista, seguindo a orientação de Renan Calheiros, que não escondia sua satisfação ao olhar o painel com o resultado contrário ao governo, ao lado de um Romero Jucá atônito.

Houve ainda uma troca de cadeiras no PSD para votar contra a reforma trabalhista: Sérgio Petecão, vice-líder do governo, faltou à sessão e, em seu lugar, Otto Alencar votou contra o governo.

A novidade do dia ficou por conta do doleiro Lúcio Funaro que, negociando uma delação premiada, começou a falar o que sabe para a Polícia Federal. Suas revelações foram incorporadas ao inquérito contra Michel Temer e apontam o presidente da República como o grande organizador da distribuição da propina para o PMDB.

## Derrota de Lula

O juiz Maurício Tini Garcia, da 2ª Vara Cível de São Bernardo do Campo, considerou improcedente a ação que o ex-presidente Lula ajuizou contra mim e o GLOBO alegando "danos morais" em razão de publicações jornalísticas "supostamente inverídicas e ofensivas" nas colunas intituladas "Mistificação eficiente" (28/05/2016) e "O fim da picada" (08/06/2016). A defesa, baseada na liberdade de expressão, foi feita pelo escritório Sérgio Bermudes. Segundo o juiz Maurício Tini Garcia, "aqueles que optam pela vida política, muito mais que o cidadão comum, sujeitos estão ao escrutínio popular sobre seus atos, além de submetidos a imputações acerca da probidade e honestidade de suas ações. (...) "O ordenamento jurídico vigente disponibiliza ao imputado amplo direito de defesa na esfera criminal e administrativa, com várias instâncias recursais, onde a idoneidade de suas ações políticas, a legitimidade do patrimônio amealhado durante sua vida pública e os sinais externos de sua riqueza e de seus parentes próximos sempre poderão ser objeto de justificativa ou questionamento".

Mais detalhes no noticiário do jornal. ●

### Os pontos-chave

- 1** Temer viajou para a Rússia, mas a crise não foi junto com ele
- 2** Temer entrou na mira da Polícia Federal e do doleiro Lúcio Funaro
- 3** Um juiz de Brasília rejeitou a ação de Temer contra Joesley Batista

miriamleitaoglobo.com.br

# MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

## Sentido da vitória

Foi uma enorme derrota política para o governo Temer, a rejeição na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da reforma trabalhista. Mas qual o sentido da vitória? Nenhum. O país tem 14 milhões de desempregados, a lei trabalhista é dos anos 1940, os países estão atualizando suas legislações e há pontos que precisam mesmo de mudança. A proposta do governo tem defeitos, mas esta também é uma agenda do país.

O foco de qualquer discussão no Brasil tem que ser como proteger os que estão mais vulneráveis: no desemprego, no emprego informal ou nas mais variadas formas de trabalho precário. Mas estes, pelas próprias circunstâncias, são os verdadeiros invisíveis. Essa reforma melhoraria a vida deles? Pode-se discutir isso. Talvez não. Mas o problema é que eles não aparecem no debate dos que dizem defender os trabalhadores.

Houve uma discussão ontem na CAS que mostra o caráter ambíguo deste assunto no Brasil. A lei propõe que não seja contado como tempo trabalhado o tempo de transporte do trabalhador até o local do emprego. E os que votaram pela rejeição da lei disseram que é um absurdo porque as pessoas gastam um enorme tempo em transporte de má qualidade nas grandes cidades para chegar à empresa. Isso é verdade. O problema é que só se conta como tempo trabalhado, na interpretação de alguns juízes, quando o empregador oferece o transporte. Quando o funcionário usa ônibus, trem e metrô, o tempo não é contado de qualquer maneira. Então, tudo o que a rejeição desse ponto garante é que o empregador não oferecerá mais o transporte para o empregado. Tira-se o que, na maioria das vezes, é um conforto.

O teletrabalho é outro ponto. Hoje há um vácuo na lei sobre isso e cada juiz faz a sua interpretação. Como esse tipo de trabalho foi criado pelas novas tecnologias, precisa

mesmo haver uma regulamentação. A proposta do governo era de regulamentar. São milhões os que trabalham dessa forma e vivem na insegurança.

— Foi uma decisão de olhos no retrovisor, quando o mercado de trabalho exige que olhemos para frente. A luta política se sobrepôs a um debate racional da questão — diz o senador Ricardo Ferraço, que foi o relator do projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e derrotado ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

Hoje o projeto deve ser lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas já chega enfraquecido. Mesmo assim, a proposta pode ir ao plenário, que é sempre quem dá a última palavra em qualquer projeto, explica o senador. Mas está claro o recado dado na Comissão: o governo Temer não conseguiu os 11 votos que precisava para fazer uma lei ordinária avançar.

A situação política é extremamente complexa. Como um governo tão contestado, e tão impopular, pode fazer andar uma proposta de reforma em leis trabalhistas ou previdenciárias? É difícil mesmo. E a resposta mais imediata é que o governo não tem condições de propor essas mudanças. Por outro lado, há uma agenda que o Brasil terá que enfrentar em algum momento. A Previdência tem um enorme déficit, e negar a existência do rombo não vai reduzi-lo. As leis trabalhistas não estimulam a criação de empregos, não criam parâmetros para as novas profissões, não dão espaço para arranjos mais flexíveis entre empregador e empregado e ainda estimulam os contenciosos judiciais entre os dois lados.

Os direitos fundamentais estão todos garantidos na Constituição, artigo 7º, em 34 incisos. A proposta tem defeitos, como a pouca clareza do trabalho intermitente. E isso o senador Ferraço alertou, propondo a rejeição. Tinha vantagens, como o fim do imposto sindical ou a possibilidade de receber 80% do saldo do FGTS quando o trabalhador pede demissão. Hoje ele nada recebe. Dos 103 milhões da População Economicamente Ativa, só 50 milhões têm contrato formal — 11 milhões de servidores públicos e 39 milhões nos setor privado. A outra metade está no trabalho informal, por contra própria, desempregado ou subempregado. E todos sabem que isso não é apenas porque o país está em recessão. Mesmo quando o PIB cresce, o problema não desaparece. Pode-se derrotar Temer. É o mais fácil. Mas o difícil será encontrar uma forma moderna e inclusiva de organizar a relação capital trabalho no Brasil. ●

### Os pontos-chave

**1** Rejeição em comissão não altera o trâmite da reforma trabalhista, mas foi grande derrota para o governo

**2** Proposta tem defeitos, mas modernizar as leis trabalhistas é uma agenda do país, não do governo

**3** Foco do debate tem que ser como proteger os que estão mais vulneráveis no mercado de trabalho

# CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 35.760 • 48 PÁGINAS • R\$ 2,30

**Distritais aprovam a nova gestão do Hospital de Base**



Ministerio/Arquivo/CEBRA/Press

Uma sessão tumultuada, com as galerias lotadas por manifestantes a favor e contra a proposta e muita bate-boca entre os deputados, a Câmara Legislativa aprovou, por 13 votos a 9, a criação do instituto que vai administrar a maior unidade da rede de saúde do DF. De acordo com o projeto, a partir de 2018, o centro terá maior autonomia para gerir os recursos, agilizando as compras e a contratação de funcionários. A proposta foi combatida pelos sindicatos ligados à área. Deputados de oposição ao governador Rodrigo Roldenberg prometem ir à Justiça com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin). PÁGINAS 19 E 20

# STF decide hoje se Fachin permanece com caso JBS

Além de definir se o ministro Edson Fachin deve continuar como relator do caso JBS, o Supremo vai decidir se a homologação da colaboração premiada de Joesley cabe ao magistrado ou ao plenário do tribunal. O Correio apurou que a tendência na Corte é mantê-lo no posto e referendar o acordo. Mas, nos bastidores, a decisão de Fachin de retirar de Moro quatro investigações ligadas a delações da Odebrecht, mas não à corrupção na Petrobras, foi interpretada como uma sinalização, do próprio ministro, de que não deve continuar no processo da JBS, que também não teria relação com a Lava-Jato. Também foi vista como influência na postura do STF a decisão da 1ª Turma de conceder o direito à prisão domiciliar a Andrea Neves, irmã de Aécio.

**Juiz nega pedido de Temer para processar Joesley**

Ministerio/Arquivo/CEBRA/Press



**Delações podem ser revistas, diz ministro**

Torquato Jardim, titular da pasta da Justiça, afirma que acordos de colaboração premiada fechados com o Ministério Público podem ser revistas por colegiado, em tribunais, e anulados. "A homologação discutida agora é para iniciar o processo", diz.

Veja a entrevista ao CB.Poder/TV Brasília no site do Correio

PÁGINAS 2 A 6

Arq. Renato/Arq. CEBRA/Press



**Morador quer negociação**

Donos de lotes no Ville de Montagne podem nova avaliação dos terrenos. Muitos consideraram alto os R\$ 205,7 mil fixados para a venda direta. O corretor Felipe Oliveira acha que boa parte do condomínio não concordará com a tabela. A Terrapac aceita negociar, mas vê o valor como "justo". PÁGINA 21

# País volta a criar emprego, mas reforma sofre derrota

Pelo segundo mês consecutivo, houve resultado positivo na criação de empregos com carteira assinada. Foram 34.253 postos de trabalho a mais que o número de demissões. No Senado, a Comissão de Assuntos Sociais rejeitou o texto de mudanças na CLT. Surpreendido, o governo reagiu dizendo que o importante será a votação no plenário, onde a vitória estaria garantida. Hoje, a proposta será avaliada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. PÁGINAS 9 E 9

# IPCA em queda aponta para deflação em junho

O índice oficial do custo de vida pode ter atrelado de 0,08% neste mês. Apesar de muitos consumidores ainda não sentirem no bolso a queda de preços, a inflação deve fechar o ano bem abaixo da meta de 4,5%. PÁGINA 11

**Pandora é a nova atração da Disney**

CAPAS E PÁGINAS 2 A 7



**Animação**

Estúdios brasileiros, entre eles o Animat, de Brasília, se destacam no mercado de filmes autorais.

DIVERSÃO & ARTE, CAPAS

**Vacina**

Imunização contra o HPV será ampliada para meninas de 9 a 15 anos e meninos de 11 a 15 anos.

PÁGINA 7

Arquivo/Arquivo/CEBRA/Press



**Portugal**

entre a dor e as dívidas

Enquanto os bombeiros ainda tentam debelar o incêndio que matou pelo menos 64 pessoas, população e imprensa apontam erros na prevenção e no combate ao fogo. Além das perdas humanas e materiais, houve grave impacto no meio ambiente. PÁGINA 15

Arquivo/Arquivo/CEBRA/Press



**Jovem goiano é condenado por terrorismo**

Morador de Águas Lindas (GO), Isaac Pinheiro dos Santos, 29 anos, pegou seis anos de prisão por planejar um atentado contra a Rio-2016. Convertido ao Islã no DF, ele ficará preso em Aparecida de Goiânia. PÁGINA 22





## Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo  
luizcarlos@globo.com.br

# Descompressão

Em decisão surpreendente, que para muitos alivia a pressão sobre os réus, o ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), tirou da alçada do juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba, quatro investigações relacionadas às delações premiadas dos executivos da construtora Odebrecht. A pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o próprio Fachin havia remetido os trechos das delações que mencionam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para Moro, responsável pelos processos da Lava-Jato na primeira instância. Ontem, porém, voltou atrás.

Advogados de Lula e Cunha haviam recorrido ao relator da Lava-Jato, com o argumento de que os quatro episódios citados pelos delatores da empreiteira não têm relação com as irregularidades cometidas na Petrobras. Os executivos e ex-dirigentes da Odebrecht disseram que o ex-presidente da República teria favorecido a

empreiteira em Angola. Também há referências a irregularidades na construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira (RO), e suposto pagamento de mesada a um dos irmãos de Lula. Em relação a Cunha, a cotação trata da contratação da empresa de investigação Kroll para supostamente barrar as investigações da Lava-Jato.

Nos bastidores, essas decisões foram interpretadas como uma espécie de volta ao leito do chamado “devido processo legal”, pois o que estava em questão era o princípio do juiz natural. Fachin foi muito criticado por aceitar a delação premiada da JBS, protagonizada pela gravação de uma conversa entre o empresário Joesley Batista e o presidente Michel Temer. Como o caso não está ligado à Petrobras, o relator da Lava-Jato não seria o juiz natural. Outra interpretação dada à decisão é mais política do que jurídica: ao tirar as acusações da alçada de Moro, Fachin sinaliza que abrirá mão do caso JBS.

## *Governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), é autor do pedido a ser julgado hoje no STF para que Fachin deixe a relatoria do caso JBS*

O plenário do STF julgará hoje o pedido do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), para que Fachin deixe a relatoria do caso JBS. Citado nas delações, o governador tuca-no argumenta que os fatos narrados pelos delatores da JBS não têm relação direta com o esquema de corrupção que atuou na Petrobras e, portanto, as delações estão fora da Lava-Jato. Essa não é, porém, a posição do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que ontem enviou parecer ao Supremo defendendo a permanência de Fachin.

Também foram tomadas, ontem, pela Primeira Turma do STF, decisões que ajudaram a reduzir as tensões entre o STF e o Congresso. A prisão preventiva de Andréa Neves e Frederico Pacheco, respectivamente irmã e primo do senador afastado

Aécio Neves (PSDB-MG), foi convertida ontem em prisão domiciliar, com monitoramento com tornozeleira eletrônica. Por 3 votos a 2, os ministros da turma estenderam a ambos o mesmo tratamento anteriormente dado a Mendherson Souza Lima, ex-assessor parlamentar do senador Zezé Perrella (PMDB-MG).

Os três são investigados junto com Aécio por suposta prática de corrupção, organização criminosa e embaraço às investigações. Eles já foram denunciados e estavam na cadeia desde o último dia 18 de maio. Votaram por medidas alternativas os ministros Marco Aurélio Mello (relator), Alexandre de Moraes e Luiz Fux. Luís Roberto Barroso e Rosa Weber foram derrotados. Na Operação Patmos, Andréa Neves foi denunciada pela suposta prática de corrupção, por supostamente pedir ao

empresário Joesley Batista R\$ 2 milhões. A defesa de Andréa alega que ela pediu o dinheiro para bancar a defesa de Aécio Neves na Lava-Jato, depois de tentar vender um apartamento de R\$ 40 milhões no Rio de Janeiro, a Joesley. Sem sucesso.

### Adiamento

Também contribuiu para desanuviar as tensões o adiamento do julgamento do pedido de prisão de Aécio Neves (PSDB-MG), acusado de tentativa de obstrução da Justiça pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A defesa de Aécio requereu que a decisão de afastá-lo do exercício do cargo seja revista. O relator do caso, Marco Aurélio Mello, que preside a turma, disse que vai decidir individualmente se leva ou não o processo para deliberação do plenário da Corte, como pleiteiam os advogados. Essas decisões do Supremo desanuviaram o ambiente político ontem, que estava muito tenso em razão do julgamento em meio a uma queda de braços com o Ministério Público Federal.

### Até breve

A partir de amanhã, estarei em férias.



# BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



## Sem prova, não sai

Conhecidas as primeiras denúncias contra o presidente Michel Temer da lavra da Polícia Federal, parlamentares aliados ao governo começaram a montar o discurso de defesa. As primeiras impressões são as de que "corrupção passiva remotamente" indica, na avaliação dos governistas, que as provas não são tão fortes quanto possam parecer. Por isso, concluem os aliados, a PF pediu ainda mais tempo para investigar.

Nessa linha, o presidente, acreditam muitos, terá condições de manter os votos suficientes para concluir seu mandato em dezembro de 2018. Ainda que seja sob tantas críticas quanto ocorreu com o presidente José Sarney, em 1989. É um cenário em que até o PT de Lula não descarta e, nas internas, ainda aplaude.

### Vai longe

Investigadores dedicados às apurações da Lava-jato têm dito que a troca do procurador-geral da República em setembro não terá muito efeito sob o "fistão de Janot", aqueles que já estão sob investigação. Esses dois meses que o procurador ainda tem de mandato é considerado tempo suficiente para que ele ofereça denúncia contra mais uma leva de exceções.

### Crise & reformas I

Em reunião na sua casa ontem, o presidente em exercício, Rodrigo Maia, praticamente fechou a aprovação de três pontos da reforma política: distritão, ou seja, a eleição dos mais votados para deputado federal; a cláusula de desempenho (número mínimo de votos para que um partido tenha acesso ao parlamento); e fim da coligação nas eleições proporcionais. A ideia é fazer desse projeto a resposta do parlamento à crise.

### Crise & reformas II

O "distritão" seria aplicado em 2018 e o distrital misto, em 2022. Por distrital misto, leia-se metade dos deputados eleitos pelo estado e outra metade por regiões geopolíticas. É o embrião do parlamentarismo no Brasil. Esse ponto ainda não é consensual.

### O "mordomo"

No Planalto, houve quem apontasse o dedo para o líder do PMDB, Renan Calheiros, como o culpado pela derrota da reforma trabalhista. Se o Senado continuar essa "terra de Murici, cada um por si", será difícil conseguir os votos para a reforma da Previdência.

### A revanche

Para compensar o resultado na Comissão de Assuntos Sociais, o governo vai investir tudo na Comissão de Constituição e Justiça, a próxima estação da reforma trabalhista.

CURTIDAS

**Limão & limonada!** Mal o texto da reforma trabalhista tinha sido derrotado, um aliado de Michel Temer saiu-se com esta: "Viu como o presidente é necessário? É só ele viajar, o governo perde, a bolsa despenca, o dólar sobe. Ele é necessário aqui".

**Um problema a menos!** A decisão da 1ª Turma de colocar Andrea Neves em prisão domiciliar foi motivo de alívio para o PSDB como um todo. Agora, dizem alguns, Aécio Neves terá mais tranquilidade para cuidar da defesa. É só nisso que ele pretende trabalhar daqui para frente. Ou seja, não deseja cuidar de decisões partidárias.

**Paciência & persistência!** Dedicado em conquistar 1% a mais do ICMS para o Fundo de Participação dos Municípios, o deputado Pedro Uczal (PT-SC) passou a tarde buscando assinatura dos colegas. Certo de que o momento não é o mais adequado para mexer nesse tema, ele completava: "Assina aí, é só para abrir o debate. Daqui a cinco anos, sai".

**Paciência & persistência!** Uczal (foto) sabe do que está falando. Foram seis anos para conseguir aprovar um percentual do ISS sobre operações financeiras para as prefeituras.



**Simbólico!** Na missa de sétimo dia pela morte do jornalista Jorge Bastos Moreno, ficaram lado a lado dois presidentes da República, José Sarney, o primeiro pós-ditadura militar; e o em exercício, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Para muitos, se fechava ali um ciclo da história política do Brasil, muito bem descrito por Moreno, ao longo de toda a sua vida. A coluna faz aqui mais uma homenagem à memória de um dos mais brilhantes e bem-humorados jornalistas que teve o privilégio de ver trabalhando.

# Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, quarta-feira, 21 de junho de 2017

Nº 23.962

Preço banca: R\$ 2,30

## Brasil criou 34.253 novas vagas de emprego no mês de maio

**Em entrevista na Rússia, Temer defende que crise política não afeta economia**

Página 4

**Balança comercial tem superávit recorde de US\$ 7,6 bilhões em maio**

Página 3

**Onda de violência no Congo deixa mais de 3.300 mortos, diz Igreja Católica**

Pelo menos 3,3 mil pessoas morreram na província de Kasai, na República Democrática do Congo, devido a uma onda recente de violência causada pela milícia Kamunina Nsapu, que semeia o terror na região desde agosto do ano passado, informou na terça-feira (20) a Igreja Católica no país. A informação é da agência EFE. **Página 3**

**Países da OEA negociam novo acordo sobre Venezuela na Assembleia em Cancún**

Um grupo de países da Organização dos Estados Americanos (OEA), liderado pelo México, negocia um projeto de resolução sobre a crise da Venezuela buscando aprová-lo na 47ª Assembleia Geral da entidade, em Cancún. A tentativa ocorre após não ter havido um acordo sobre o assunto na segunda-feira (19), em uma reunião de chanceleres dos países membros da OEA. **Página 3**

**Previsão do Tempo**

Quarta: Céu nublado com possibilidade de garoa de dia e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

<b>DÓLAR</b>	
Comercial	
Compra:	3,32
Venda:	3,32
<b>Turismo</b>	
Compra:	3,31
Venda:	3,51
<b>EURO</b>	
Compra:	3,54
Venda:	3,54
<b>OURO</b>	
Compra:	120,36
Venda:	138,60

## Supremo adia decisão sobre prisão do senador afastado Aécio Neves



Foto: Agência Brasil

**Aécio Neves**  
O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio decidiu na terça-feira (20) adiar o julgamento sobre o pedido de prisão preventiva feito pela Pro-

curadoria-Geral da República (PGR) contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

A decisão foi tomada pelo ministro, que é relator do proces-

so, para decidir primeiro sobre um recurso protocolado na manhã de terça-feira pela defesa de Aécio Neves, que pretende ser julgado pelo plenário da Corte. **Página 4**

Em maio, o mercado brasileiro abriu 34.253 novos postos de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na terça-feira

(20) pelo Ministério do Trabalho. É o segundo mês consecutivo, e a terceira vez no ano, em que o país registra mais vagas abertas do que fechadas. Em abril, o país já ha-

via criado 59.856 mil vagas de emprego formal.

No acumulado do ano, o Caged contabiliza 48.543 postos de trabalho a mais, após dois anos de saldo negativo para o período. De janeiro a maio de 2016, o Caged havia registrado fechamento de 448.011 vagas e, no mesmo período de 2015, 243.948 vagas foram suprimidas. **Página 3**

**JBS anuncia venda de R\$ 6 bilhões em negócios no Brasil e no exterior**

Página 5

**Convênio fortalece educação inclusiva no Ensino Médio do Estado**

Um convênio assinado na terça-feira (20) pelo Governo do Estado, por intermédio das secretarias da Educação e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o Instituto Rodrigo Mendes, fortalece o desenvolvimento da educação inclusiva no

Ensino Médio. A assinatura do convênio, que aconteceu no Memorial da América Latina e prevê a formação continuada de profissionais da rede pública do Estado, contou com a presença do governador Geraldo Alckmin. **Página 2**

**Fachin retira do juiz Sérgio Moro processos sobre Lula e Odebrecht**

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), tirou do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, três casos contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tiveram origem nas delações premiadas de executivos e ex-funcionários da Odebrecht.

Um diz respeito ao suposto tráfico de influência do ex-presidente, que em troca de vantagens indevidas teria atuado em favor da empresa em negociações referentes a Angola, mesmo que em prejuízo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Página 4**

**Esporte**

## Robert Scheidt e Gabriel Borges estreiam na Semana de Vela de Kiel

Robert Scheidt estreia na Kielter Woche, a mais tradicional semana de vela do mundo, em Kiel, na Alemanha, nesta quarta-feira (21). Ao lado do procrio Gabriel Borges, o bicampeão olímpico encara a competição como mais uma etapa de sua adaptação à nova classe, a 49er, na qual busca experiência a fim de iniciar um novo ciclo, visando os Jogos de Tóquio, em 2020, onde pretende lutar pela sexta medalha na maior competição do planeta. **Página 6**



Foto: Jovian Renato

## Corrida do Milhão terá regulamento exclusivo



Foto: Renato Davini

A quinta etapa da Stock Car é uma das mais esperadas do ano. Curitiba recebe no próximo dia 2 de julho a Corrida do Milhão, que dá ao piloto vencedor o prêmio de R\$ 1 milhão. Ao contrário das rodadas duplas, o evento terá um regulamento exclusivo, com alguma alterações importantes. A prova terá 40 minutos de duração, mais uma volta. O pit stop segue sendo obrigatório e a janela de paradas nos boxes acontecerá entre as voltas 15 e 20. No entanto, a principal alteração no regulamento será a obrigatoriedade da troca de, pelo menos, dois pneus durante o pit stop. **Página 6**

## Seleção Brasileira viaja nesta quarta-feira para o Sul-Americano Adulto

A Seleção Brasileira de Atletismo viaja nesta quarta-feira para Assunção, no Paraguai, onde disputará de sexta-feira (23) a domingo (25) a 50ª edição do Campeonato Sul-Americano de Adultos. O Brasil participará com uma equipe de 52 atletas (26 homens e 26 mulheres) em busca da he-

gemonia na competição. A novidade entre os convocados é a presença do potiguar Flavio Gustavo Barbosa, de 25 anos, que foi chamado por compor o revezamento 4x100 m. Atleta da AABB, de Currais Novos, ele está em oitavo lugar no Ranking Brasileiro. **Página 6**

## Taça Ayrton Senna de Kart: Alberto Cesar Otazú quer retomar liderança



**Alberto Cesar Otazú quer a terceira vitória na temporada**  
Maior vencedor da temporada, com duas vitórias em cinco etapas realizadas, Alberto Cesar Otazú (Braspress/Pilotech/Alpie Escola de Pilotagem/HTPro Nutrição) quer retomar a liderança da Taça Amika Ayrton Senna. **Página 6**

# CESAR NETO

www.cesarneto.com



## CÂMARA (SP)

Vereador Camilo Cristóforo pode até ser advertido em relação às suas reações agressivas, mas não será suspenso nem perderá o cargo de líder (PSB), até porque a Corregedoria e o partido respeitam suas histórias.

## PREFEITURA (SP)

João Doria (PSDB) segue sendo tratado como pré-candidato à Presidência ou ao governo paulista em 2018. Ontem foi a vez do ex-deputado (ALESP) Jonas Donizete (PSB), presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.

## ASSEMBLÉIA (SP)

Google e Facebook tão empenhadas nas parcerias com a maior e mais importante Assembleia do Brasil (São Paulo), que na gestão do presidente Macris (PSDB) tá ampliando a comunicação digital com a sociedade paulista.

## GOVERNO (SP)

Secretários que serão candidatos - com ou sem Alckmin (PSDB) candidato Presidencial em 2018 - estão em campanha. Sendo Alckmin, o PSDB terá o Casa Civil Samuel Moreira como puxador de votos pra Câmara Federal.

## CONGRESSO

Agora condenado via Supremo e via Corte de Apelações de Paris (França), por lavagem de dinheiro- quando era prefeito paulistano (1993 - 96), o deputado federal Maluf, 85 de idade, pode ser expulso do PP (ex-ARENA).

## PRESIDÊNCIA

Na Rússia de Putin, que já foi 'república' central das Soviéticas (até início dos anos 1990), Temer (PMDB) tenta vender um Brasil acima das eternas crises de corrupção generalizada e 'comprar' apoios às nossas 'repúblicas'.

## JUSTIÇAS

Pendendo pra politização jurídica, a 1ª turma do Supremo mudou a prisão preventiva de Andrea - irmã de Aécio (PSDB) e jornalista - da cadeia pra casa. Quanto ao senador (PSDB), ganhou tempo pra tentar provar o improvável.

## PARTIDOS

Bem diferentemente de 2006, quando foi candidato à Presidência, o governador (SP) Alckmin tá se ajustando rapidamente à saída do governo Temer (PMDB). Coisa de quem tá mais candidato que nunca à Presidência 2018.

## HISTÓRIAS

Aonde e com quem estão as tais 10 Medidas Contra a Corrupção no Brasil ? Será que há amizade entre os criminosos e ainda muito mais entre os injustos ? E entre os ladrões, segue a confiança da repartição do que roubam ?

## EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigindo na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo - Brasil).

[cesar.neto@mais.com](mailto:cesar.neto@mais.com)

# Convênio fortalece educação inclusiva no Ensino Médio do Estado

Um convênio assinado na terça-feira (20) pelo Governo do Estado, por intermédio das secretarias da Educação e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o Instituto Rodrigo Mendes, fortalece o desenvolvimento da educação inclusiva no Ensino Médio.

A assinatura do convênio, que aconteceu no Memorial da América Latina e prevê a formação continuada de profissionais da rede pública do Estado, contou com a presença do governador Geraldo Alckmin. Na ocasião, foi lançado o curso “Ensino Médio inclusivo: construindo uma escola” voltado para a valorização de projetos educacionais e a multiplicação de iniciativas locais nas escolas.

O curso é semipresencial, com recursos de videoconferência produzidos pela Efat (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”) e pela CGEB (Coordenadoria de Gestão da Educação Básica).

Participam do curso em uma etapa inicial, profissionais de



Foto/Alexandre Carvalho

**Alckmin e a secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Batistela e representantes das partes no convênio**

13 diretorias de ensino da capital da Secretaria de Estado da Educação. O conteúdo inclui o repasse de conhecimentos teóricos e práticos aos educadores, sobre os direitos da pessoa com deficiência e a valorização da diversidade humana na prática educacional.

Alckmin falou sobre o alcance da iniciativa. “Nós temos 1.417 escolas incluídas nesse primeiro momento. Aper-

feiçoamento e não apenas aulas para os professores, mas ferramentas para que eles possam trabalhar com uma educação inclusiva e possam desenvolver todo o potencial dos nossos alunos, com e sem deficiência. É um trabalho importante. São Paulo na vanguarda, boa parceria com a sociedade civil organizada, através do Instituto Rodrigo Mendes”, afirmou.

Pioneira no processo de in-

clusão escolar, a Secretaria da Educação conta hoje com mais de 60 mil alunos com algum tipo de deficiência matriculados na rede pública estadual de ensino. Para que eles tenham acesso ao conteúdo do currículo regular, os estudantes contam com, entre outros equipamentos, scanner de voz para transformar texto em áudio, impressoras para ampliação de livros e máquinas de Braille, além de curso de inglês online e acessível.

## Memorial

Alckmin aproveitou a oportunidade do evento para visitar as obras de reconstrução do Auditório Simão Bolívar, do Memorial da América Latina, que foi destruído por um incêndio, em 2013. A obra deve ser entregue em dezembro deste ano. “O novo auditório que será reinaugurado é muito mais moderno, com toda acessibilidade, melhor acústica, é um dos grandes e melhores auditórios do nosso país. Uma grande conquista”, disse Alckmin. O novo auditório terá característica de multiuso, com capacidade para a promoção de até 300 eventos por ano.

## Unidade móvel do Poupatempo atende na região do Campo Limpo

A partir de terça-feira (20), o Poupatempo Móvel oferece serviços aos moradores do Campo Limpo, na zona sul de São Paulo. Os atendimentos no local ocorrem até 1º de julho, de terça a sábado, das 9h15 às 15h30.

Durante o período, os cidadãos podem solicitar a emissão de documentos, como a Carteira de Identidade e Atestado de Antecedentes Criminais, além de serviços públicos pela internet, como registro de Boletim de Ocorrência Eletrônico, consulta de multas de trânsito e pontuação na Carteira Nacional de Habilitação.

Desde a implantação do novo modelo de veículo, em janeiro de 2015, o posto móvel percorreu aproximadamente 15 mil km. A unidade que atende a Grande São Paulo já realizou cerca de 100 mil serviços.

### Infraestrutura

Com toda a infraestrutura das unidades fixas, a carreta do Poupatempo Móvel reúne 20 pontos para atendimento simultâneo e uma sala de espera para mais 30 pessoas. O automóvel conta com ar-condicionado, copa, porta acessível para pessoas com deficiência e banheiros adaptados a cadeirantes.

O Poupatempo é um progra-

ma do Governo Estadual, executado pela Diretoria de Serviços ao Cidadão da Prodesp – Tecnologia da Informação. Desde a inauguração do primeiro posto, em 1997, a iniciativa já prestou mais de 541 milhões de atendimentos. Atualmente, apresenta 72 unidades fixas, em todas as regiões administrativas do estado, além de um posto móvel. A média de atendimento no programa é de 180 mil cidadãos por dia.

Em 2017, o projeto foi eleito pelo terceiro ano consecutivo o melhor serviço público de São Paulo, pelo Instituto Datafolha. Em pesquisa anual de sa-

tisfação, o Poupatempo obteve 99% de aprovação dos usuários. A Prodesp, que administra a iniciativa desde a criação, foi eleita em 2016 a melhor indústria digital do Brasil, no ranking “Melhores & Maiores”, da revista Exame.

### SERVIÇO

Posto Móvel do Poupatempo – Campo Limpo

Data: até 1º de julho

Atendimento: de terça-feira a sábado, de 9h15 às 15h30

Endereço: Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 59 – Jardim Laranjal (estacionamento da Prefeitura Regional Campo Limpo)

## Fiscalização do IPEM-SP encontra erros em 74% dos papeis higiênicos

Uma ação realizada pelo IPEM-SP (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo) analisaram as medidas, largura e comprimento, de diversas marcas de papel higiênico da linha institucional, a fim de verificar se a indicação apresentada pelo fabricante na embalagem está correta.

Durante a ação, realizada nos dias 13 e 14 de junho, de maneira coordenada na Capital e nos laboratórios do instituto em Bauru, Campinas, São Carlos e São José do Rio Preto,

foram verificados 31 produtos. Deste total, 23 (74%) estavam irregulares, levando à autuação dos fabricantes.

Além de confirmar se o comprimento e a largura estão de acordo com o descrito na embalagem, o IPEM-SP também irá avaliar se o produto encontra-se de acordo com a padronização obrigatória. As empresas com produtos irregulares são autuadas e tem prazo de dez dias para apresentação de defesa junto ao Instituto. As multas podem chegar a R\$ 1,5 milhão.



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA

# CLIPPING

## DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

### MESA DIRETORA

**DEPUTADO CAUÊ MACRIS**  
PRESIDENTE

**DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA**  
1º SECRETÁRIO

**DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO**  
2º SECRETÁRIO

### EXPEDIENTE

**Secretário Geral de Administração**  
Joel Oliveira

**Departamento de Comunicação:**  
Matheus Perez Granato

**Gráfica:**  
Patrícia Yamamoto

**Serviço de Fotomicrografia:**  
Julio Cesar Miranda Silva  
Miguel Roberto Mahfuz

### SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias  
Cláudia Valéria P. Neves  
Márcia M. Yamamoto  
Sérgio Kazuo Tanaka  
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

### Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA  
ADILSON ROSSI  
AFONSO LOBATO  
ALDO DEMARCHI  
ALENCAR SANTANA BRAGA  
ANA DO CARMO  
ANALICE FERNANDES  
ANDRÉ DO PRADO  
ANDRÉ SOARES  
ANTONIO SALIM CURIATI  
BARBA  
BARROS MUNHOZ  
BETH SAHÃO  
CAIO FRANÇA  
CAMPOS MACHADO  
CARLÃO PIGNATARI  
CARLOS BEZERRA JÚNIOR  
CARLOS CEZAR  
CARLOS GIANNAZI  
CARLOS NEDER  
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO  
CAUÊ MACRIS  
CÉLIA LEÃO  
CELINO CARDOSO  
CELSO GIGLIO  
CHICO SARDELLI  
CLELIA GOMES  
CORONEL CAMILO  
CORONEL TELHADA  
DAVI ZAIA  
DELEGADO OLIM  
ED THOMAS  
EDMIR CHEDID  
EDSON GIRIBONI  
ÊNIO TATTO  
ESTEVAM GALVÃO  
FELICIANO FILHO  
FERNANDO CAPEZ  
FERNANDO CURY  
GERALDO CRUZ  
GIL LANCASTER  
GILENO  
GILMACI SANTOS  
GILMAR GIMENES  
HELIO NISHIMOTO  
ITAMAR BORGES  
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO  
JOOJI HATO  
JORGE CARUSO  
JORGE WILSON  
JOSÉ AMÉRICO  
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.  
JOSÉ ZICO PRADO  
LECI BRANDÃO  
LEO OLIVEIRA  
LUIZ CARLOS GONDIM  
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA  
LUIZ TURCO  
MÁRCIA LIA  
MÁRCIO CAMARGO  
MARCO ANTONIO VINHOLI  
MARCOS DAMASIO  
MARCOS MARTINS  
MARCOS ZERBINI  
MARIA LUCIA AMARY  
MARTA COSTA  
MILTON LEITE FILHO  
MILTON VIEIRA  
ORLANDO BOLÇONE  
PASTOR CELSO NASCIMENTO  
PASTOR CEZINHA  
PAULO CORREA JR  
PEDRO KAKÁ  
PEDRO TOBIAS  
PROFESSOR AURIEL  
RAFAEL SILVA  
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO  
RAUL MARCELO  
REINALDO ALGUZ  
RICARDO MADALENA  
RITA PASSOS  
ROBERTO ENGLER  
ROBERTO MASSAFERA  
ROBERTO MORAIS  
ROBERTO TRÍPOLI  
RODRIGO MORAES  
ROGÉRIO NOGUEIRA  
ROQUE BARBIERE  
SEBASTIÃO SANTOS  
ULYSSES TASSINARI  
VAZ DE LIMA  
WELLINGTON MOURA  
WELSON GASPARINI

